



Boletim
de Transparência
Fiscal

RIO DE JANEIRO | 6º BIMESTRE DE 2014



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Sérgio Ruy Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Fernando Graça Klautau de Araújo

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Pablo Villarim Gonçalves

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Michael Vinícius Pomim de Oliveira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Roberto Gomides de Barros Filho

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	17
I.III Labor Market.....	20
I.IV Inflation	21
I.V Services.....	22
I.VI External Sector.....	22
I. Panorama Econômico	23
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.	23
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro	27
I.III Mercado de Trabalho.....	29
I.IV Inflação	30
I.V Serviços.....	31
I.VI Setor Externo.....	31
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	32
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ	41
III. Resultados Fiscais.....	45
III.I Resultado Orçamentário.....	45
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	46
III.III Resultado Primário	48
IV. Receita Estadual	51
IV.I Receitas Correntes.....	53
IV.I.1 Receita Tributária	55

Box 01 – Reconhecimento das Externalidades Positivas do Etanol e o Efeito da Tributação Diferenciada sobre Combustíveis.....	60
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	63
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	68
IV.I.3.1 Receita de Transferências	71
IV.I.3.2 Transferências da União	72
IV.II Receitas de Capital	76
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	79
V.I Despesa Total	79
V.II Créditos Adicionais.....	80
V.III Despesas por Fonte de Recursos	81
IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	91
VI - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	106
VI.1 Cota Financeira	110
VI.2 Pagamento de PD's	111
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	111
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	112
VI.4.1 Características de Consumo	114
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	115
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	117
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios	131
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs	132
VI.9 Captação de Recursos.....	134

Apresentação

Este é o quadragésimo segundo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2014, consolidando as receitas e despesas do exercício. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 21/01/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 6º bimestre de 2014, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 16.881,37 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 8,6% e em 5,7% a meta acumulada.

As receitas correntes apresentaram variação acima do esperado em 9,8% quando comparadas a meta estipulada para o bimestre (+ R\$ 1.215,33 milhões). As receitas correntes não conseguiram superar o desempenho do 6º bimestre do ano anterior (- 10,2%). As receitas tributárias que, embora tenham realizado um valor abaixo da meta estimada (96,7% da meta prevista), são muito representativas em valores absolutos. Estas alcançaram R\$ 7.509,31 milhões (54,91% de participação nas receitas correntes). As receitas tributárias, ainda que tenham permanecido um pouco aquém da meta prevista (R\$ 254,28 milhões abaixo da meta, alcançando 96,7%) são muito relevantes uma vez que representam 54,9% do total das receitas correntes no bimestre. Observa-se que a receita do ICMS, principal tributo do estado, arrecadou o valor total de R\$ 5.445,01 milhões com uma variação negativa de - 3,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tal variação influenciou a frustração da meta de receita tributária. Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 68.344,17 milhões. Tal resultado excedeu a meta em 0,9%.

Já em relação às receitas de capital, a receita proveniente da alienação de bens foi a que obteve maior destaque. A receita total desta ficou realizada em R\$ 2.003,37 milhões, o que representou 249,4% da meta prevista para o bimestre. No sexto bimestre de 2014, as receitas de capital realizaram 103,9% da meta estimada para o período, ou, em valores absolutos: R\$ 3.207,65 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, das receitas de alienações de bens. No acumulado, as receitas de alienações de bens também se destacaram. O valor total realizado durante o ano de 2014 foi de R\$ 5.411,95 milhões, 179,2% da meta proposta.

Quanto ao balanço orçamentário, no sexto bimestre de 2014, o resultado orçamentário foi de R\$ 481,92 milhões. Esse resultado é decorrente de um superávit de capital, uma vez que as receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 731,31 milhões. Já em relação ao confronto entre receitas e despesas correntes, as despesas correntes excederam as receitas correntes em R\$ 227,39 milhões. Se analisarmos o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o sexto bimestre foi deficitário em R\$ 800,14 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor positivo de R\$ 1.282,06 milhões (433,6% frente ao ano anterior). Esse resultado contribuiu positivamente para o resultado orçamentário do Estado, uma vez que se as receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA não fossem computadas no resultado orçamentário do estado seu valor teria sido negativo. No acumulado, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA na análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em R\$ 874,88 milhões, com uma variação negativa de - 1151,2% frente ao acumulado de 2013. Incluindo o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA, como já dito anteriormente, o resultado orçamentário em 2014 permanece superavitário em R\$ 460,78 milhões.

Analisando o resultado primário, no bimestre, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 1.365,81 milhões, ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o último bimestre de 2013, observa-se uma variação de + 146,5%. No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma pequena variação negativa frente a 2013 (- R\$ 581,77 milhões ; - 0,9%) o que totalizou em uma receita primária de R\$ 62.718,74 milhões. Já as despesas primárias cresceram em maior proporção: + 3%; R\$ 2.054,18 milhões), ocasionando um resultado primário deficitário de - R\$ 7.339,44 milhões.

No sexto bimestre de 2014, as receitas de petróleo alcançaram R\$ 2.162,21 milhões, 10,5% a mais do que no sexto bimestre de 2013. Dissecando esta receita, observa-se que a maior parcela é a referente à receita de participações especiais, recebidas em fevereiro, maio, agosto e novembro, totalizando R\$ 1.369,78 milhões. Tal valor corresponde a uma variação negativa, quando comparado a 2013 (- 3,4%). Já as receitas de royalties arrecadaram R\$ 791,30 milhões no sexto bimestre (+ 47,0% frente a 2013). Percebe-se que as receitas de royalties, a despeito das receitas de participação especial, obtiveram uma variação positiva. Tais resultados podem ser explicados pela combinação das variáveis que influenciam na receita de petróleo: volume da produção, preço do petróleo tipo *brent* e a taxa câmbio. No acumulado de 2014, as receitas de petróleo terminaram o ano com o valor total de R\$ 8.710,54 milhões, uma variação de 5,9% frente a 2013. A maior parcela desse valor corresponde à receita de participações especiais, que terminou o ano com o total de R\$ 5.492,21 milhões (+ 4,8%), enquanto os royalties obtiveram R\$ 3.213,77 milhões (+ 7,8%).

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Até o final do ano de 2014, a dotação autorizada chegou a R\$ 81,86 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 4,77 bilhões (+6,18%) sobre o inicial (LOA), contudo, R\$ 444,43 milhões permaneceram contingenciados (menos de 1% da dotação final). Esta expansão orçamentária foi motivada pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 2,37 bilhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 2,40 bilhões as Demais Fontes de recursos. Na fonte Tesouro o maior incremento ocorreu nos recursos ordinários não provenientes de impostos (FR 01) no valor de R\$ 909 milhões, seguido por acréscimos na FR 11 (Operações de Crédito) alcançando o valor de R\$ 441 milhões. Já o incremento de R\$ 2,40 bilhões verificado nas Demais Fontes ficou concentrado, basicamente, no Fundo Único de Previdência Social do ERJ (R\$ 1,76 bilhão).

Em relação à execução no ano de 2014, foram liquidados R\$ 65,42 bilhões no Poder Executivo e R\$ 5,80 bilhões nos Outros Poderes totalizando R\$ 71,22 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 4,1% maior que o apurado no ano de 2013. Deste montante, R\$ 49,35 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 21,87 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 1,8% e 9,7%.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 60,02 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 2,7%, ou em valores absolutos, +R\$ 1,60 bilhão. As despesas relacionadas ao grupo de

Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque: R\$ 18,22 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 2,2% (+R\$ 404,53 milhões). A variação negativa é justificada pelo novo modelo de gestão da Saúde, os Contratos de Gestão, onde o Estado repassa às Organizações Sociais (OS), a responsabilidade pela execução do serviço. Outra justificativa para a variação é dada pela queda natural no pagamento de precatórios judiciais no grupo de pessoal frente ao apurado em 2013: R\$ 2,21 bilhões foram executados no ano anterior pelo ERJ.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 54,15% do total liquidado até o momento (R\$ 38,57 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 4,6% em relação a 2013. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 11,21 bilhões, elevação de 10,7% (R\$ 738 milhão) em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado nas funções Transporte, Urbanismo, Educação e Saneamento dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram ligeiro aumento no acumulado do ano: incremento foi de 1,4%, ou seja, +R\$ 154,78 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma evolução em relação ao verificado no exercício passado (+6 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 4,2% de sua receita base (+R\$ 1,38 bilhão), resultando numa maior liquidação (4,6%, +R\$ 380,48 milhões).

No índice da Saúde, foi constatado crescimento na receita base de 4,2% (+R\$ 1,38 bilhão) e na execução (+4,6%; +R\$ 181,15 milhões) quando comparado ao ano de 2013.

A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+4,3%, +R\$ 817,5 milhões) e na despesa, crescimento de 5% (+R\$ 19,63 milhões). No FECAM, elevação tanto na receita base (+5,8%; ou seja, +R\$ 449,76 milhões) como na despesa liquidada (+12,3%; ou seja, +R\$ 52,62 milhões). Por fim, o FEHIS também apresentou crescimentos: +5,7%, ou seja, +R\$ 159,36 milhões na receita base e +0,1% (+R\$ 0,42 milhões) na despesa liquidada.

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro closed the 6th bimester of 2014 with the amount of total revenues of R\$ 16,881.37 million, exceeding the target for the bimester at 8.6% and 5.7% cumulative goal.

Current revenues showed higher than expected variation in 9.8% when compared to the target set for two months (+ R\$ 1,215.33 million). Current revenues failed to outperform the 6th bimester of the previous year (- 10.2%). Tax revenues that, despite having undergone a value below the estimated target (96.7% of the planned target) are very representative in absolute values. These reached R\$ 7,509,31 million (54.91% share of current revenue). Tax revenues, although they remained a little short of the intended target (R\$ 254.28 million below the target, reaching 96.7%) are very important as they represent 54.9% of total current revenues in the bimester. It is observed that the ICMS revenue, main State tax, raised the total amount of R\$ 5,445,01 million with a negative variation of - 3.3% compared to the same period last year. This variation influenced the frustration of the tax revenue target. Regarding the cumulative result of current revenues, they totaled R\$ 68,344,17 million. This result exceeded the target by 0.9%.

In relation to capital revenue, the revenue from the sale of assets was the one with more emphasis. The total revenue of this was held at R\$ 2,003,37 million, representing 249.4% of the target for the bimester. In this period, revenues from capital held 103.9% of the estimated target for the period, or in absolute values: R\$ 3,207.65 million. This performance was mainly due to revenue from property disposals. Accumulated revenues from property disposals were also important. The total amount achieved during the year 2014 was R\$ 5,411.95 million, 179.2% of target proposal.

As for the budget balance in the sixth two months of 2014, budget income was R\$ 481.92 million. This result is due to a capital surplus, as revenues from capital exceeded capital expenditures at R\$ 731.31 million. Regarding the comparison between current income and expenditure, current expenditure exceeded current revenues at R\$ 227.39 million. If we analyze the budget result without considering the RIOPREVIDÊNCIA, the sixth quarter was a deficit of R\$ 800.14 million. During this period, the budget result of RIOPREVIDÊNCIA presented the positive value of R\$ 1,282.06 million (433.6% over the previous year). This result contributed positively to the State budget result, since if the RIOPREVIDÊNCIA revenues and expenses were not counted in the State budget result its value would have been negative. Accumulated without considering the RIOPREVIDÊNCIA in the analysis, it is observed that the budget result was a deficit of R\$ 874.88 million, with a negative change of - 1151.2% compared to 2013. Including the cumulative RIOPREVIDÊNCIA's budget result, as it was said previously, the budget result in 2014 remains a surplus of R\$ 460.78 million.

Analyzing the primary outcome, in two months, it is observed that the primary expenditure exceeded the primary revenue in R\$ 1,365,81 million resulting in a deficit in the primary balance of the bimester. When compared to the last bimester of 2013, we observe a variation of + 146.5%. In the accumulated, it is observed that the total primary revenues had a small negative change compared to 2013 (- R\$ 581.77

million ; - 0.9%) which amounted to a primary revenue of R\$ 62,718,74million. Primary expenditure grew especially in: + 3%; R\$ 2,054.18 million), resulting in a primary deficit result of - R\$ 7,339.44 million.

In the sixth two months of 2014, oil revenues reached R\$ 2,162.21 million, 10.5% more than in the sixth quarter of 2013. Dissecting this revenue, it is observed that the largest share is related to the interests of special participations, received in February, May, August and November, totaling R\$ 1,369,780,000. This corresponds to a negative change compared to 2013 (- 3.4%). Royalty income collected R\$ 791.30 million in the sixth quarter (+ 47.0% compared to 2013). It is noticed that revenues from royalties, despite special participations, obtained a positive change. These results can be explained by the combination of variables that influence the oil revenues: volume of production, price of oil type Brent and the exchange rate. In 2014 accumulated, oil revenues ended the year with the total amount of R\$ 8,710.54 million, an increase of 5.9% compared to 2013. The largest share of this value corresponds to the revenue of special participations, which ended the year with a total of R\$ 5,492.21 million (+ 4.8%), while the royalties obtained R\$ 3,213.77 million (+7.8%).

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.

By the end of the year 2014, the authorized expenditure reached R\$ 81.86 billion, showing a considerable increase (6.18%) over the originally planned: R\$ 4.77 billion was incorporated in the budget, however, R\$ 444.43 million remained contingent (less than 1% of the final allocation). This budgetary expansion was driven by the opening of additional credits, of which R\$ 2.37 billion supplemented the sources of the State Treasury funds and R\$ 2.40 billion the Other Sources of funding. In Treasury source the largest increase occurred in the ordinary funds not from taxes (FR 01) of R\$ 909 million, followed by increases in FR 11 (Loans) reaching R\$ 441 million. Although the increase of R \$ 2.40 billion recorded in Other Sources was concentrated primarily in the Single Fund for Social Welfare of the ERJ (R\$ 1.76 billion).

During the year 2014, was awarded R\$ 65.42 billion in the executive branch and R\$ 5.80 billion in Other Powers totaling R \$ 71.22 billion, excluding intrabudgetary expenses and independent public companies (CEDAE and Official Press). This amount is 4.1% higher than calculated in the year 2013. Of this amount, R\$ 49.35 billion was supported by the State Treasury resources and R\$ 21.87 billion from Other Sources of Funds, one of growth 8% and 9.7%.

In this year, R\$ 65.42 billion were liquidated by the Executive Branch and R\$ 5.8 billion by the others branches. Together, it was R\$ 71.22 billion in expenditure executed, excluding the intrabudgetary expenditure and the independent public companies (CEDAE and Official Press). This amount is 4.1% higher than the rate of the same period in 2013. Of this amount, R\$ 49.35 billion were supported by resources from the Treasury and R\$ 21.87 billion from Other Sources, which represents, respectively, 1.8% and 9.7% of growth.

The current expenditure executed (R\$ 60.02 billion) showed a growth when compared to the values of the same period of 2013: 2.7%, or in absolute values, +R\$ 1.60 billion. Expenses related to the group of

Personnel and Social Charges had highlighted: R\$ 18.22 billion settled, a decrease of 2.2% (+ R\$ 404.53 million). The negative change is justified by the new health management model, management contracts, where the state transfers to Social Organizations (OS), responsibility for implementing the service. Another reason for the variation is given by the natural decrease in payment of court writ in the front of house staff group that recorded in 2013: R\$ 2.21 billion were executed in the previous year by the ERJ.

The expenditure group Other Current Expenditures accounted for 54.15% (R\$ 38.57 billion) of total expenditures liquidated until this moment, excluding intrabudgetary expenditures. This group showed a growth rate of 4.6% compared to 2013. This increase is justified by strengthening of certain strategic actions, programs, developed by government.

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 11.21 billion, an increase of R\$ 738 million (+10.7%) in the same period of 2013. The amount executed was essential to support important public actions.

The Constitutional Mandatory Transfers showed slight increase of 1.4% (+R\$ 154.78 million). The calculation of the index shows the evolution of the public expenditure in certain places established by Law. Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+6 percentage point). However, in a detailed analysis, it can be observed the strengthening of the execution index: increase of 4.2% in revenue base (+R\$ 1.38 billion), resulting a greater expenditure when compared to 2013 (+4.6%, + R\$ 380.48 million).

In Public Health, the Constitutional index also indicated a similar execution of Education: growth on the base income as well in the expenditure side: +4.2% (+R\$ 1.38 billion) and 4.6% (+R\$ 181.15 million), respectively.

When compared to 2013, the FAPERJ index presented a revenue growth (+4.3%, +R\$ 817.5 million) and in the expenditure aspect (+5%, +R\$ 19.63 million). The FECAM also presented a growth in revenue base (+5.8%, + R\$ 449.76 million). However, this index showed an increase in the public spending (+12.3%, +R\$ 52.62 million). At least, the FEHIS index also presented increases on the base revenue (+5.7%, +R\$ 159.36 million) and on the expenditure executed (+0.1%, +R\$ 0,42 million).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

In many ways, the global economy looks much better than it did a few years. Growth is modest, but generally positive; unemployment decreased; the financial system still has some problems, but is much stronger than it was in 2008. However, the recovery is also becoming increasingly unequal. Although it is only the beginning of the year, the International Monetary Fund cut its forecast for global growth by 0.3 percentage points, resulting 3.5% this year and 3.7% next year. This means four successive years of global growth below what has historically been the “tendency” – which suggests that the economy is actually getting further away from returning to full capacity.

The revision reflects a reassessment of the prospects for China, Russia, the Eurozone and Japan, and the weaker activity in some major oil exporters due to the sharp fall in prices. On the other hand, the United States is the only major economy for which growth projections were revalued upwards. Among the factors that influenced are: positive momentum of lower oil prices, a result of increased supply; negative momentum due to reduced investments and volatility in global financial markets, especially in emerging.

In the first policy meeting of the Fed in 2015, the FOMC signals that signals that will avoid any changes at the beginning of the year. In the official statement, the Committee believes that the market information during the period December to January suggests that economic activity has been expanding at a solid pace: labor market in good condition, with strong employment gains and a lower unemployment rate. Household spending is increasing moderately; in particular, recent declines in energy prices increased household purchasing power. Fixed investment is moving forward, although the recovery in the housing sector remains slow. On the other hand, inflation decreased, staying below the target, largely reflecting the declines in energy prices. As a result, the executive’s economic forecasts, released earlier this month, are: unemployment rate below 5% by the end of 2016 and 3% growth in 2015 and 2016. Congress foresees reduction in government deficit in 2015 and 2016, reaching 2.5% of GDP by 2017, before starting to rise again with the aging population.

In the Eurozone, economic activity at the end 2014 proved weaker than expected early in the year due to moderate growth in investment and exports. According to projections, the current phase of modest growth will continue over 2015. However, there are external and internal factors favorable, including the “European QE” with bonds purchase at 60 billion euros per month, which will be protagonists in the first half of 2015. It is expected that, subsequently, the real GDP growth acquire a pace slightly faster. The European Commission estimates that the euro zone should grow 1.3% in 2015 and 1.9% in 2016. In November 2014, it was predicted growth of 1.1% and 1.7%, respectively. The estimates were increased for most of the largest economies in Europe, Germany, France and Spain. The reason is the low price of oil, which should

¹ This analysis uses data available to February 23, 2015.

boost corporate profits and household incomes. Despite the more optimistic outlook, there are some concerns, especially about the fall in oil prices, which may result in deflation. It is estimated that there is a reduction in the prices by 0.1% this year

In 2014, China's economy grew 7.4%, the lowest rate in 24 years. It was also the first time this century that China has not reached its official target of growth, falling slightly below the official target of 7.5%. The country joined an exclusive club last year: its economic output exceeded USD 10 trillion, becoming only the second country to achieve this feat (the US reached this level in 2000). In addition, the increase in China's economic size means that slower growth now generates so much additional demand as the rapid growth made recently. The growth last year, even with controlled inflation, earned an extra 4.8 trillion Yuan of GDP, almost exactly the same as in 2007, when growth was 14.2% and inflation was much higher. Given that the IMF projects growth of 6.8% for 2015, the People's Bank of China expanded the money supply at the beginning of the year, the measure aims to cushion the economic slowdown in the country. Thus, the money supply (M2) increased by 10.8% over the previous year.

In Brazil, the Central Bank economic activity index (IBC-Br) decreased 0.55% in December 2014 over to the previous month. Compared to December 2013, the change was positive: +0.65%. During the year, there was decrease of 0.15%, the first decline since 2009. Industry data show that these results do not happen by chance. In December 2014, the General Industry decreased 2.8% over November: the worst monthly result in 2014. It was drawn by Manufacturing Industry (-3.5%). The poor result in December directly influenced the annual industry outcome (-3.2%), the worst since 2009, including: the dismal performance of Manufacturing Industry (-4.3%), with the largest weight in the index; and the recovery of the Oil & Gas and Mining (+5.7%). The result in Manufacturing Industry in 2014 was influenced, among other factors, by Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies (-16.8%), Metallurgy (-7.4%) and Manufacturer machinery and equipment (-5.9%).

Data from retail sales (restricted) show a reduction of 2.6% in December over the previous month, the first decline after four positive results. Compared to December 2013, an increase of 0.3%. In the year, up 2.2% (+4.3% in 2013). As for the extended retail sales, the difference between 2013 and 2014 is accentuated with the fall in sales volume of Vehicles, motorcycles, parts and accessories. Compared to December 2013, down 2.2%. During the year, a decrease of 1.7% (+3.6% in 2013). The highlights in 2014 were Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles (+9.0%) and Vehicles, motorcycles parts and pieces (-9.4%).

As for the electricity consumption, it rose by 2.2% in 2014. Despite the substantial increases in both the commercial (+7.3%) and the residential (+5.7%) segments, the overall increase was the lowest since 2009. This is due primarily to the performance in industrial sector (-3.6%), representing 38% of total energy consumption. Initially pulled by energy-intensive sectors (such as metallurgy), the reduction of energy

consumption has spread to other industrial sectors, especially in the second half, affecting more severely the chemical and automotive sectors and reflecting the fall in production².

The above factors, decline in industrial production and slowing sales volume in retail sales, combined with the poor performance of Agricultural in 2014, estimated at +1.0% (+6.6% in 2013), and also the modest result of Services (+0.7% in 2014, against +2.2% recorded in 2013) should influence the weak GDP result in 2014, estimated at +0.1% (+2.5% in 2013)³.

Considering the external sector, the Balance of Trade recorded deficit in 2014 (US \$ -3.96 billion), which has not happened since 2000. In 2013, the balance was positive at US \$ 2.29 billion. This result was mainly influenced by the decrease in exports (-7.0%), since there was also a drop in imports in the period (-4.5%). Factors such as the fall in international commodity prices, high oil imports (although less than 2013) and the economic crisis in Argentina strongly contributed to the negative outcome. In exports, highlights for Iron ores and concentrates (-20.5%) and Passenger cars (-41.7%). In imports, stood out Petroleum oils (-4.8%) and Passenger cars (-15.5%).

The IPCA ended the year 2014 with an increase of 6.41% (5.91% in 2013), very close to the Government's target ceiling (6.50%) and market expectations. In December, the index had the second worst rate in a month of 2014 (0.78%), second only to March (0.92%). Food & Beverage (1.08%) and Transport (1.38%) were the main cause, accounting for 68% of the variation of the index in December. In 2014, highlights for Food & Beverage, with an increase of 8.03% (8.48% in 2013), and Housing, with a variation of 8.80% (3.40% in 2013). Together they accounted for 51% inflation recorded in 2014. Since some regulated prices were not yet adjusted (or partially adjusted), and considering the devaluation of the real against the dollar, there are still expectations that prices will continue to grow in 2015 (7.33%)⁴.

According to CAGED/MTE, The number of net job positions recorded in 2014 its lowest since the series began in 2002, which meant a reduction of 64.5% compared to 2013. Highlights for industry sectors (Manufacturing, Construction and Extractive), which had negative balances, i.e. a total of disconnections higher than admissions in 2014, which did not occur in 2013. Although lower than the number recorded in 2013, the Services sector was the leader in the creation of formal jobs.

² EPE.

³ IBRE/FGV.

⁴ Focus Bulletin, February 22, 2015.

Outlook for 2015

The outlook for Brazil's economy has worsened considerably this year, according to data released in early January. The forecast for the rate of inflation in Brazil in 2015 increased significantly, whereas the expectation for GDP is already below zero, according to the Focus Bulletin (market research published weekly by the Central Bank). The median forecast shows ending 2015 with inflation of 7.33%, from 6.99% a month ago. Brazil's government is targeting a rate of 4.5%, with a tolerance of two percentage points. Since the median estimate for economic growth fell to -0.5%, from 0.13% in the previous month. Observe that the activity this year begins with negative momentum (carry over) of -4.1%.

To ward off a potential credit downgrade, the government has pledged to cut spending, which should weigh on economic growth in 2015. Moreover, to hold down inflation, the central bank raised the Selic interest rate for the third consecutive time in January. Still, any slowdown in inflation should be limited due to a number of recently announced tax increases and expected increases in the prices of electricity and transport.

Weak consumption is one of the most obvious signs of discomfort in Brazil. Household spending, which grew during most of the past decade and millions of Brazilians have joined the middle class, stagnated in the year. Consumer confidence (FGV) fell in January to the lowest level since the data series began in September 2005, when the index fell to 89.8 in January, compared to 108.9 a year ago. The index had remained above 100 for almost six years until falling to 95.3 in November.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 1.19 trillion in 2014. This result represented the nominal increase of 4.36% and real decrease of 1.79% (IPCA), compared to 2013. In November 2014, the monthly federal revenues totaled R \$ 104.5 billion. In December there was nominal growth of 3.06% and real reduction of 8.89%, compared to the same month of 2013, reaching R \$ 114.7 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, include: reduction in the collection of income tax/social contribution due to the reduction in corporate profitability; tax exemptions, in particular, on payroll, food parcel and ICMS in the tax base of PIS/COFINS-Import; extraordinary collection in May 2013, on the PIS/COFINS. The main declines seen in 2014 over the previous year were recorded in the following taxes: CIDE-fuels (-60.6%); Income Tax-Financial Entities (-12.2%); and Social Contribution-Financial Entities (-7.4%). On the positive side, the highlights are the following increases: IPI-Cars (+30.2%); IRRF-Capital Income (+15.5%); PIS/PASEP-Financial Entities (+13.2%); and COFINS-Financial Entities (+13.0%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the industry in Rio de Janeiro in December fell by 0.4% over the previous month; the movement is repeated when compared to the same period last year, down 1.2%. Brazil

presented the same downward trend in both comparisons, where industrial production was -2.8% compared to November and -2.7% compared to December 2013. This picture even reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the international and Brazilian economies. From January to December, the Rio de Janeiro industry records negative result of -3.0%, a scenario that is also observed in Brazil, which fell by 3.2%.

In terms of the main aggregates, in December, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry in Rio de Janeiro showed growth of 8.4% and down 4.9%, respectively, over the same period last year. Nationally, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry showed the same movement, growth of 9.0% and a decline of 4.4%, respectively, over the same period of 2013.

In nine of the thirteen activities that the Manufacturing Industry is evaluated in the ERJ, there is a deceleration in the state industrial production compared to the previous month. The main negative results are due to the Motor Vehicles sectors, trailers and bodies (-25.4%) and Metallurgy (-8.2%), influenced mainly by the reduced production of cars, trucks and chassis with engines for buses or trucks; and thick coils of carbon steel, wire rod of carbon steel and alloys in unwrought aluminum, respectively. It is also worth mentioning the decreases in Beverages (-10.1%), Coke, oil products and biofuels (-1.7%), Maintenance, repair and installation of machinery and equipment (-9.8%), Metal products (-14.0%) and Other chemical products (-6.8%) explained largely by lower production of beer, draft beer and soft drinks in the first segment; diesel oil in the second; maintenance and repair of machinery and equipment for industrial uses and floating structures in the third; anchors, grapnels and parts and iron and steel parts, the fourth; and insecticides for agricultural use, in the latter. On the other hand, the most important positive contribution to the Manufacturing Industry came from Food products (+7.2%), driven especially by higher production of ice cream, popsicles and ices products, sausages or salamis and industrialized breads.

YTD 2014, compared to the same period of 2013, the industrial production of Rio de Janeiro faced decrease of 3.0%, with tens of thirteen activities that the Manufacturing Industry is evaluated on a downward trend in production. The main negative impact on the overall average was Vehicles, trailers and bodies (-24.4%), especially due to the reduced production of trucks, cars and chassis with engines for buses or trucks. It is also worth mentioning the decreases of Coke, oil products and biofuels (-2.3%), Metallurgy (-4.6%) and Other chemicals (-8.3%), mainly explained by the decrease in production of diesel oil; thick coils of carbon steel, wire rod of carbon steel and alloys in unwrought aluminum; and additives for lubricating oils, paints and varnishes for printing and insecticides for agricultural use, respectively. Conversely, Maintenance, repair and installation of machinery and equipment (6.4%) brought the most relevant positive contribution to the industry, driven mainly by the higher amount of serviced and repair of aircraft turbines and engines aviation, non-electrical motors, ships or other vessels, machinery and equipment for industrial uses.

Commerce. In the state of Rio de Janeiro, retail sales presented positive performance in the last two months of the year. However, this behavior is not observed in most segments in which it is divided: in just four retail segments (including the extended retail) grew, compared to the same two months of the previous

year, with variation greater than the national average. Considering the restricted retail sales, the volume of sales in the country, in November-December, showed a slight increase (+0.8%), but lower than in the ERJ (+1.9%). The annual result, same situation: +2.2% (BR) and +3.2% (ERJ). In the extended retail sales, a negative result in national sales volume both in the two months (-2.3%) and in the year (-1.7%), affected by the poor performance of Vehicles, motorcycles, parts and accessories (- 9.0% and -9.4%, respectively). In the ERJ, the recovery that began in September-October, and held in November-December, was not enough to make positive the result of Vehicles, motorcycles, parts and accessories in the year (-1.1%). Still, the annual result in extended retail sales was positive in the ERJ (+1.7%).

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	November-December		2014	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Fuels and lubricants	-0.4	1.1	3.3	2.6
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	-0.4	-1.1	3.5	1.3
Textiles, clothing and footwear	-1.8	-1.6	-0.3	-1.1
Furniture and appliances	-4.2	-1.0	-3.8	0.6
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	8.7	7.0	5.6	9.0
Books, newspapers, magazines and stationery	-7.3	-7.8	-7.0	-7.7
Equipment and office supplies, computer and communication	-4.3	6.7	-9.3	-1.7
Other articles of personal and domestic use	13.3	9.1	9.6	7.9
Retail Trade	1.9	0.8	3.2	2.2
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	3.6	-9.0	-1.1	-9.4
Building material	6.3	-0.7	0.7	0.0
Expanded Retail Trade	2.8	-2.3	1.7	-1.7

Source: PMC/IBGE.

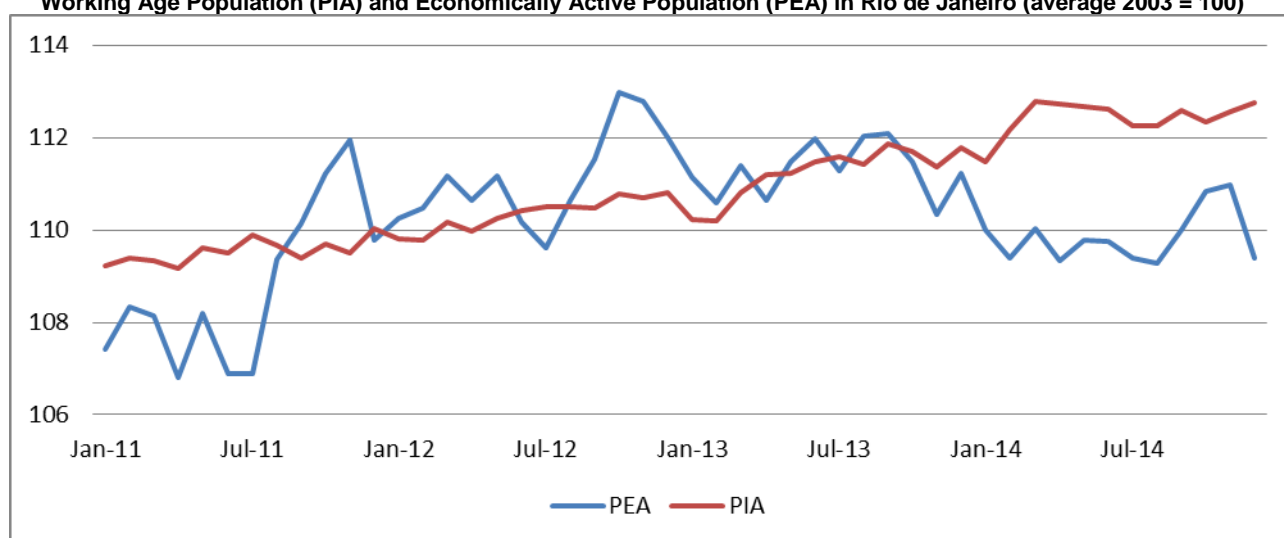
The main highlight in the ERJ is the segment Other articles of personal and domestic use, with growth in November-December of 13.3%, and in the year of 9.3%. Pharmaceutical, medical, orthopedic, perfumery and cosmetics also recorded a good result in the two months (+8.7%), but lower than the national result if considered the annual growth (+5.6% in Rio de Janeiro and +9.0% in the country).

It is important to mention that in 2013 only one segment recorded a negative result in the ERJ (and none considering the national average), Furniture and household appliances (-0.8%). In the same period in 2014, the ERJ presented five segments with decrease in sales volume, and four negative changes were recorded in the country, which indicates a substantial slowdown in retail sales in 2014. Highlights for Books, newspapers, magazines and stationery (-7.0% in Rio de Janeiro and -7.7% in the country), Vehicles, motorcycles, parts and accessories (-1.1% and -9.4%, respectively) and Material and equipment office, computer and communication (-9.3% and -1.7%, respectively).

I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) in the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 1.3% in 2014, YoY. This decrease in the state in 2014 is explained by the phenomenon 'nem-nem': people between 15 and 29 who are neither (nem) in the labor market, nor (nem) in the education system. In the country, the index for the labor force in 2014 shows decrease of 0.70%. This reduction is the largest contributor to the reduction of the unemployment rate in the state, which reached 3.5% in December 2014.

Graph 1
Working Age Population (PIA) and Economically Active Population (PEA) in Rio de Janeiro (average 2003 = 100)



Source: PME/IBGE

As for the employed population in Rio de Janeiro, it is slightly lower (-0.28%) in 2014 compared to 2013. It may be noted that this result is given by the combination of the occupation of positions: the registered workers grew 1.3% in the period; while the informal sector (34% in December) fell, self-employment increased 0.86% and unregistered workers decreased 8.6%. Still outnumber the jobs Military or civil servants (+3.6%).

Assessing the economic sectors in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the sector Public administration and defense, social security, education, health and social services (+1.7%), corresponding to 19% of employment in December, Quarrying and processing and production and distribution of electricity, gas and water (+0.90%), corresponding to 12%, and Other services (+0.17%), corresponding to 21%. On the other hand, the sectors with decrease in employment were: Domestic services (-5.4%), corresponding to 6%, Construction (-2.9%), corresponding to 7%, and Financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises (-1.5%), corresponding to 16%.

As for formal jobs, CAGED data show that in 2014 there were net admissions in the state of Rio de Janeiro, totaling 53,586 positions, less than in the previous year (100,808 net admissions in 2013). This result is due to the volume of net disconnections in Manufacturing Industry (-2,290 in 2014, compared 11,411 in 2013) and Construction (-1,908 in 2014, compared 14,665 in 2013). Stand out as well the sectors Trade

and Services, which in 2014 generated fewer net admissions (-45.9% and -13.9%, respectively) compared to 2013.

Regarding the average real income – at prices of December 2014 – of workers in RMRJ, there was significant real increase (+4.0%) in the year. Interestingly, the average real income of registered workers in the state increased above the total in the period (+5.2%). In the country, the real income increased 1.5%.

I.IV Inflation

In 2014, the National Consumer Price Index (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by +0.52% in November and +1.39% in December. As for Brazil, the indexes in the same period were +0.51% and +0.78%, respectively. It should be noted that in the Rio de Janeiro it reached 7.60% in the year, higher than the variation observed in 2013, 6.16%. Regarding Brazil, YTD was 6.41%, higher than the variation observed last year (5.91%). The inflation target set by the Central Bank for 2014 was 4.50%, with tolerance of 2 percentage points more or less. To contain the inflationary process, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate at the beginning of the year to 12.25%, 0.5% above the rate recorded in December 11.75%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index: 6th period of two months	RJ		2014	
	November	December	RJ	BR
General Index	0.52	1.39	7.60	6.41
Foods and Beverages	0.14	2.31	10.02	8.03
Housing	2.12	1.06	8.83	8.80
Household Articles	0.94	-0.28	6.44	5.49
Clothing	-0.03	2.19	5.15	3.63
Transport	0.18	2.02	6.06	3.75
Health and Personal Care	0.43	0.32	6.85	6.97
Personal Expenses	0.13	1.46	8.56	8.31
Education	0.10	0.07	9.31	8.45
Communication	0.09	0.04	-0.39	-1.52

Source: IPCA/IBGE.

The groups with the highest increases in December were Food and beverages (2.31%), clothing (2.19%) and transport (2.02%). Food and beverages was driven mainly by the increase in Meat (+6.63%). In relation to Clothing, it was influenced by the price increase of Women's Clothing (+3.20%). As for Transport, the Air Tickets exerted pressure on it (+43.5%). Among the groups with the smallest variations in the period, Household articles posted deflation (-0.28%) and Communication and Education showed a slight increase of 0.04% and 0.07%, respectively.

I.V Services

The services sector grew (nominal) strong, up 7.5% in 2014. This growth was driven by Transport, auxiliary services to transportation and mailing, whose increase was 9.8% in the period. However, all sub-sectors showed strong growth, Other services grew by 7.2%, Professional, administrative and complementary services +7.0%, Household services +6.8%, and Information Services and communication +6.0%. In the country the services sector grew less (+6.0%), driven by Household services (+ 9.2%).

I.VI External Sector

The exports through RJ reached US \$ 22.6 billion in 2014, a 6.3% increase over the same period in 2013. This result was due to the observed increase in July and August 2014, considering that the value in the last quarter was less than in the previous year (-26.9%). On the import side, goods receipt kept the value of the previous year (+0.03%) to US \$ 21.6 billion. Despite the acceleration of imports on the 5th two months, while imports increased by 25.5%, there was a decrease in the 6th two months of 11.7%. The balance for the period was a surplus of US \$ 1.04 billion, considerably different result than the same period of 2013, when it was observed US \$ 301.1 million deficit.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁵.

Em muitos aspectos, a economia global parece muito melhor que há alguns anos. O crescimento é modesto, mas em geral positivo; o desemprego diminuiu; o sistema financeiro ainda tem alguns problemas, mas está muito mais sólido que em 2008. Contudo, a recuperação também está se tornando cada vez mais desigual. Ainda no começo do ano, o Fundo Monetário Internacional cortou suas previsões para o crescimento global em 0,3 pontos percentuais, para 3,5% este ano e 3,7% no próximo ano. Isso significa quatro anos sucessivos de crescimento mundial abaixo do que tem sido historicamente a “tendência” – o que sugere que a economia está realmente ficando mais longe de retornar a sua plena capacidade.

A revisão reflete uma reavaliação das perspectivas de China, Rússia, Zona do Euro e Japão, bem como a atividade mais fraca em alguns grandes exportadores de petróleo devido à queda acentuada dos preços. Por outro lado, os Estados Unidos são a única grande economia para a qual as projeções de crescimento foram reavaliadas para cima. Entre os fatores que influenciaram estão: impulso positivo dos preços mais baixos do petróleo, consequência da maior oferta; impulso negativo da redução de investimentos e volatilidade nos mercados financeiros globais, especialmente nos emergentes.

Na primeira reunião de política monetária do Fed em 2015, o FOMC sinalizou que evitará quaisquer mudanças no início do ano. Na declaração oficial, o Comitê entende que as informações de mercado no período dezembro-janeiro sugerem que a atividade econômica vem se expandindo a um ritmo sólido: mercado de trabalho em boas condições, com fortes ganhos de emprego e uma taxa de desemprego mais baixa. A despesa das famílias está aumentando moderadamente, em especial, as recentes quedas nos preços da energia aumentaram o poder de compra das famílias. Investimento fixo das empresas está avançando, embora a recuperação no setor da habitação continue lenta. Por outro lado, a inflação diminuiu, ficando abaixo da meta estabelecida, refletindo em grande parte declínios nos preços da energia. Como consequência, as previsões econômicas do poder executivo, divulgadas no início do ano, são: taxa de desemprego abaixo de 5% até o final de 2016 e crescimento de 3% em 2015 e 2016. Já o Congresso prevê redução do déficit do governo em 2015 e 2016, atingindo 2,5% do PIB até 2017, antes de começar a subir novamente com o envelhecimento da população.

Na Zona do Euro, a atividade econômica ao fim de 2014 revelou-se mais fraca que o esperado no início do ano devido ao crescimento comedido dos investimentos e das exportações. De acordo com as projeções, a atual fase de crescimento modesto se manterá ao longo de 2015. Contudo, há fatores externos e internos favoráveis, incluindo o “QE europeu”, com compra de títulos de 60 bilhões de euros por mês, que serão protagonistas no primeiro semestre de 2015, esperando-se que, subsequentemente, o crescimento

⁵ Esta análise utiliza dados disponíveis até 23/02/2015.

real do PIB adquira ritmo um pouco mais acelerado. A Comissão Europeia estima que a zona do euro deva crescer 1,3% em 2015 e 1,9% em 2016. Em novembro de 2014, as previsões eram de crescimento de 1,1% e 1,7%, respectivamente. As estimativas foram elevadas para a maioria das maiores economias da Europa, Alemanha, França e Espanha. A justificativa é o preço mais baixo do petróleo, que deve impulsionar os lucros das empresas e os rendimentos das famílias. Apesar do panorama mais otimista, ainda há reservas, tendo em vista que com a queda do preço do petróleo deve haver deflação. Estima-se que haja redução dos preços em 0,1% este ano.

A economia da China cresceu 7,4% em 2014, sendo esta a taxa mais fraca em 24 anos. Foi também a primeira vez neste século que a China perdeu sua meta oficial de crescimento, caindo um pouco abaixo da meta oficial de 7,5%. O país se juntou a um clube exclusivo no ano passado: sua produção econômica ultrapassou USD 10 trilhões, tornando-se apenas o segundo país a conseguir essa façanha (os EUA alcançaram este nível em 2000). Além disso, o aumento no tamanho econômico da China significa que o crescimento mais lento agora gera tanta demanda adicional quanto o seu crescimento acelerado fez pouco tempo atrás. O crescimento do ano passado, mesmo com inflação controlada, rendeu um extra de 4,8 trilhões de Yuan do PIB, quase exatamente o mesmo que em 2007, quando o crescimento foi de 14,2% e a inflação foi muito maior. Tendo em vista que o FMI projeta crescimento de 6,8% para 2015, o Banco Popular da China expandiu a oferta de moeda no início do ano, a medida visa amortecer a desaceleração da economia no país. Com isso, a oferta de moeda (M2) subiu 10,8% ante o ano anterior.

No Brasil, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) variou negativamente (-0,55%) em dezembro de 2014, em relação ao mês anterior. Na comparação com dezembro de 2013, a variação foi de 0,65%. No ano, houve recuo de 0,15%, primeira retração desde 2009. Dados da indústria mostram que os resultados citados não aconteceram ao acaso. Em dezembro de 2014, variação de -2,8% da 'Indústria Geral' em relação a novembro, pior resultado mensal em 2014, puxado por 'Indústrias de Transformação' (-3,5%). O fraco resultado em dezembro influenciou diretamente o desfecho anual (-3,2%) da indústria, o pior desde 2009, incluindo o péssimo desempenho das 'Indústrias de Transformação' (-4,3%), de maior peso no cálculo, e também a recuperação das 'Indústrias Extrativas' (+5,7%). O resultado na 'Indústria de Transformação' em 2014 foi influenciado, entre outros fatores, por 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias' (-16,8%), 'Metalurgia' (-7,4%) e 'Fabricação de máquinas e equipamentos' (-5,9%).

Dados do comércio varejista (restrito) mostram redução de 2,6% em dezembro na comparação com o mês anterior, a primeira queda após quatro resultados positivos. Em relação ao mês de dezembro de 2013, variação de 0,3%. Considerando o acumulado anual, alta de 2,2% (+4,3% em 2013). No comércio varejista ampliado, as diferenças entre 2013 e 2014 acentuam-se, com a queda em 'Veículos, motocicletas, partes e peças'. Na comparação com dezembro de 2013, variação de -2,2%. Considerando o acumulado anual, recuo de 1,7% (+3,6% em 2013). Os destaques no ano de 2014 foram 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,0%) e 'Veículos, motocicletas partes e peças' (-9,4%).

Já o consumo de energia elétrica registrou aumento de 2,2% em 2014. Mesmo com aumentos substanciais tanto no segmento comercial (+7,3%), quanto no residencial (+5,7%), a alta geral de 2,2% foi a menor desde 2009. Isto se deve, basicamente, ao desempenho verificado no setor industrial (-3,6%), que representa 38% do consumo total de energia. Puxada inicialmente pelos setores intensivos em energia (como a metalurgia), a redução do consumo de energia se estendeu para os outros setores industriais, principalmente no segundo semestre, afetando em maior intensidade os setores químico e automotivo e refletindo a queda da produção nesses setores⁶.

Os fatores descritos acima (retração da produção industrial e desaceleração do volume de vendas no comércio varejista), aliados ao baixo desempenho de 'Agropecuária' em 2014, estimado em +1,0% (+6,6% em 2013), e também ao resultado modesto de 'Serviços' (+0,7% em 2014, contra +2,2% verificados em 2013) devem influenciar no fraco resultado do PIB em 2014, estimado em +0,1% (2,5% em 2013)⁷.

Considerando o setor externo, a balança comercial registrou déficit em 2014 (US\$ -3,96 bi), o que não acontecia desde 2000. Em 2013, o saldo ficou positivo em US\$ 2,29 bi. O resultado foi influenciado principalmente pela queda nas exportações (-7,0%), já que houve também queda nas importações no período (-4,5%). Fatores como a queda no preço internacional das commodities, as importações ainda elevadas de petróleo (embora inferior a 2013) e a crise econômica na Argentina contribuíram fortemente para o desfecho negativo. Nas exportações, destaques para 'Minérios de ferro e seus concentrados' (-20,5%) e 'Automóveis de passageiros' (-41,7%). Nas importações, se destacaram 'Óleos brutos de petróleo' (-4,8%) e 'Automóveis de passageiros' (-15,5%).

O IPCA fechou o ano de 2014 com uma variação de 6,41% (5,91% em 2013), bem próxima do teto da meta do governo (6,50%) e também das expectativas do mercado. Em dezembro, o índice teve a segunda pior taxa mensal para o ano (0,78%), inferior apenas a março (0,92%). 'Alimentação e bebidas' (1,08%) e 'Transportes' (1,38%) foram os principais responsáveis, representando 68% da variação do índice em dezembro. No acumulado em 2014, destaques para 'Alimentação e bebidas', com aumento de 8,03% (8,48% em 2013) e 'Habitação', com variação de 8,80% (3,40% em 2013). Juntos, representaram 51% da inflação registrada em 2014. Como alguns preços administrados nem foram ainda reajustados (ou foram parcialmente) e considerando a desvalorização do real frente ao dólar, há ainda expectativas de que os preços continuem aquecidos em 2015 (7,33%)⁸.

O número de postos líquidos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, registrou em 2014 o pior resultado desde o início da série em 2002, o que significou redução de 64,5% em relação ao saldo acumulado em 2013. Destaques para setores da indústria ('Indústria de transformação', 'Construção Civil' e 'Extrativa mineral'), que apresentaram saldos negativos, isto é, um total de desligamentos superior ao de admissões em 2014, o que não ocorreu em 2013. Mesmo também inferior ao número registrado em 2013, o setor de 'Serviços' foi o líder de geração em empregos formais.

⁶ EPE.

⁷ IBRE/FGV.

⁸ Boletim Focus de 20/02/2015.

Perspectivas para 2015

As perspectivas para a economia do Brasil este ano piorou consideravelmente, de acordo com dados divulgados no começo de janeiro. A previsão para a taxa de inflação do Brasil 2015 aumentou consideravelmente, enquanto a expectativa para o PIB já está abaixo de zero, conforme o Boletim Focus (pesquisa de mercado publicada semanalmente pelo Banco Central). A mediana das previsões mostra que termina 2015 com inflação de 7,33%, ante 6,99% há um mês. O governo do Brasil tem como alvo uma taxa de 4,5 por cento, com uma margem de tolerância de dois pontos percentuais. Já a mediana das estimativas para o crescimento econômico caiu para -0,5% ante 0,13% no mês anterior. Observe que a atividade este ano começa com embalo negativo (carry over) de -4,1%.

Para afastar um potencial rebaixamento de crédito, o governo se comprometeu a cortar gastos, o que deve pesar sobre o crescimento econômico em 2015. Além disso, para segurar a inflação, o banco central elevou a taxa de juros Selic pela terceira vez consecutiva em janeiro. Ainda assim, qualquer desaceleração da inflação deve ser limitada devido a uma série de aumentos de impostos anunciados recentemente e esperados aumentos dos preços da eletricidade e de transporte.

Consumo fraco é um dos sinais mais evidentes de mal-estar no Brasil. A despesa das famílias, que cresceu durante a maior parte da última década, milhões de brasileiros ingressaram na classe média, estagnou no ano. A confiança do consumidor (FGV) caiu em janeiro para o menor patamar desde que a série de dados começou em setembro de 2005, quando o índice caiu para 89,8 em janeiro, ante de 108,9 um ano atrás. O índice havia permanecido acima de 100 por quase seis anos, até caindo para 95,3 em novembro.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 1,19 trilhão em 2014. Esse resultado representou o aumento nominal de 4,36% e queda real de 1,79% (IPCA), em relação ao ano anterior. Em novembro de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 104,5 bilhões. Em dezembro houve queda nominal de 3,06% e redução real de 8,89%, ante o mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 114,7 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução na arrecadação do IRPJ/CSLL, em razão da redução na lucratividade das empresas; desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS – Importação; arrecadação extraordinária, em maio de 2013, referente à PIS/COFINS. Os principais decréscimos verificados em 2014, em relação ao ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: CIDE-combustíveis (-60,6%); IRPJ-Entidades Financeiras (-12,2%); e CSLL-Entidades Financeiras (-7,4%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IPI-Automóveis (+30,2%); IRRF-Rendimentos de Capital (+15,5%); PIS/PASEP-Entidades Financeiras (+13,2%); e COFINS-Entidades Financeiras (+13,0%).

I.III Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em dezembro apresentou queda de 0,4% em relação ao mês anterior, o movimento repete-se quando comparado ao mesmo período do ano anterior, com a queda de 1,2%. O Brasil apresentou a mesma tendência de queda em ambas as comparações, onde a produção industrial ficou -2,8% em relação a novembro, e -2,7% em relação a dezembro de 2013. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a dezembro, a indústria fluminense registra resultado negativo de -3,0%, cenário que também se observa no Brasil, que registrou queda de 3,2%.

Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e de transformação fluminense apresentaram em dezembro crescimento de 8,4% e queda de 4,9%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 9,0% e queda de 4,4%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

Em nove das treze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ há desaceleração na produção industrial fluminense em relação ao mês anterior. Os principais impactos negativos ficaram com os setores de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,4%) e de Metalurgia (-8,2%), pressionados, principalmente, pela menor fabricação de automóveis, caminhões e chassis com motor para ônibus ou para caminhões; e de bobinas grossas de aço ao carbono, fio-máquina de aço ao carbono e ligas de alumínio em formas brutas, respectivamente. Vale mencionar também os recuos vindos de Bebidas (-10,1%), de Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,7%), de Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-9,8%), de Produtos de metal (-14,0%) e de Outros produtos químicos (-6,8%), explicados, em grande medida, pela menor produção de cervejas, chope e refrigerantes, no primeiro ramo; de óleo diesel, no segundo; de serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para usos industriais e de estruturas flutuantes, no terceiro; de âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, no quarto; e de inseticidas para uso na agricultura, no último. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante sobre o total da indústria veio de Produtos alimentícios (+7,2%), impulsionado, especialmente, pela maior produção de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, produtos embutidos ou de salami e pães de forma industrializados.

De janeiro a dezembro de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 3,0%, com dez dos treze ramos pesquisados apontando queda na produção. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com o setor de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-24,4%), pressionado especialmente pela menor fabricação de caminhões, automóveis e chassis com motor para ônibus ou para caminhões. Vale mencionar também os recuos vindos de Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,3%), de Metalurgia (-4,6%) e de Outros produtos químicos (-8,3%), explicados principalmente pela queda na produção de óleo diesel; de bobinas grossas de aço ao carbono, folhas-de-flandres e ligas de alumínio em formas brutas; e de aditivos para óleos

lubrificantes, tintas e vernizes para impressão e inseticidas para uso na agricultura, respectivamente. Em sentido oposto, o setor de Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (6,4%) exerceu a contribuição positiva mais relevante sobre o total da indústria, impulsionado, sobretudo, pela maior quantidade de serviços prestados de manutenção e reparação de aeronaves, turbinas e motores de aviação, de máquinas motrizes não elétricas, de navios ou outras embarcações e de máquinas e equipamentos para usos industriais.

Comércio. No estado do Rio de Janeiro, o comércio varejista apresentou variação positiva no último bimestre do ano. Contudo, este comportamento não é observado na maioria dos segmentos em que é dividido: em apenas quatro segmentos do comércio varejista (inclusive o ampliado) houve crescimento, quando comparado com igual bimestre do ano anterior, sendo a variação superior à média nacional. Considerando-se o comércio varejista restrito, o volume de vendas no país, no sexto bimestre, apresentou leve alta (+0,8%), mas inferior ao registrado no ERJ (+1,9%). No resultado anual, mesma situação: +2,2% (BR) e +3,2% (ERJ). No comércio varejista ampliado, resultado negativo no volume de vendas nacional tanto no bimestre (-2,3%), quanto no ano (-1,7%), ambos influenciados pelo desempenho ruim de 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-9,0% e -9,4%, respectivamente). No ERJ, a recuperação iniciada ainda no quinto bimestre e mantida no sexto bimestre não foi suficiente para tornar positivo o resultado de 'Veículos, motocicletas, partes e peças' no ano (-1,1%). Mesmo assim, o resultado anual no comércio varejista ampliado foi positivo no ERJ (+1,7%).

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	Novembro-Dezembro		2014	
	Rio de Janeiro	Brasil	Rio de Janeiro	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	-0,4	1,1	3,3	2,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,4	-1,1	3,5	1,3
Tecidos, vestuário e calçados	-1,8	-1,6	-0,3	-1,1
Móveis e eletrodomésticos	-4,2	-1,0	-3,8	0,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	8,7	7,0	5,6	9,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,3	-7,8	-7,0	-7,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-4,3	6,7	-9,3	-1,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	13,3	9,1	9,6	7,9
Comércio varejista	1,9	0,8	3,2	2,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,6	-9,0	-1,1	-9,4
Material de construção	6,3	-0,7	0,7	0,0
Comércio varejista ampliado	2,8	-2,3	1,7	-1,7

Fonte: PMC/IBGE.

O principal destaque no ERJ é o segmento 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico', com crescimento no sexto bimestre de 13,3% e no ano de 9,3%. 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' também registrou um bom resultado no bimestre (+8,7%), porém inferior ao nacional se considerada a variação anual (+5,6% no Rio de Janeiro e +9,0% no país).

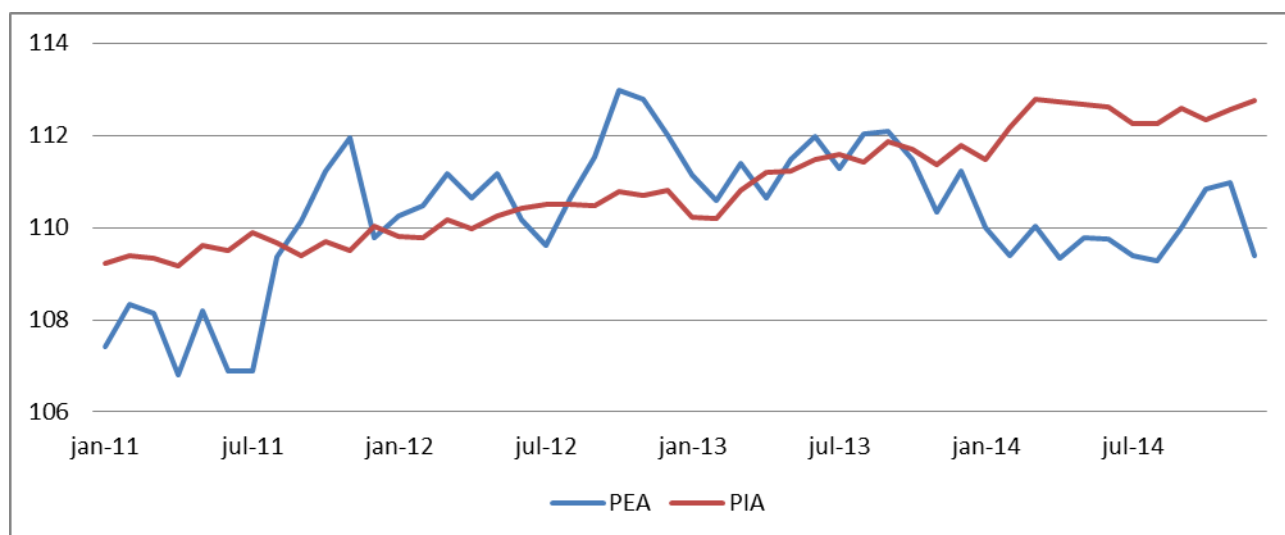
É importante mencionar que no acumulado anual de 2013, apenas um segmento registrou resultado negativo no ERJ (e nenhum considerando a média nacional): 'Móveis e eletrodomésticos' (-0,8%). No mesmo período de 2014, o ERJ apresentou cinco segmentos com queda no volume de vendas e a média nacional registrou quatro com variação negativa, o que evidencia uma considerável desaceleração no comércio varejista em 2014. Destaque para 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-7,0% no Rio de Janeiro e -7,7% no país), 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-1,1% e -9,4%, respectivamente) e 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (-9,3% e -1,7%, respectivamente).

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 1,3% em 2014, na comparação anual. Esta diminuição no estado é explicada pelo fenômeno "nem-nem": pessoas entre 15 e 29 anos que não estão *nem* no mercado de trabalho, *nem* no sistema de ensino. No país, o índice para a PEA em 2014 mostra redução de 0,70%. Essa redução da PEA é o que mais contribui para a redução da taxa de desocupação no estado, a qual atingiu 3,5% em dezembro de 2014.

Gráfico 1

População em Idade Ativa e População Economicamente Ativa no Rio de Janeiro (média de 2003 = 100)



Fonte: PME/IBGE

Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 0,28% em 2014 em relação a 2013. Pode-se observar que este resultado é dado pela combinação entre as posições da ocupação: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram crescimento de 1,3% no período; já o setor informal (34% do total em dezembro) apresentou queda, com empregos 'Contra própria' aumentando 0,86% e 'Sem carteira assinada' diminuindo 8,6%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+3,6%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+1,7%), correspondendo a 19% da ocupação em dezembro, 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+0,90%), correspondendo a 12%, e

‘Outros serviços’ (+0,17%), correspondendo a 21%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: ‘Serviços domésticos’ (-5,4%), correspondendo a 6%, ‘Construção’ (-2,9%), correspondendo a 7%, e ‘Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa’ (-1,5%), correspondendo a 16%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que em 2014 houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 53.586 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (100.808 admissões líquidas em 2013). Este resultado é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores ‘Indústria de Transformação’ (-2.290 em 2014, frente 11.411 em 2013) e ‘Construção Civil’ (-1.908 em 2014, frente 14.665 em 2013). Destacam-se também os setores Comércio e Serviços, que em 2014 geraram menor número de admissões líquidas (-45,9% e -13,9%, respectivamente) em relação a 2013.

Quanto ao rendimento médio real – preços de dezembro de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+4,0%) no ano. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada no estado aumentou acima do total no período (+5,2%). No país, o rendimento real aumento 1,5%.

I.IV Inflação

Em 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,52% e 1,39%, nos meses de novembro e dezembro respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,51% e 0,78% no mesmo período. Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou 7,60% no acumulado do ano, variação superior à observada em 2013, 6,16%. No que tange o Brasil, o acumulado no ano foi 6,41%, índice maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior 5,91%. A meta para inflação estabelecida pelo Banco Central para 2014 foi 4,50%, com variação de 2 p.p. para mais ou para menos. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu elevar a taxa SELIC no início do ano para 12,25%, 0,5% acima da taxa estabelecida em dezembro 11,75%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 4º Bimestre	RJ		No ano	
	Novembro	Dezembro	RJ	BR
Índice Geral	0,52	1,39	7,60	6,41
Alimentação e bebidas	0,14	2,31	10,02	8,03
Habituação	2,12	1,06	8,83	8,80
Artigos de Residência	0,94	-0,28	6,44	5,49
Vestuário	-0,03	2,19	5,15	3,63
Transportes	0,18	2,02	6,06	3,75
Saúde e Cuidados Pessoais	0,43	0,32	6,85	6,97
Despesas Pessoais	0,13	1,46	8,56	8,31
Educação	0,10	0,07	9,31	8,45

Comunicação	0,09	0,04	-0,39	-1,52
-------------	------	------	-------	-------

Fonte: IPCA/IBGE.

Os grupos que apresentaram as maiores altas em dezembro foram Alimentação e Bebidas (2,31%), Vestuário (2,19%) e Transportes (2,02%). O grupo Alimentação e Bebidas foi pressionado, principalmente, pelo aumento do item Carnes (+6,63%). Em relação ao grupo Vestuário, este foi influenciado pelo aumento de preço das Roupas Femininas (+3,20%). No que tange o grupo Transportes, o item Passagens Aéreas exerceu pressão (+43,5%) sobre o mesmo. Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Artigos de Residência apresentou deflação (-0,28%) e Comunicação e Educação apresentaram um leve aumento de 0,04% e 0,07%, respectivamente.

I.V Serviços

O setor de serviços apresentou crescimento (nominal) forte, com alta de 7,5% em 2014. Este crescimento foi puxado por 'Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio', cujo aumento foi de 9,8% no período. Contudo, todos os subsetores apresentaram crescimento forte: 'Outros serviços' cresceu 7,2%, 'Serviços profissionais, administrativos e complementares' +7,0%, 'Serviços prestados às famílias' +6,8%, e 'Serviços de informação e comunicação' +6,0%. No país o setor cresceu menos (+6,0%), puxado pelo 'Serviços prestados às famílias' (+9,2%).

I.VI Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 22,6 bilhões em 2014, crescimento de 6,3% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu devido ao aumento observado em julho e agosto de 2014, tendo em vista que o valor no último trimestre foi inferior ao observado no ano anterior (-26,9%). Do lado das importações, a entrada de mercadorias manteve o valor do ano anterior (+0,03%), alcançando US\$ 21,6 bilhões. Apesar da aceleração das importações no 5º bimestre, quando as importações aumentaram 25,5%, houve queda no 6º bimestre de 11,7%. O saldo no período foi de superávit de US\$ 1,04 bilhão, resultado consideravelmente diferente ao obtido no mesmo período de 2013, quando foi observado déficit de US\$ 301,1 milhões.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 16.881,37 milhões / 108,6% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 82.541,75 milhões / 105,7% da meta realizada.

Tabela 3
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2014	RECEITA REALIZADA (NOV - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	12.458,39	13.673,72	109,8%	67.740,97	68.344,17	100,9%
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	3.088,35	3.207,65	103,9%	10.331,12	14.197,58	137,4%
TOTAL	15.546,74	16.881,37	108,6%	78.072,10	82.541,75	105,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹⁰ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no ano de 2014 superou a meta em 5,7% e atingiu o montante de R\$ 82.541,75 milhões.

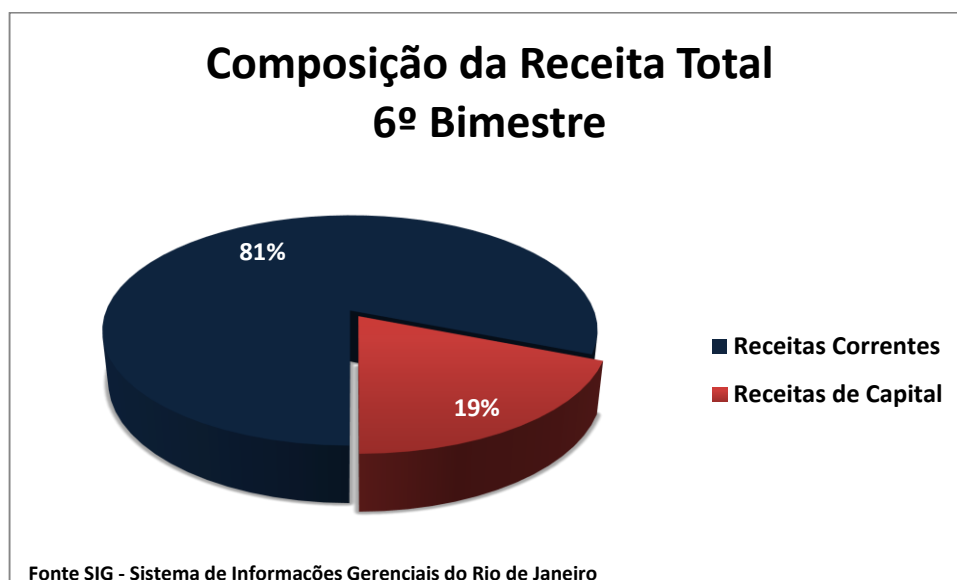
⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

No sexto e último bimestre do ano, a receita total realizada atingiu o valor de R\$ 16.881,37 milhões. Tal valor superou a meta estipulada em 8,6%. Dentre as receitas correntes, destacaram-se no cumprimento da meta as receitas tributárias que, ainda que tivessem realizado um valor abaixo da meta estimada (96,7% da meta prevista), são muito representativas em valores absolutos. Estas alcançaram R\$ 7.509,31 milhões (54,91% de participação nas receitas correntes). Também tiveram comportamento relevante as receitas patrimoniais cujo valor ultrapassou a meta em 58,4% (+ R\$ 1.074,66 milhões)

Já em relação às receitas de capital, a receita proveniente da alienação de bens foi a que obteve maior destaque. A receita total desta ficou realizada em R\$ 2.003,37 milhões, o que representou 249,4% da meta prevista para o bimestre.

Gráfico 2



No acumulado de 2014 a receita total realizada obteve 105,7% da meta prevista ou R\$ 82.541,75 milhões. A extrapolação da meta da receita no ano de 2014 se deve, principalmente, às receitas de capital, as quais ultrapassaram a meta prevista no ano em 37,4% ou, em valores absolutos, R\$ 3.866,46 milhões. Desmembrando as receitas de capital, obtêm destaque as receitas provenientes das operações de crédito e alienação de bens as quais realizaram, adicionalmente à meta, R\$ 1.296,50 milhões (+ 20,6% da meta

estipulada) e R\$ 2.391,87 milhões (+79,2% da meta anual), respectivamente.

As receitas correntes, que representam 82,8% do total da receita acumulada em 2014, também contribuíram para o atingimento e superação da meta. Tais receitas realizaram R\$ 68.344,17 milhões, 0,9% acima da meta estimada.

Gráfico 3

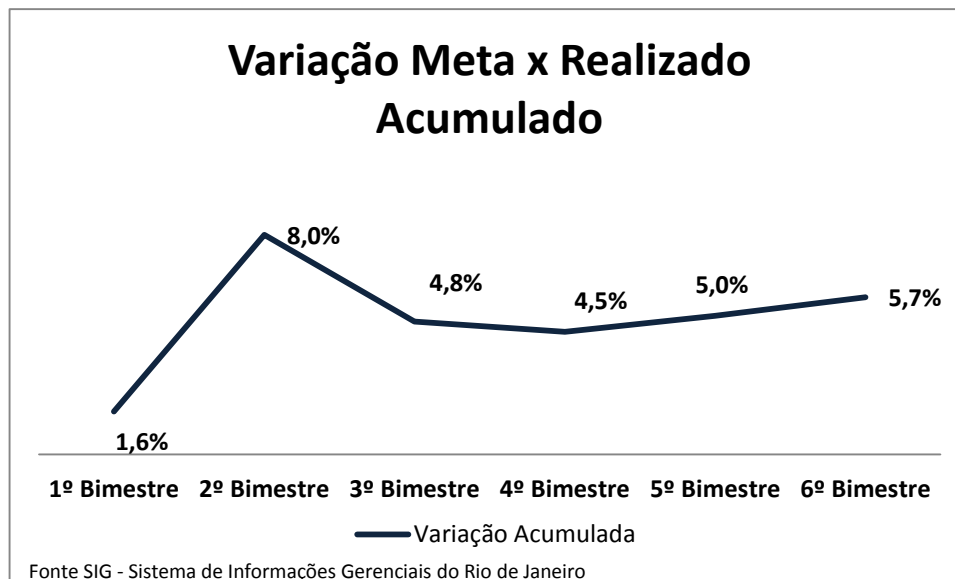


Tabela 4
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2014	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	12.458,39	13.673,72	109,8%	67.740,97	68.344,17	100,9%
TRIBUTÁRIA	7.763,60	7.509,32	96,7%	44.980,39	42.479,54	94,4%
CONTRIBUIÇÕES	330,18	408,84	123,8%	1.452,70	1.886,34	129,9%
PATRIMONIAL	1.840,44	2.915,10	158,4%	8.553,03	10.302,12	120,5%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	11,5%	0,48	0,07	13,9%
INDUSTRIAL	32,83	33,35	101,6%	196,99	185,94	94,4%
SERVIÇOS	74,62	64,85	86,9%	475,30	377,69	79,5%
TRANSF. CORRENTES	1.073,81	1.022,04	95,2%	6.349,52	5.959,02	93,9%
OUTRAS	606,08	845,72	139,5%	2.170,32	3.268,96	150,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	736,76	874,47	118,7%	3.562,26	3.884,49	109,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

- a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.
- h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes, no sexto bimestre de 2014, totalizaram R\$ 13.673,72 milhões, o que representa 9,8% da meta estipulada para o período. As receitas tributárias e as receitas patrimoniais possuem destaque no montante das receitas correntes realizadas. As receitas tributárias, ainda que tenham permanecido um pouco aquém da meta prevista (R\$ 254,28 milhões abaixo da meta, alcançando 96,7%) são muito relevantes uma vez que representam 54,9% do total das receitas correntes no bimestre. Seccionando a receita tributária,

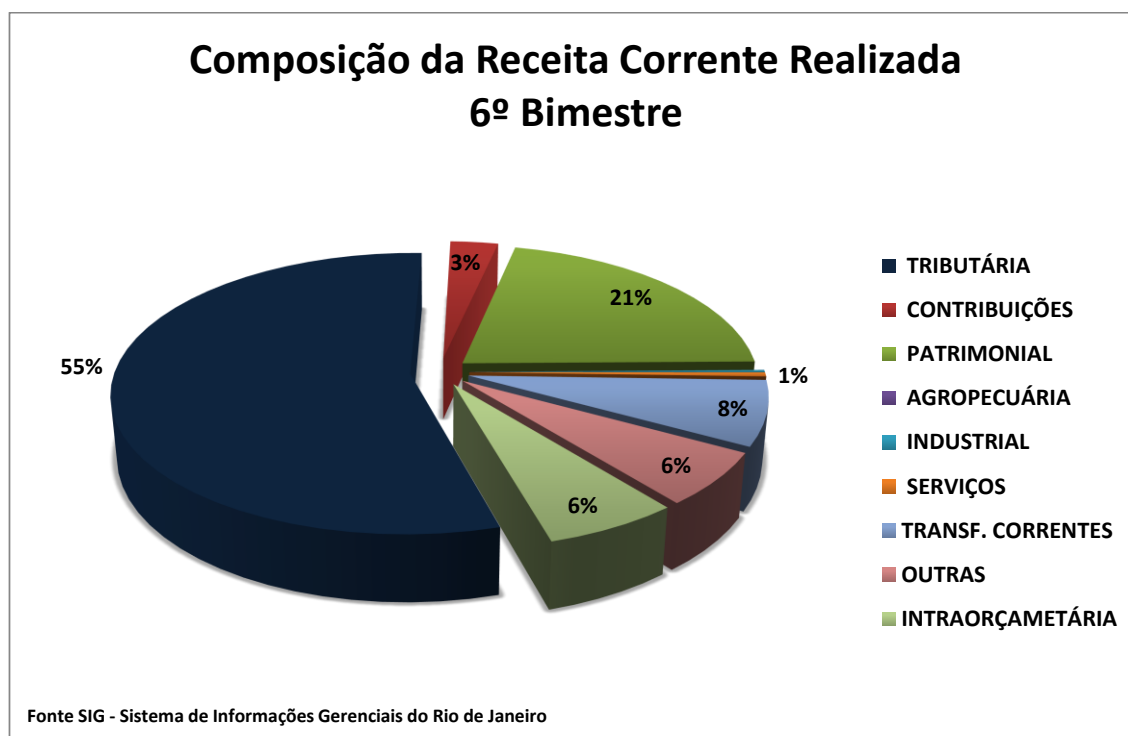
A receita corrente alcançou, no ano de 2014, o valor de R\$ 68.344,17 milhões.

Considerando todo ano de 2014, as receitas tributárias representaram 62,2% das receitas correntes.

observa-se que a receita do ICMS, principal tributo do estado, arrecadou o valor total de R\$ 5.445,01 milhões com uma variação negativa de – 3,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Tal variação influenciou a frustração da meta de receita tributária.

De outra forma, a receita patrimonial obteve um resultado superior à meta estipulada para o período: R\$ 2.915,10 milhões. Tal resultado equivale a 158,4% da meta estipulada, representando a superioridade de R\$ 1.074,66 milhões frente à meta. O desempenho da receita patrimonial foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, que representam 74,17% do total das receitas patrimoniais. Essa receita sofreu uma variação positiva de 10,5% frente ao sexto bimestre de 2013 e realizou R\$ 2.162,21 milhões. Mais informações acerca das receitas tributárias e receitas patrimoniais, na seção IV.I.1 deste boletim.

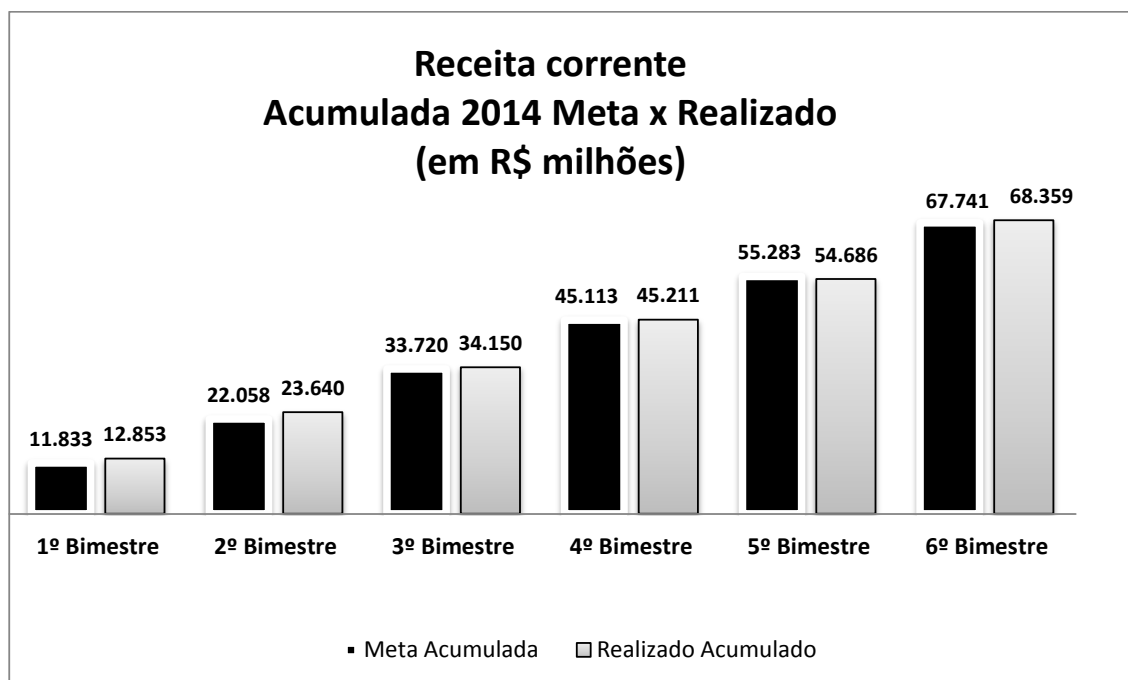
Gráfico 4



Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 68.344,17 milhões. Tal resultado excedeu a meta em 0,9%. Contribuíram ativamente para esse resultado, as receitas patrimoniais.

As receitas patrimoniais superaram a meta em 20,5% o que representa em valores absolutos R\$ 1.749,10 milhões. Tal resultado significa uma variação de 14,3% frente ao ano de 2013. As receitas de petróleo, tal como no resultado bimestral, podem ser apontadas como a receita patrimonial mais influente, uma vez que representam 84,55% do total das receitas patrimoniais. Mais informações sobre as receitas patrimoniais na seção IV.1.2 deste boletim.

Gráfico 5



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 3.207,65 milhões / 103,9% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 14.197,58 milhões / 137,4% da meta realizada.

**Tabela 5
Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2014	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2014	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	3.088,35	3.207,65	103,9%	10.331,12	14.197,58	137,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.193,04	955,42	43,6%	6.308,99	7.605,49	120,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	803,36	2.003,37	249,4%	3.020,08	5.411,95	179,2%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	41,27	44,26	107,2%	238,40	279,22	117,1%
TRANSF. CAPITAL	50,54	27,86	55,1%	761,85	337,97	44,4%
OUTRAS	0,00	0,00	0,0%	0,20	0,05	26,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,13	176,74	136.116,9%	1,60	562,90	35.181,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹²:

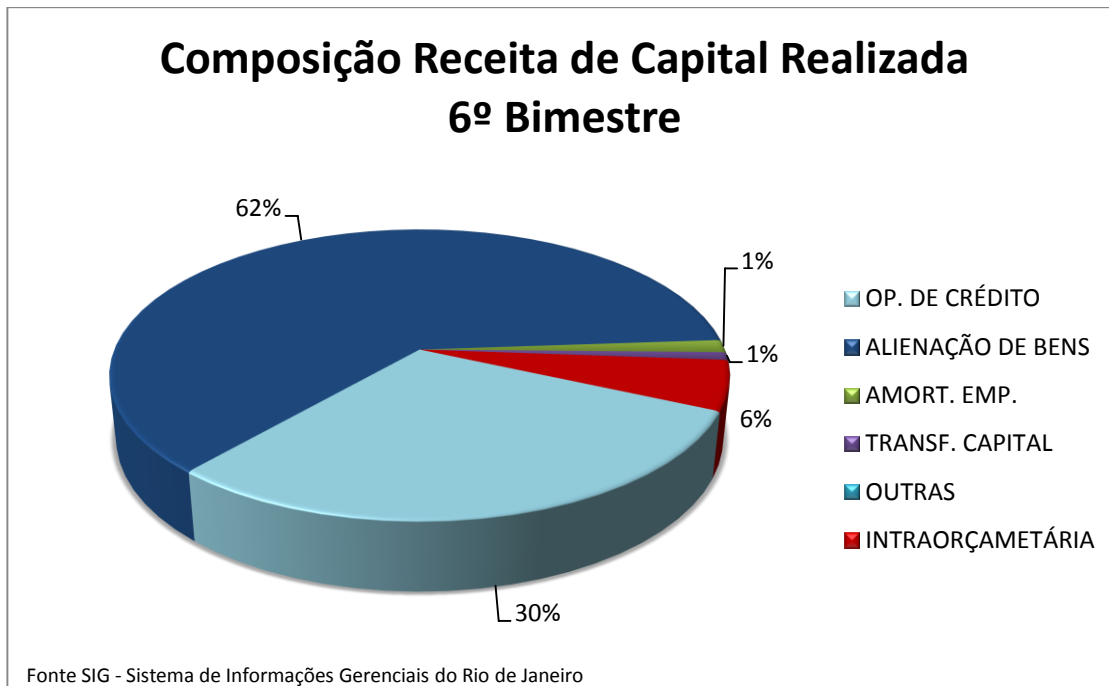
- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem

¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 6



No sexto bimestre de 2014, as receitas de capital realizaram 103,9% da meta estimada para o período, ou, em valores absolutos: R\$ 3.207,65 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, das receitas de alienações de bens.

As receitas de alienações de bens, no sexto bimestre, atingiram o montante de R\$ 2.003,37 milhões. Este valor aponta que a meta foi ultrapassada em 149,4%. Tal fato ocorreu devido ao ingresso financeiro da receita do RIOPREVIDÊNCIA, que alcançou R\$ 1.981,30 milhões no bimestre, sendo que R\$ 1.688,87 milhões ingressaram em novembro de 2014 e o restante em dezembro.

As receitas de operações de crédito, ao contrário das receitas de alienações de bens, ficaram abaixo da meta do bimestre. Tal fato ocorreu devido ao cronograma de desembolso das operações de crédito. A maior parte das operações de crédito previstas para o sexto bimestre foram realizadas em meses anteriores. É possível verificar tal feito pela análise acumulada, em que as operações de

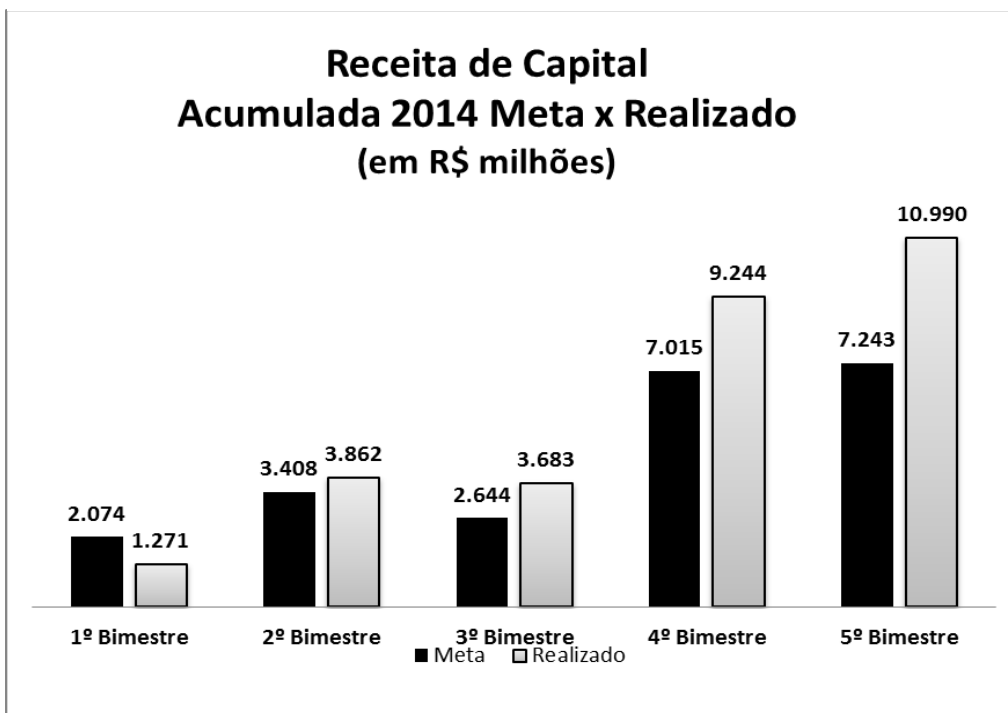
crédito realizaram R\$ 7.605,49 milhões, 20,6% acima da meta prevista para o ano de 2014. A maior parte das operações de crédito realizadas em 2014 foram as Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, com o valor total de R\$ 5.578,30 milhões, representando 73,3% do total das receitas de operações de crédito no ano.

No acumulado, as receitas de alienações de bens também se destacaram. O valor total realizado durante o ano de 2014 foi de R\$ 5.411,95 milhões, 179,2% da meta proposta. Como comentado em boletins anteriores, essa receita foi oriunda, principalmente, do ingresso financeiro do RIOPREVIDÊNCIA, inserida na receita de outros títulos mobiliários, que arrecadou R\$ 5.353,73 milhões, sendo que o maior montante ingressou no RIOPREVIDÊNCIA em junho (R\$ 3.371,43 milhões).

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 14.197,58 milhões em 2014, o que representa 137,4% da meta proposta.

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 7



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 76,26 bilhões / 97,7%¹³

Este tópico do Boletim examina as despesas pagas pelo ERJ com os valores constantes do Cronograma Mensal de Desembolso, publicado no início do exercício (Resolução SEFAZ nº 724/2014) de acordo com o artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A análise do cenário macroeconômico do país e os possíveis impactos a serem gerados sobre a atividade econômica dos entes subnacionais estabelece o ritmo de execução da lei orçamentária estadual, a LOA. O acompanhamento detalhado das principais rubricas orçamentárias busca adequar a peça orçamentária à capacidade arrecadatória do ente.

Comparativamente ao montante previsto para o exercício, a LOA apresentou um acréscimo de R\$ 4,77 bilhões¹⁴ (+6,18% ante dotação inicial). Por meio de alterações orçamentárias autorizadas, principalmente, com recursos oriundos de Operações de Crédito, o Orçamento 2014 atingiu o valor de R\$ 81,86 bilhões. Contudo, devido à necessidade de ajustar dotação ao fluxo financeiro bem como à expectativa arrecadatória do Tesouro, R\$ 444,43 milhões permaneceram contingenciados (menos de 1% da dotação final).

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.**⁶ ao lado demonstra os valores mencionados previamente.

Tabela 6

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - DEZEMBRO			
	INICIAL	77.088.941.150	-
DOTAÇÃO	ATUAL	81.856.864.685	106,2%
	DISPONÍVEL	81.412.432.701	99,5%
CONTINGENCIADO		444.431.984	0,5%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		4.767.923.535	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

Tabela 7

¹³ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁴ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JAN A DEZ				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2013 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	20.657	19.763	799	20.562	99,5%
OUTRAS DESP. CORRENTES	43.342	38.811	1.702	40.513	93,5%
INVEST /INVERSÕES	8.047	7.146	1.355	8.501	105,6%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	6.026	6.680	0	6.680	110,9%
TOTAL	78.072	72.400	3.856	76.256	97,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 23/01/2015.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 724

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2013.

Para o exercício 2014 a meta de execução total foi de R\$ 78,07 bilhões, conforme apresentado na Tabela 7 acima.

Até dezembro a despesa total paga (R\$ 76,26 bilhões) ficou abaixo do estimado no cronograma em 2,3% (-R\$ 1,82 bilhão). Do total gasto, uma parcela diz respeito ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 3,86 bilhões), correspondendo a quase 5,1% da despesa total realizada no ano.

A maior execução frente à meta estabelecida no recorte por grupo de despesa ocorreu em Juros e Amortizações da Dívida: o total realizado (R\$ 6,68 bilhões) superou em 10,9% a meta projetada, ou seja, foram +R\$ 653,81 milhões pagos no grupo.

Nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, a execução ficou ligeiramente abaixo da meta (-0,5%, ou seja, R\$ 94,92 milhões). O grupo consolidou um total de R\$ 20,56 bilhões de despesas pagas no ano. As maiores despesas por função (obrigações do exercício que excluem o pagamento de RP) foram na Segurança Pública (R\$ 6,06 bilhões), na Educação (R\$ 4,64 bilhões), na Judiciária (R\$ 2,44 bilhões) e na Saúde (R\$ 1,03 bilhão). Ao considerar o RP pago no exercício, esse montante aumenta: Segurança (R\$ 6,63 bilhões), Educação (R\$ 5,12 bilhões), Judiciária (R\$ 2,61 bilhões) e Saúde (R\$ 1,96 bilhão).

O grupo Outras Despesas Correntes apresentou um descasamento maior frente à meta. A execução no final do exercício ficou abaixo da previsão em R\$ 2,83 bilhões (-6,5%). Foram R\$ 40,51 bilhões de despesas pagas em 2014. Como o grupo apresenta forte representatividade no orçamento, a realização a menor acabou por influenciar no cumprimento da meta geral e a reduzir o impacto das

O ERJ apresentou até o 6º Bimestre uma despesa total realizada no valor de R\$ 76,26 bilhões: apenas 2,3% (R\$ 1,81 bilhão) abaixo da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso publicado no início do exercício através da Resolução SEFAZ nº 724/2014.

superações apuradas em alguns grupos. Cabe ressaltar que estão aqui inclusos as despesas pagas pelo estado em Encargos Especiais (R\$ 12,18 bilhões), despesas essas não discricionárias (independentes de qualquer prestação de serviço ou aquisição de bem, tais como transferências constitucionais aos municípios, R\$ 9,73 bilhões, e Encargos com a União, R\$ 1,20 bilhão) como também as despesas com a Previdência Social (R\$ 13,92 bilhões).

Por último, as despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras contabilizaram R\$ 8,50 bilhões, dos quais 15,9% (R\$ 1.36 bilhão) foram do exercício anterior (Restos a Pagar). Esse montante superou a meta em R\$ 453,46 milhões (+5,6%). Grande parte dos recursos utilizados para a execução das despesas do grupo é oriunda de Operações de Crédito, recursos esses cujo fluxo e montante anual do desembolso dependem da realização contratual do ente com o mercado financeiro.

As despesas realizadas neste exercício de 2014 são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.



III. Resultados Fiscais¹⁵

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 481,92 milhões / - %
Acumulado: R\$ 460,78 milhões / 226,7%

Tabela 8

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013-2014.

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
I. RECEITA TOTAL (A)	17.358,15	16.881,37	-2,7%	76.603,46	82.541,75	7,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	14.256,99	12.799,24	-10,2%	63.457,79	64.459,68	1,6%
I.1.1 Tributária	7.251,45	7.509,32	3,6%	40.612,37	42.479,54	4,6%
I.1.2 Patrimonial	2.123,27	2.915,10	37,3%	9.013,91	10.302,12	14,3%
I.1.3 Transferências	1.012,32	1.022,04	1,0%	5.760,66	5.959,02	3,4%
I.1.4 Demais Correntes	3.869,95	1.352,77	-65,0%	8.070,84	5.719,00	-29,1%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	2.381,59	3.030,92	27,3%	9.907,92	13.634,68	37,6%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	719,57	1.051,21	46,1%	3.237,75	4.447,38	37,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	17.358,15	16.399,44	-5,5%	76.462,44	82.080,97	7,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	13.307,38	13.026,63	-2,1%	63.209,86	66.391,41	5,0%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	7.053,93	5.554,86	-21,3%	31.148,07	32.169,94	3,3%
II.1.2 Demais Correntes	5.670,87	6.787,28	19,7%	29.130,62	30.988,79	6,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	582,58	684,49	17,5%	2.931,17	3.232,68	10,3%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	3.396,67	2.299,60	-32,3%	9.977,75	11.206,17	12,3%
II.2.1 Invest.	2.821,99	1.695,47	-39,9%	6.928,10	7.666,20	10,7%
II.2.1.1 Obras e Instalações	2.045,64	961,86	-53,0%	5.371,44	5.694,37	6,0%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	105,35	26,31	-75,0%	169,85	57,25	-66,3%
II.2.1.3 Demais Investimentos	671,00	707,31	5,4%	1.386,81	1.914,58	38,1%
II.2.2 Inv. Financ.	118,94	11,85	-90,0%	217,45	90,26	-58,5%
II.2.3 Amort. Dívida	455,74	592,28	30,0%	2.832,20	3.449,71	21,8%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	654,10	1.073,21	64,1%	3.274,84	4.483,39	36,9%
RES. ORÇAM. (A-B)	0,00	481,92	0,0%	141,02	460,78	226,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/01/2015.

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário em 2014 apresentou o valor de R\$ 460,78 milhões.

Tanto no bimestre quanto no acumulado de 2014, o resultado orçamentário foi superavitário. No sexto bimestre de 2014, o resultado orçamentário foi de R\$ 481,92 milhões. Esse resultado é decorrente de um superávit de capital, uma vez que as receitas de capital

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 731,31 milhões. Já em relação ao confronto entre receitas e despesas correntes, as despesas correntes excederam as receitas correntes em R\$ 227,39 milhões.

No acumulado, como no bimestre, o resultado superavitário foi decorrente das receitas de capital, uma vez que estas realizaram R\$ 13.634,68 milhões, enquanto as despesas de capital: R\$ 11.206,17 milhões. As receitas correntes também não contribuíram no acumulado, uma vez que seu valor foi inferior em R\$ 1.931,72 milhões perante as despesas correntes. Assim, o resultado orçamentário no ano de 2014 atingiu o valor de R\$ 460,78 milhões, com uma variação de + 226,7% frente ao ano de 2013.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 800,14 milhões / - 70% %
Acumulado: - R\$ 874,88 milhões / - 1.521,4%

Tabela 9

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2013-2014.
Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	15.079,10	12.964,39	-14,0%	64.528,83	67.202,84	4,1%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	15.319,38	13.764,53	-10,1%	64.467,28	68.077,71	5,6%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-240,28	-800,14	-70,0%	61,55	-874,88	-1521,4%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.279,05	3.916,98	71,9%	12.074,63	15.338,91	27,0%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.038,78	2.634,92	29,2%	11.995,16	14.003,26	16,7%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	240,28	1.282,06	433,6%	79,47	1.335,65	1580,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	0,00	481,92	0,0%	141,02	460,78	226,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 20/01/2015.

Analisando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, O sexto bimestre foi deficitário em R\$ 800,14 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor positivo de R\$ 1.282,06 milhões (433,6% frente ao ano anterior). Esse resultado contribuiu positivamente para o resultado orçamentário do Estado, uma vez que se as receitas e despesas do RIOPREVIDÊNCIA não fossem computadas no resultado orçamentário do estado seu valor teria sido negativo.

O resultado orçamentário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 874,88 milhões no ano de 2014.

No acumulado, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA na análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em R\$ 874,88 milhões, com uma variação negativa de - 1151,2% frente ao acumulado de 2013. Incluindo o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA, como já dito anteriormente, o resultado orçamentário em 2014 permanece superavitário em R\$ 460,78 milhões. Tal fenômeno é explicado pelo maior ingresso das receitas do RIOPREVIDÊNCIA frente as suas despesas. O RIOPREVIDÊNCIA terminou o ano com receitas no valor de R\$ 15.338,91 milhões, enquanto as despesas foram de R\$ 14.003,26 milhões. Influenciou para este resultado o ingresso financeiro da receita proveniente da alienação de ativos do RIOPREVIDÊNCIA, que totalizou R\$ 5.353,72 milhões no ano de 2014.

III.III Resultado Primário¹⁶

Bimestre: - R\$ 1.365,82 milhões / 146,5 %
Acumulado: - R\$ 7.339,44 milhões / - 35,9%

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL	17.358,15	16.881,37	-2,7%	76.603,46	82.541,75	7,8%
DEDUTORAS DE PETRÓLEO		259,45			1.205,05	
RECEITAS FINANCEIRAS	2.408,24	3.142,26	30,5%	10.065,19	14.170,57	40,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	719,57	1.051,21	46,1%	3.237,75	4.447,38	37,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	14.230,34	12.428,45	-12,7%	63.300,52	62.718,74	-0,9%
DESPEASAS TOTAL	19.298,75	16.140,00	-16,4%	77.073,36	81.250,00	5,4%
DESPEASAS FINANCEIRAS	1.047,06	1.280,65	22,3%	5.794,52	6.708,4326	15,8%
DESPEASAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	654,10	1.065,09	62,8%	3.274,84	4.483,39	36,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	17.597,59	13.794,27	-21,6%	68.004,00	70.058,18	3,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-3.367,25	-1.365,82	146,5%	-4.703,48	-7.339,44	-35,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, no bimestre, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 1.365,81 milhões, ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o último bimestre de 2013, observa-se uma variação de + 146,5%. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. As despesas primárias atingiram R\$ 13.794,27 milhões, enquanto as receitas primárias terminaram o bimestre com o valor de R\$ 12.428,45 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma pequena variação negativa frente a 2013 (- R\$ 581,77 milhões ; - 0,9%) o que totalizou em uma receita primária de R\$ 62.718,74 milhões. Já as despesas primárias cresceram em maior proporção: +

No quinto bimestre de 2014, o resultado primário apresentou o valor de - R\$ 7.339,44 milhões.

¹⁶ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.



3% ; R\$ 2.054,18 milhões), ocasionando um resultado primário deficitário de - R\$ 7.339,44 milhões.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 398,58 milhões / 672,9%
Acumulado: + R\$ 197,85 milhões / - 77,1%

Tabela 11

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	15.079,10	12.020,93	-20,3%	64.528,83	61.657,13	-4,5%
RECEITAS FINANCEIRAS	2.337,42	1.109,27	-52,5%	6.461,17	8.451,44	30,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	262,39	885,60	237,5%	1.134,29	2.003,46	76,6%
RECITA PRIMÁRIA TOTALS/ RIOPREV. (A)	12.479,28	10.026,06	-19,7%	56.933,38	51.202,23	-10,1%
DESPESAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	17.259,97	12.577,02	-27,1%	65.078,20	61.701,04	-5,2%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.047,06	1.280,65	22,3%	5.794,52	6.708,43	15,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	652,91	871,74	33,5%	3.214,22	3.988,22	24,1%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	15.560,00	10.424,64	-33,0%	56.069,45	51.004,38	-9,0%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-3.080,72	-398,58	672,9%	863,92	197,85	-77,1%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-286,52	-967,24	-337,6%	-5.567,40	-7.537,29	-26,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 398,58 milhões, porém com uma variação positiva de - 672,9% frente ao mesmo período de 2013. No acumulado, efeito diverso é encontrado, uma vez que o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA seria positivo em + R\$ 197,85 milhões, porém, com uma variação negativa de 77,1% frente a 2013. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que seu resultado primário é negativo em - R\$ 7.537,29 milhões.

IV. Receita Estadual¹⁷

Bimestre: R\$ 16.881,37 milhões / - 10,2%¹⁸
Acumulado: R\$ 82.541,75 milhões / + 7,8%¹⁹

Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
REC. CORRENTE	14.256,99	12.799,24	-10,2%	63.457,79	64.459,68	1,6%
REC. CAPITAL	2.381,59	3.030,92	27,3%	9.907,92	13.634,68	37,6%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	719,57	1.051,21	46,1%	3.237,75	4.447,38	37,4%
Total	17.358,15	16.881,37	-2,7%	76.603,46	82.541,75	7,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

No quinto sexto de 2014, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 16.881,37 milhões – decréscimo de R\$ 476,78 milhões (- 2,7%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita Corrente.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou decréscimo de 10,2% (- R\$ 1.457,75 milhões) influenciado principalmente pela redução na arrecadação de Outras Receitas Correntes (- R\$ 2.696,59 milhões). A Receita Tributária e a Receita Patrimonial atenuaram a queda, alcançando, juntas, uma arrecadação de R\$ 1.209,70 milhões. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

Neste bimestre, o resultado negativo foi atenuado, também, pelo acréscimo na arrecadação da Receita de Capital, que apresentou desempenho positivo (+ R\$ 649,32 milhões; + 27,3%), fruto do acréscimo de 315,9% (+ R\$ 1.521,62 milhões) das Aliações de Bens, que serão pormenorizadas na Seção IV.II.

No sexto bimestre de 2014, a Receita Corrente apresentou redução de R\$ 1.475,75 milhões (- 10,2%), influenciada pela redução na arrecadação de Outras Receitas Correntes, comparadas ao mesmo período do ano passado.

Já a Receita de Capital, cresceu 27,3% (+ R\$ 649,32 milhões), suportada, principalmente, por Aliações de Bens.

¹⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

¹⁹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, percebe-se um acréscimo de R\$ 5.938,29 milhões (+ 7,8%) nas Receitas Totais, atingindo o valor de R\$ 82.541,75 milhões. O aumento foi suportado tanto pelas Receitas Correntes quanto de Capital. Houve o aumento de 1,6% (+ R\$ 1.001,90 milhões) na Receita Corrente, com destaque para Receitas Tributárias, Receitas Patrimoniais e Receitas de Contribuições que, no acumulado, mostram acréscimo de R\$ 3.610,50 milhões. O componente principal que atenuou a arrecadação da Receita Corrente foi Outras Receitas Correntes (- R\$ 2.831,78 milhões). A Receita de Capital influenciou significativamente o resultado acumulado, apresentando acréscimo de 37,6% (+ R\$ 3.726,76 milhões), apoiado em Operações de Crédito (+ 51,2%; + R\$ 2.575,20 milhões) e em Alienação de Bens (+ 30,3%; + R\$ 1.258,60 milhões).

No acumulado de 2014, a Receita Corrente apresentou crescimento de R\$ 1.001,90 milhões (+ 1,6%), comparadas ao mesmo período de 2013.

Já a Receita de Capital, cresceu 37,6% (+ R\$ 3.726,76 milhões), suportada, principalmente, por Operações de Crédito e Aliações de Bens.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 12.799,24 milhões / - 10,2%

Acumulado: R\$ 64.459,68 / + 1,6%

Tabela 13

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	7.251,45	7.509,32	3,6%	40.612,37	42.479,54	4,6%
CONTRIBUIÇÕES	248,86	408,84	64,3%	1.431,21	1.886,34	31,8%
PATRIMONIAL	2.123,27	2.915,10	37,3%	9.013,91	10.302,12	14,3%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,01	-51,0%	0,12	0,07	-42,8%
INDUSTRIAL	18,05	33,35	84,8%	162,32	185,94	14,6%
DE SERVIÇOS	60,72	64,85	6,8%	376,46	377,69	0,3%
TRANSF. CORRENTES	1.012,32	1.022,04	1,0%	5.760,66	5.959,02	3,4%
OUTRAS CORRENTES	3.542,31	845,72	-76,1%	6.100,73	3.268,96	-46,4%
REC. CORRENTE	14.256,99	12.799,24	-10,2%	63.457,79	64.459,68	1,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

No 6º bimestre de 2014, as Receitas Correntes apresentaram decréscimo de 10,2% (- R\$ 1.457,75 milhões), totalizando R\$ 12.799,24 milhões. Merecem atenção pelo comportamento positivo dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, a Receita Patrimonial e a Receita de Contribuições, com crescimento de R\$ 257,88 milhões (+ 3,6%), R\$ 791,83 milhões (+ 37,3%) e R\$ 159,99 milhões (+ 64,3%) respectivamente, em relação ao mesmo período de 2013.

Por sua vez, Outras Receitas Correntes apresentou decréscimo de R\$ 2.696,59 milhões (- 76,1%), em relação ao mesmo período de 2013, influenciando significativamente o decréscimo geral da Receita Corrente (- R\$ 476,78 milhões; - 10,2%), que totalizou, no 6º bimestre de 2014, R\$ 12.799,24 milhões.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 1.001,90 milhões (+ 1,6%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 64.459,68 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias (+ R\$ 1.867,16 milhões; + 4,6%), das Receitas Patrimoniais (+ R\$ 1.288,21 milhões; + 37,3%) e das

No sexto bimestre de 2014, a Receita Patrimonial (+ R\$ 791,83 milhões; + 37,3%) destacou-se como a principal componente das Receitas Correntes, reduzindo a influência que Outras Receitas Correntes (- R\$-2.696,59, - 76,1%) exerceu na redução no resultado das Receitas Correntes.



Receitas de Contribuições (+ R\$ 455,13 milhões; + 64,3%). Outras Receitas Correntes apresentou decréscimo de R\$ 2.831,78 milhões (- 46,4%).

IV.1.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.509,32 milhões / + 3,6%

Acumulado: R\$ 42.479,54 milhões / + 4,6%

Tabela 14

RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.251,45	7.509,32	3,6%	40.612,37	42.479,54	4,6%
ICMS	5.629,14	5.445,01	-3,3%	30.727,00	31.573,74	2,8%
Adicional do ICMS	484,55	513,19	5,9%	2.756,29	2.919,24	5,9%
IRRF	598,41	989,31	65,3%	2.576,54	3.091,05	20,0%
IPVA	81,34	80,49	-1,0%	1.891,75	2.029,10	7,3%
ITD	178,30	170,37	-4,4%	639,45	686,65	7,4%
Taxas	279,71	310,95	11,2%	2.021,35	2.179,75	7,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

A Receita Tributária arrecadada no sexto bimestre de 2014 cresceu 3,6% (+ R\$ 257,88 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de IRRF, com um acréscimo de R\$ 390,90 milhões (+ 65,3%) e da arrecadação de Taxas (+ 11,2%; + R\$ 31,24, milhões).

De modo inverso, o ICMS, IPVA e ITD apresentaram decréscimo na arrecadação, comparativamente ao 6º bimestre de 2013, com reduções de R\$ 184,13 milhões (- 3,3%), R\$ 0,84 milhão (- 1,0%) e R\$ 7,92 milhões (- 4,4%), respectivamente, atenuando o desempenho da arrecadação tributária no bimestre.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou desempenho positivo, totalizando R\$ 42.479,54 milhões (+ 4,6%). Ainda que com queda no 5º e 6º bimestres de 2014, a arrecadação de ICMS foi a principal influência positiva (+ R\$ 846,74 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013, próximo à arrecadação dos demais impostos que, em conjunto, totalizaram um acréscimo de R\$ 862,02 milhões no total das Receitas Tributárias.

No 6º bimestre de 2014, as arrecadações de ICMS, IPVA e ITD apresentaram resultados negativos, atenuando a arrecadação das Receitas Tributárias, sendo compensadas pela arrecadação do IRRF, que manteve o crescimento do resultado do bimestre em relação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, a arrecadação de ICMS destacou-se apresentando acréscimo de 2,8% (+ R\$ 846,74 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2013.

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**Bimestre: R\$ 5.445,01 milhões / - 3,3%****Acumulado: R\$ 31.573,74 milhões / + 2,8%**

A arrecadação de ICMS apresentou decréscimo no sexto bimestre de 2014, com redução de 3,3% (- R\$ 184,13 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

No acumulado, o ICMS apresentou um desempenho positivo (+ 2,8%; + R\$ 846,74 milhões), atingindo o montante de R\$ 31.573,74 milhões.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²⁰):**Bimestre: R\$ 80,49 milhões / - 1,0%****Acumulado: R\$ 2.029,10 milhões / + 7,3%**

O IPVA apresentou decréscimo de arrecadação de R\$ 0,84 milhão (- 1,0%) no sexto bimestre de 2014. A variação é resultado de ajuste no calendário das análises dos processos de IPVA, que dão continuidade às ações arrecadatórias praticadas ao longo do exercício de 2014. No bimestre foram apenas enviados novos Avisos de Débito de IPVA referentes aos carros novos de 2013/2014 e a análise será efetuada durante o primeiro semestre de 2015.

No acumulado, a arrecadação de IPVA apresentou acréscimo de 7,3% (+ R\$ 137,35 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 2.029,10 milhões. Embora apresente um comportamento sazonal significativo, que normalmente se consolida nos quatro primeiros meses do ano, o resultado acumulado positivo deve-se, em grande parte, ao efeito combinado das ações arrecadatórias executadas durante o exercício de 2014 e ao acréscimo de arrecadação no primeiro bimestre - fruto dos estímulos à quitação integral em cota única.

A operação “Gato Mestre” do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) teve como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão, decorrentes de investigação que apura os crimes de sonegação fiscal do IPVA, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema de informações e o envio de Avisos de Débito de IPVA referente aos carros novos de 2013 e 2014 são exemplos dos principais esforços arrecadatórios praticados durante o exercício de 2014.

²⁰ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IF de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pe

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 989,31 milhões / + 65,3%****Acumulado: R\$ 3.091,05 milhões / + 20,0%**

Houve acréscimo na arrecadação do IRRF de 65,3% (+ R\$ 390,90 milhões), comparativamente ao sexto bimestre de 2013. Ao acréscimo do IRRF Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho soma-se o fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA que têm por objetivo o equilíbrio financeiro da entidade no cumprimento do pagamento de inativos e pensionistas, demonstrando a grande variação.

No acumulado, ocorreu acréscimo de 20,0% (+ R\$ 514,52 milhões) principalmente no acréscimo do IRRF Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho (+ R\$ 415,18 milhões).

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 170,37 milhões / - 4,4%****Acumulado: R\$ 686,65 milhões / + 7,4%**

A arrecadação do ITD decresceu no 6º bimestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando uma redução de 4,4% na arrecadação (- R\$ 7,92 milhões) e totalizando R\$ 170,37 milhões. Apesar do maior número de guias lavradas, resultado da diminuição considerável do prazo de lavratura das guias de controle e de recebimento pelo contribuinte, tal fato não foi suficiente para superar o resultado do 6º bimestre de 2013.

No acumulado, a arrecadação obtém variação positiva. Persistem os efeitos positivos do esforço arrecadatório do último bimestre de 2013 e que se estendeu durante o ano de 2014, como ações de fiscalização no início do segundo semestre de 2014, que acarretaram um aumento na quantidade de Autos de Infração, e outras ocorridas durante os meses de setembro e outubro, que intensificaram operações de lavratura de guias de controle, como já mencionado anteriormente. Tais ações resultaram na efetivação de um grande número de lançamentos do ITD ao longo do ano, sustentando uma variação positiva de 7,4% (+ R\$ 47,20 milhões) em relação ao período acumulado de 2013, totalizando R\$ 686,65 milhões.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 310,95 milhões / + 11,2%
Acumulado: R\$ 2.179,75 milhões / + 7,8%
Tabela 15
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Taxas	279,71	310,95	11,2%	2.021,35	2.179,75	7,8%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	22,79	27,63	21,3%	375,91	393,43	4,7%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	16,85	20,11	19,3%	334,54	347,10	3,8%
Outras	5,94	7,52	26,7%	41,37	46,33	12,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	256,92	283,32	10,3%	1.645,44	1.786,32	8,6%
Emolumentos e Custas Judiciais	69,71	73,77	5,8%	443,33	449,41	1,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	61,60	69,65	13,1%	348,01	412,04	18,4%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	125,61	139,90	11,4%	854,10	924,87	8,3%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	90,12	104,88	16,4%	638,37	708,96	11,1%
Outras	35,49	35,02	-1,3%	215,73	215,91	0,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de 11,2% (+ R\$ 31,24 milhões) em relação ao sexto bimestre de 2013, totalizando R\$ 310,95 milhões. Esse acréscimo foi resultado, principalmente, do incremento na arrecadação apresentada pelas Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 26,39 milhões; + 10,3%), sendo que Taxa de Serviço de Trânsito, arrecadadas através do DETRAN-RJ, figuraram como principal fonte de arrecadação nesse bimestre (+ 16,4%; + R\$ 14,76 milhões). Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais, juntas, foram responsáveis por um acréscimo de R\$ 12,10 milhões na arrecadação dessas receitas, contribuindo significativamente para o resultado do 6º bimestre em comparação ao mesmo bimestre de 2013.

No acumulado, apresentou incremento na arrecadação de R\$ 158,40 milhões (+ 7,8%), totalizando R\$ 2.179,75 milhões, suportados pelos aumentos na arrecadação apresentados pela Taxa de Prestação de Serviços (+ 8,6%; + R\$ 140,88 milhões), principalmente, por



Emolumentos e Custas Extrajudiciais (+ 18,4%, + R\$ 64,04 milhões) e pela Taxa de Serviços de Trânsito que contribuiu com um acréscimo de R\$ 70,59 milhões (+ 11,1%).

Box 01 – Reconhecimento das Externalidades Positivas do Etanol e o Efeito da Tributação Diferenciada sobre Combustíveis.

Diante da deterioração do cenário fiscal da União e dos estados, a retomada da cobrança da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre os combustíveis fósseis volta a ser objeto de discussão. Adicionalmente, o setor sucroenergético²¹, importante indutor de desenvolvimento para o Brasil, pode beneficiar-se da relação mais equilibrada entre o preço do petróleo e do etanol, resultando na retomada da competitividade deste setor, além de reduzir os impactos ambientais no consumo de combustíveis.

A CIDE é um tributo previsto pela Constituição Federal, que incide sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. Sua receita é destinada ao financiamento de projetos ambientais e de infraestrutura de transportes, além de pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo. A alíquota da contribuição pode ser diferenciada por produto. Esta diferenciação, historicamente, vem sendo pautada na análise das externalidades produzidas pelas diversas fontes de energia, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela: 1

Ano	Alíquotas Específicas	
	Álcool Etílico Combustível	Gasolina
Lei nº 10.336, de 2001 (c/red. dada pela Lei nº 10.636, de 2002)	R\$ 37,20 por m ³	R\$ 860,00 por m ³
Decreto nº 4.565, de 2003	R\$ 29,25 por m ³	R\$ 541,10 por m ³
Decreto nº 4.940, de 2003	R\$ 29,25 por m ³	R\$ 541,10 por m ³
Decreto nº 5.060, de 2004	R\$ 0 por m ³	R\$ 280,00 por m ³
Decreto nº 6.446, de 2008	R\$ 0 por m ³	R\$ 100,00 por m ³
Decreto nº 7.764, de 2012	R\$ 0 por m ³	R\$ 0 por m ³

Fonte: Receita Federal do Brasil

Salienta-se que uma matriz pautada na utilização de combustíveis renováveis produz efeitos ambientais menos agressivos e que devem ser considerados na formação diferenciada de preços dos combustíveis. A utilização do etanol contribui para a redução do efeito estufa por ser menos poluente que a gasolina na emissão de gases.

Lembra-se, ainda, que segundo o artigo: Externalidades Sociais dos Diferentes Combustíveis no Brasil, a indústria sucroalcooleira gera renda e emprego, promovendo a interiorização e o desenvolvimento de pequenas e médias cidades do interior do Brasil, trazendo benefícios sociais para esta população. Nota-se ainda um efeito multiplicador na economia dessas regiões, por conta da capilaridade desses investimentos, produzindo o desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio.

Deve-se considerar também que, segundo uma visão fiscalista, diante de um cenário de desgaste das contas públicas e aceleração da inflação, o governo central reconheça a importância de

²¹ Setor industrial e agrícola relacionado à produção de açúcar, álcool e bioeletricidade.

um ajuste fiscal. Neste sentido, o Ministério da Fazenda sinaliza o retorno da CIDE, para recuperar a credibilidade da economia, resgatar a confiança do investidor e aumentar a arrecadação.

Esta ação faria parte de um pacote de medidas que visa contribuir para o cumprimento do superávit primário fixado para 2015. A CIDE, em particular, é um tributo que gera efeitos em todos os entes, uma vez que é repartido com estados e municípios. Pode se asseverar que, diante do quadro econômico atual, estes recursos constituiriam importante fonte de receita para estados como o Rio de Janeiro. Diante de uma expectativa negativa com relação à receita estadual para o próximo ano, amparada na queda do preço do barril de petróleo, que reduziu sobremaneira a receita de royalties e participação especial do petróleo, o anúncio desta medida proclama, por si só, uma melhora do cenário fiscal esperado pelo tesouro.

Tabela: 2

Ano	Cota-Parte do ERJ na CIDE (R\$)
2007	71.379.375,74
2008	60.984.787,41
2009	36.830.767,26
2010	67.832.051,09
2011	80.358.299,94
2012	42.935.040,29
2013	2.193.847,29
2014	4.441.618,56

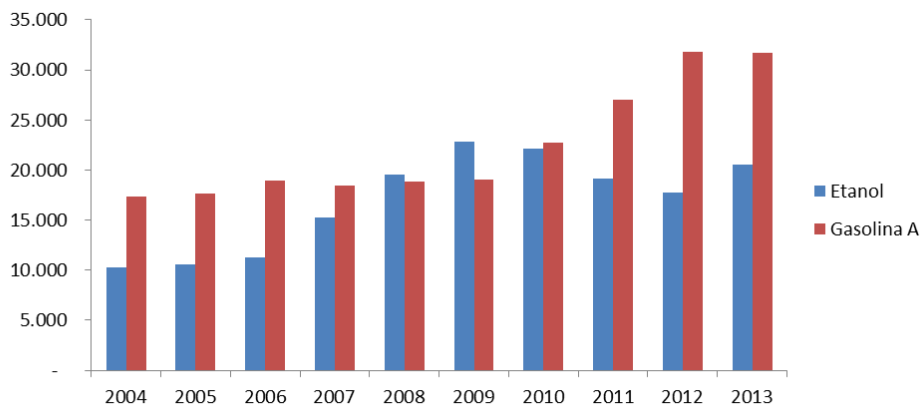
Fonte: SIG - SEFAZ/RJ

A partir da série apresentada na tabela: 2, nota-se, já em 2008, ano em que foi deflagrada a crise internacional, uma retração da cota-parte do ERJ na receita proveniente da CIDE. A redução da alíquota da contribuição, neste período, fez parte de um conjunto de ações do governo brasileiro para desonerar o consumo e estimular a economia. A partir deste momento, percebe-se um aumento do intervencionismo estatal com represamento dos preços administrados. Neste cenário de aceleração da inflação e aumento do preço do petróleo, o governo utilizou-se de reiteradas reduções das alíquotas, até culminar com fim da cobrança no ano de 2012, para controlar artificialmente o preço da gasolina.

Como efeito, a participação da venda de etanol frente à gasolina apresentou, a partir de 2009, seguidas reduções, como demonstrado na tabela: 3. A alteração no comportamento do consumo de combustíveis pode ser explicada, em boa parte, pelos estímulos tributários aos combustíveis derivados do petróleo, a saber, a diminuição de suas alíquotas. Diante deste cenário, criou-se uma distorção dos preços relativos dos combustíveis, em que a competitividade do etanol foi subjugada, a partir da igualdade no tratamento tributário entre a fonte renovável, menos poluente (etanol), e o combustível fóssil, ambas agora com alíquotas zero.

Tabela: 3

Vendas de Etanol¹ e Gasolina A² no Brasil (mil m³)



Fonte: ANP/SPD

¹Inclui as vendas de etanol hidratado e anidro. ²Inclui apenas a gasolina A.

No entanto, 2015, como já sinalizado, apresenta-se como início de mudança na trajetória da política macroeconômica. A sinalização do governo aponta para vigoroso ajuste das contas públicas, fazendo parte deste, o retorno da CIDE. Diante da crise aguda vivida pelo setor sucroalcooleiro nos últimos anos, esta simples iniciativa trará, apenas, moderado benefício as usinas. O alto endividamento e a indefinição do papel do etanol na matriz energética do país prejudica uma recuperação mais acentuada do setor penalizado por seus altos custos operacionais, acometimento por adversidades climáticas, excesso de oferta no mercado internacional de açúcar, entre outras dificuldades. Todavia, acredita-se ser um importante sinal de confluência no entendimento sobre a importância do combustível renovável para economia do Brasil.

Diante disso, é possível acreditar que no próximo ano deve ser reconsiderada a importância de uma tributação diferenciada nos combustíveis. Tão importante quanto à recuperação da arrecadação para União, estados e municípios, diante de um cenário de perda de receita orçamentária, é o retorno dos investimentos na cadeia produtiva do etanol.

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 2.915,10 milhões / 37,3 %
Acumulado: R\$ 10.302,12 milhões / + 14,3 %

Tabela 16

RECETA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

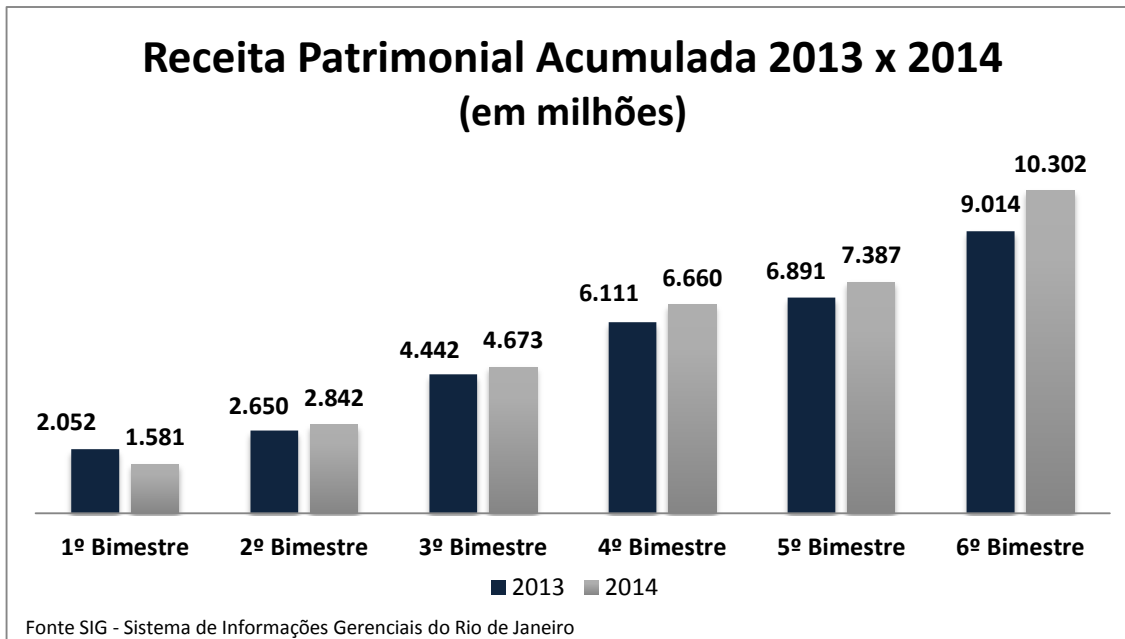
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECETA PATRIMONIAL	2.123,27	2.915,10	37,3%	9.013,91	10.302,12	14,3%
Petróleo	1.956,75	2.162,21	10,5%	8.226,17	8.710,54	5,9%
Royalties	538,22	791,30	47,0%	2.982,02	3.213,77	7,8%
Part. Especial	1.417,80	1.369,78	-3,4%	5.240,16	5.492,21	4,8%
FEP	0,73	1,13	55,0%	3,98	4,56	14,5%
Aplic. Financeiras	126,48	139,21	10,1%	636,68	873,91	37,3%
Demais Rec. Patrimoniais	40,04	613,68	1432,7%	151,06	717,67	375,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

No sexto e último bimestre do ano, as receitas patrimoniais atingiram o valor de R\$ 2.915,10 milhões, com uma variação de + 37,3% frente ao mesmo bimestre de 2013. Tal resultado foi alcançado, principalmente, pelas receitas provenientes do petróleo (R\$ 2.162,21 milhões), que representam 74,17% do total das receitas patrimoniais. Grande importância na variação teve a parcela referente aos royalties. Já as participações especiais obtiveram uma variação negativa de 3,4% (- R\$ 48,02 milhões).

No acumulado, pela tabela acima, observa-se que a receita patrimonial totalizou R\$ 10.302,12 milhões, 14,3% (+ R\$ 1.288,21 milhões) a mais do que no ano de 2013. As receitas de petróleo também se destacaram no acumulado. Estas totalizaram R\$ 8.710,54 milhões (+ 5,9% frente a 2013). Sob essa análise, tanto a parcela referente aos royalties quanto a de participações especiais influenciaram positivamente o resultado anual.

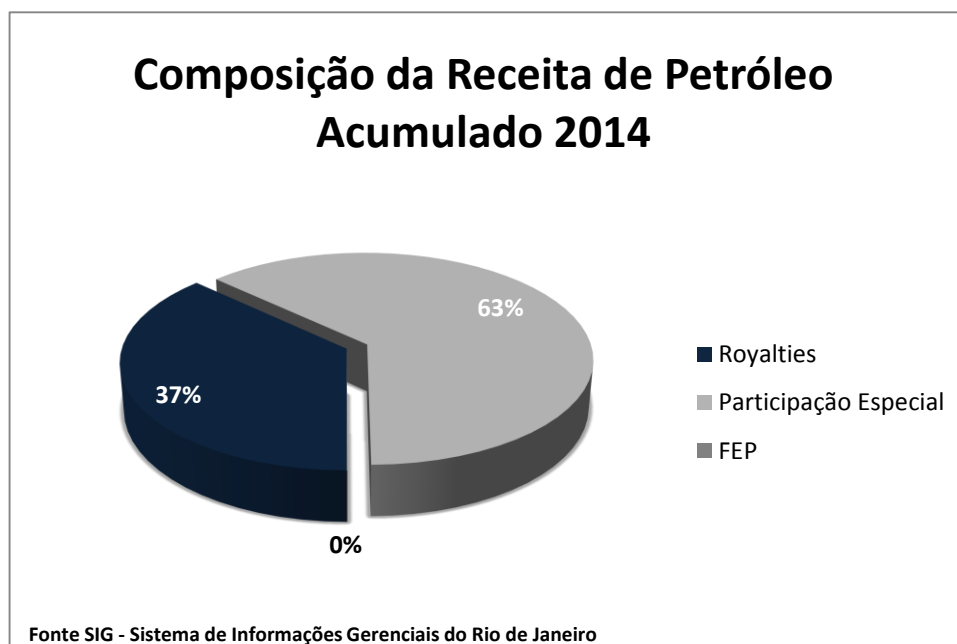
Gráfico 8



- Petróleo: no sexto bimestre de 2014, as receitas de petróleo alcançaram R\$ 2.162,21 milhões, 10,5% a mais do que no sexto bimestre de 2013. Dissecando esta receita, observa-se que a maior parcela é a referente à receita de participações especiais, recebidas em fevereiro, maio, agosto e novembro, totalizando R\$ 1.369,78 milhões. Tal valor corresponde a uma variação negativa, quando comparado a 2013 (- 3,4%). Já as receitas de royalties arrecadaram R\$ 791,30 milhões no sexto bimestre (+ 47,0% frente a 2013). Percebe-se que as receitas de royalties, a despeito das receitas de participação especial, obtiveram uma variação positiva. Tais resultados podem ser explicados pela combinação das variáveis que influenciam na receita de petróleo: volume da produção, preço do petróleo tipo *brent* e a taxa câmbio. No bimestre, a produção, segundo dados da ANP, variou 7,7% em relação a 2013 (+ 15,70 milhões de m³) e a taxa de câmbio elevou-se de R\$ 2,23 para R\$ 2,39. Esses dois fatores contribuem positivamente para as receitas de petróleo, porém, o *brent*, terceira variável a considerar, obteve uma queda vertiginosa se compararmos 2013 com 2014. No sexto bimestre de 2014, o valor do *brent* foi cotado em US\$ 92,26 (- 16,4% frente a 2013). Ainda, segundo a ANP, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro no sexto bimestre correspondeu a 68,12% da produção nacional.

No acumulado de 2014, as receitas de petróleo terminaram o ano com o valor total de R\$ 8.710,54 milhões, uma variação de 5,9% frente a 2013. A maior parcela desse valor corresponde à receita de participações especiais, que terminou o ano com o total de R\$ 5.492,21 milhões (+ 4,8%), enquanto os royalties obtiveram R\$ 3.213,77 milhões (+ 7,8%).

Gráfico 9



A variação positiva das receitas de petróleo foi decorrente, como na execução bimestral, do aumento da produção e da variação da taxa de câmbio. A produção total do Rio de Janeiro em 2014 foi de 88,43 milhões de m³ (dados da ANP). Esse valor equivale a uma variação de 4,2% frente ao acumulado de 2013. Ainda segundo a ANP, a produção total nacional atingiu 127,60 milhões de m³, o que faz com que a participação do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2014, seja de 69%. Já a taxa de câmbio, obteve uma média de R\$ 2,30 no ano de 2014. Esse valor é 9,6% maior do que o valor do ano de 2013, contribuindo assim, para a variação positiva das receitas de petróleo.

As receitas de petróleo totalizaram R\$ 8.710,54 milhões no ano de 2014.

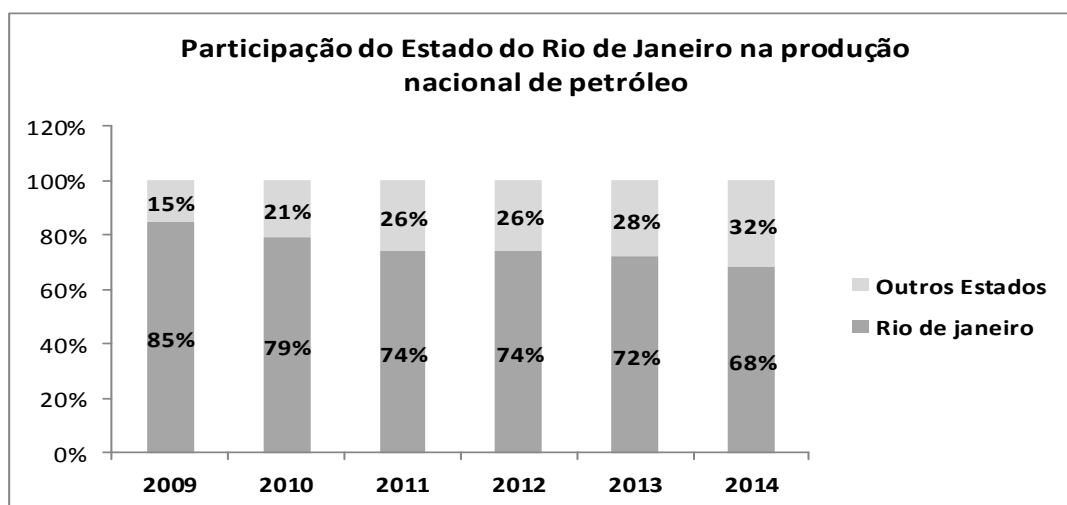
Tabela 17

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - OUT)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Produção (milhões de m³)	14,57	15,70	7,7%	84,89	88,43	4,2%
Brent (US\$)	110,33	92,26	-16,4%	108,64	104,98	-3,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,23	2,39	7,0%	2,10	2,30	9,6%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 6º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 5º bimestre de 2014.

Gráfico 10

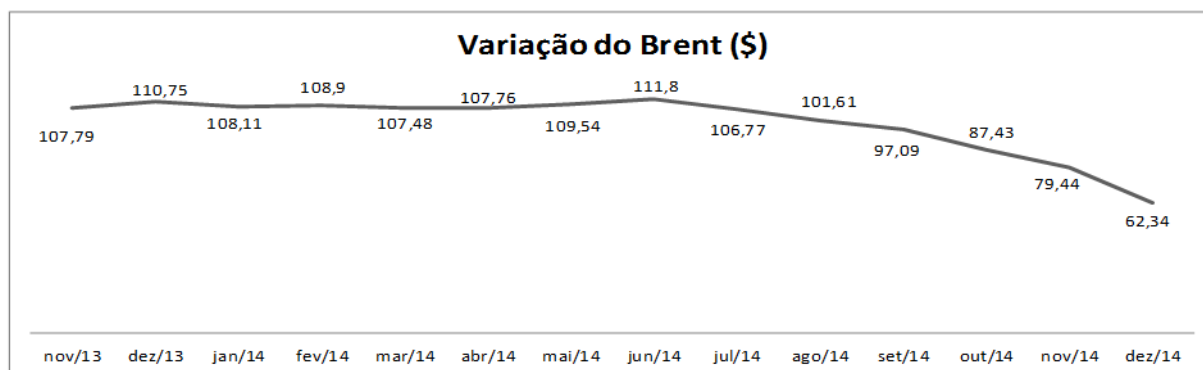


Fonte: ANP

O *brent*, por sua vez, obteve uma variação negativa de 3,4% frente ao ano de 2013.

O gráfico abaixo mostra a variação do *brent* no ano de 2014.

Gráfico 11



Fonte: EIA

- Aplicações Financeiras: registraram aumento tanto no bimestre (+ R\$ 12,73 milhões; + 10,1%) quanto no acumulado (+ R\$ 237,23 milhões; + 37,3%). No bimestre, esse aumento foi decorrente principalmente das receitas de remuneração de outros depósitos bancários de recursos vinculados, que aumentou R\$ 14,40 milhões de 2013 para 2014, remuneração de depósitos bancários conta única – tesouro, que obteve um aumento de R\$ 6,32 milhões e também, receita de fundos de aplicação em cotas – renda fixa, com aumento de R\$ 4,39 milhões. No acumulado, as receitas que mais impulsionaram o crescimento foram: receita de remuneração de outros depósitos bancários de recursos vinculados, que terminou o ano de 2014 com o valor de R\$ 220,19 milhões (+ 48,6%); remuneração de depósitos bancários – conta única – Tesouro com R\$ 137,71 milhões (+ 64,1%) e remuneração de outros depósitos bancários de recursos não vinculados com R\$ 179,28 milhões (+ 35,9%).

- Demais receitas patrimoniais: obtiveram um crescimento tanto no bimestre quanto no acumulado. No bimestre, a variação em relação ao ano de 2013 foi de 1.432,7%, ou, em valores absolutos, R\$ 573,64 milhões. Possuem destaque as receitas provenientes de outras receitas de concessões e permissões, que realizaram R\$ 131,82 milhões (variação de 3.688% frente ao mesmo período de 2013 e outras receitas patrimoniais com R\$ 464,93 milhões (variação de 16.520%) A execução acumulada das demais receitas patrimoniais também variou consideravelmente em relação a 2013 (+ 375,1%). Possuem maior representatividade as receitas: outras receitas de concessões e permissões que atingiram R\$ 137,52 milhões em 2014 (variação de 3.261%) e as outras receitas patrimoniais que terminaram o ano com o valor de R\$ 471,23 milhões, com uma variação de 5.152%.

IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 1.352,77 milhões / - 65,0%
Acumulado: R\$ 5.719,00 milhões / - 29,1%

Tabela 18

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.869,95	1.352,77	-65,0%	8.070,84	5.719,00	-29,1%
Receita de Contribuições	248,86	408,84	64,3%	1.431,21	1.886,34	31,8%
Receita Agropecuária	0,02	0,01	-51,0%	0,12	0,07	-42,8%
Receita Industrial	18,05	33,35	84,8%	162,32	185,94	14,6%
Receita de Serviços	60,72	64,85	6,8%	376,46	377,69	0,3%
Multas e Juros de Mora	78,07	107,43	37,6%	581,56	626,92	7,8%
Indenizações e Restituições	37,12	266,29	617,4%	283,90	528,96	86,3%
Dívida Ativa	25,80	52,96	105,3%	638,48	444,35	-30,4%
Receitas Diversas	3.401,32	419,04	-87,7%	4.596,80	1.668,73	-63,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/05/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um decréscimo de 65,0%, (- R\$ 2.517,18 milhões) no 6º bimestre em relação a 2013, representado em quase sua totalidade, pela queda em Receitas Diversas (- 87,7%; - R\$ 2.982,28 milhões). Tal queda no ano corrente foi efeito da alta receita relacionada à Lei Complementar Estadual nº 147 em 2013 que estabeleceu que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, bem como os respectivos acessórios e os depósitos que vierem a ser feitos, poderiam ser transferidos para conta vinculada de pagamento de precatórios, até a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor atualizado, para fins de pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor.

No acumulado, houve decréscimo de receita de 29,1% (- R\$ 2.351,84 milhões), em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 5.719,00 milhões. O resultado foi determinado, principalmente, pelo decréscimo de Receitas Diversas (- 63,7%; - R\$ 2.928,07 milhões), da mesma forma, justificado pela alta da receita

arrecadada em 2013, através da Lei Complementar Estadual²² 147/2013. O acréscimo na arrecadação dos outros componentes de Demais Receitas Correntes em 2014, não foram suficientes para compensar o decréscimo da arrecadação de Receitas Diversas.

– **Receitas de Contribuições:** Houve acréscimo de R\$ 159,99 milhões (+ 64,3%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de 408,84 milhões no 6º bimestre de 2014. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuições dos Servidores Ativos e Inativo Civis para o Fundo Único de Previdência do ERJ - Poder Executivo.

No acumulado, o acréscimo foi de 31,8% (+R\$ 455,13 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando 1.886,34 milhões. Tal acréscimo no acumulado foi suportado, principalmente, pela variação positiva na Receita de Contribuição de Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais (+ R\$ 109,05 milhões) e na Contribuição de Servidor Ativo Civil (+ R\$ 108,86 milhões) em comparação ao mesmo período acumulado de 2013.

– **Indenizações e Restituições:** apresentou um crescimento de R\$ 229,17 milhões (+ 617,4%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total de R\$ 266,29 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, por Outras Restituições relativas a resgates de depósitos judiciais.

No acumulado esta conta apresentou acréscimo de R\$ 245,06 milhões (+ 86,3%), totalizando uma arrecadação de 528,96 milhões. O resultado acumulado foi influenciado por Outras Restituições, relativas a resgates de depósitos judiciais e pela restituição de recursos ordinários não provenientes de impostos.

– **Receita Industrial:** apresentou um crescimento de R\$ 15,30 milhões (+ 84,8%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do

²² **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

ano passado, resultando num total de R\$ 33,35 milhões. Tal acréscimo deve-se à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, através do Instituto Vital Brazil, que sozinha registrou uma variação positiva de R\$ 15,33 milhões em relação ao 6º bimestre de 2013.

No acumulado, a receita industrial apresentou acréscimo de R\$ 23,62 milhões (+ 14,6%), totalizando uma arrecadação de R\$ 185,94 milhões. Assim como na arrecadação bimestral, o resultado acumulado apresenta a receita oriunda da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, através do Instituto Vital Brazil, (+ R\$ 23,67 milhões) como principal ator no setor.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um acréscimo de 37,6% (+ R\$ 29,36 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo bimestre de 2013 gerando um montante de R\$ 107,43 milhões. Em sua maioria, o comportamento é explicado pelo acréscimo de Multas e Juros de Mora do ICMS

A receita de Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 105,3%; + R\$ 27,16 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, alcançando 52,96 milhões, em grande parte pelo aumento da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentou variação positiva (+ 7,8%; + R\$ 45,37 milhões) em relação a 2013, devido ao comportamento da arrecadação relativa ao ICMS e IPVA.

Porém, a da Dívida Ativa apresentou queda de 30,4% (- R\$ 194,13 milhões), principalmente pela redução da receita da Dívida Ativa do ICMS comparada ao mesmo período acumulado de 2013.

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$1.022,04 milhões / +1,0%
Acumulado: R\$ 5.959,02 milhões / + 3,4%
Tabela 19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

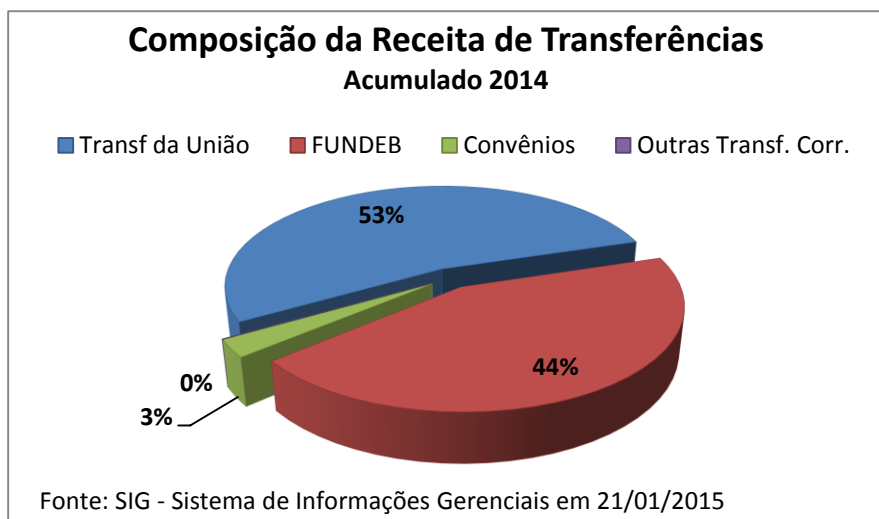
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.012,32	1.022,04	1,0%	5.760,66	5.959,02	3,4%
Transf da União	537,90	565,00	5,0%	3.037,96	3.191,60	5,1%
FPE	192,31	202,45	5,3%	1.017,91	1.109,23	9,0%
IPI exp	168,16	160,20	-4,7%	847,83	819,94	-3,3%
IOF	0,00	0,00	-21,5%	0,05	0,03	-32,8%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	2,93	5,92	102,5%
SUS	78,37	85,52	9,1%	593,12	609,15	2,7%
Salário Educação	33,36	70,19	110,4%	378,10	428,09	13,2%
Lei Kandir	14,30	21,44	50,0%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	51,40	25,20	-51,0%	112,25	133,46	18,9%
FUNDEB	442,34	430,78	-2,6%	2.603,36	2.605,80	0,1%
Convênios	32,08	26,23	-18,2%	118,43	161,48	36,3%
Outras Transf. Corr.	0,01	0,03	288,6%	0,90	0,15	-83,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

As Receitas de Transferências apresentaram aumento bimestral de 1,0% (+ R\$ 9,72 milhões), se comparada ao 6º bimestre de 2013. O crescimento é resultado do bom desempenho das receitas de FPE e Salário Educação, que apresentaram variações positivas de 5,3% e 110,4%, respectivamente. As duas receitas somadas representam a entrada adicional de R\$ 46,96 milhões a título de transferências nesse bimestre.

O resultado acumulado apresenta resultado mais expressivo, totalizando R\$ 5.959,02 milhões, o que representa aumento de 3,4% (+ R\$ 198,37 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é justificado nas mesmas transferências já citadas anteriormente.

Gráfico 12

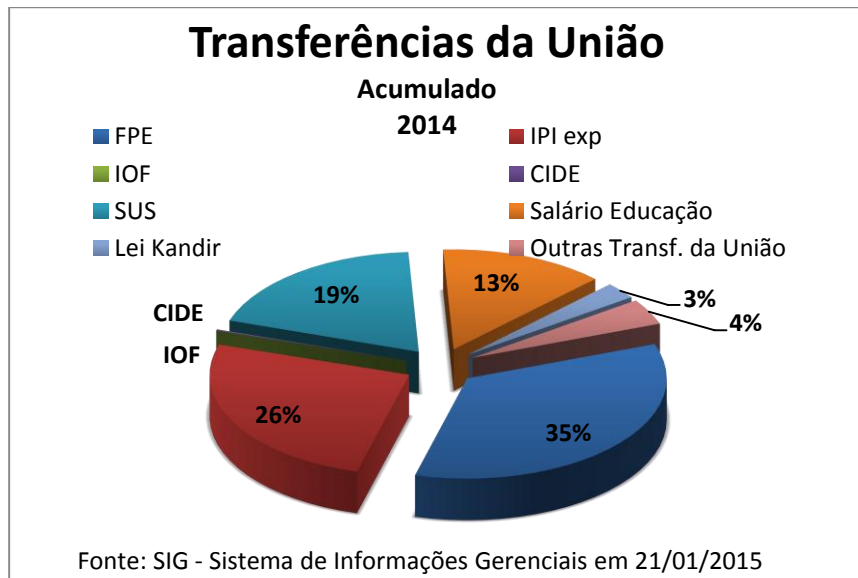


IV.1.3.2 Transferências da União

Apresentando aumento de repasse bimestral no valor de R\$ 27,10 milhões (+ 5,0%), as Transferências da União apresentaram tal desempenho baseado no crescimento das receitas de FPE e Salário Educação. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

O resultado bimestral positivo estende-se para o acumulado de 2014, totalizando R\$ 3.191,60 milhões recebidos em 2014 a título de Transferências da União, que representa crescimento de 5,1% (+R\$ 153,64 milhões) se comparado a 2013. Tal resultado tornou-se possível pelo desempenho do FPE, do Salário Educação e da receita de Outras Transferências da União, compensando a queda IPI-Exportação em comparação ao acumulado de 2013.

Gráfico 13



– **FPE**²³: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos os impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

Os recursos do 6º bimestre do FPE apresentaram crescimento de 5,3% (+ R\$ 10,13 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013. Tal fato é consequência do crescimento das receitas de IPI-Exportação, uma vez que houve redução na arrecadação do Imposto de Renda no período analisado. O aumento nesse imposto concentra-se nas contas IPI Automóveis, em função da recomposição gradual da alíquota do IPI incidente sobre a aquisição de automóveis, conforme Decreto 7.971/13 e 8.168/13 e IPI Outros, resultado da

Os resultados positivos nas arrecadações do Imposto de Renda e do IPI justificam o bom desempenho acumulado da receita de FPE.

²³ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de novembro e dezembro de 2014, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/Analisemensualnov14.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/AnaliseMensaldez14.pdf>

recomposição parcial da alíquota do IPI incidente sobre o setor de móveis e linha branca.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 91,32 milhões (+9,0%) é fruto do bom desempenho de ambos os impostos. No Imposto de Renda, o resultado positivo é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual e no IRRF- Rendimentos de Capital, motivado pela reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada como IRRF - Rendimentos de Capital que antes eram classificados como fruto dos Rendimentos do Trabalho, além do aumento de IR sobre fundos de renda fixa. O aumento de recursos de IPI no acumulado é reflexo dos mesmos motivos já citados no parágrafo anterior.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferencias>.

A redução percentual do coeficiente do IPI-Exportação 2014 do ERJ resultou na queda de receita deste imposto durante o ano.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 4,7% (- R\$ 7,96 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para tal resultado a redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

Da mesma forma, o acumulado apresentou queda de 3,3% (- R\$ 27,88 milhões), pelo mesmo motivo citado anteriormente.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-

educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 25,20 milhões no bimestre, esta receita apresentou redução de 51,0% (- R\$ 26,21 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O declínio encontra-se nas Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 133,46 milhões, esta receita apresentou crescimento de 18,9% (+ R\$ 21,21 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente ao ano de 2013 em janeiro de 2014, totalizando R\$ 48,68 milhões.

-SALÁRIO EDUCAÇÃO: As receitas desta conta encerraram o bimestre com o valor de R\$ 70,19 milhões, representando crescimento de 110,4% (R\$ 36,83 milhões) em relação ao 6º bimestre de 2013. Tal resultado é justificado pela grande redução do repasse de dezembro de 2013, e efetivado em janeiro de 2014, o que reduziu a base de comparação de 2013.

No acumulado, essa transferência totalizou R\$ 428,09 milhões, valor 13,2% maior que o recebido em 2013. Grande parte desse aumento de R\$ 49,99 milhões justifica-se pelo mesmo motivo citado no parágrafo anterior.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios alcançaram o valor de R\$ 26,23 milhões, demonstrando redução de 18,2% (- R\$ 5,85 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Esclarecem o resultado negativo bimestral desta conta os convênios relacionados a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e com a FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam crescimento de R\$ 43,04 milhões (+ 36,3%). O aumento deriva-se dos convênios com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e com o Fundo Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

IV.II Receitas de Capital
Bimestre: R\$ 3.030,92 milhões / 27,3%
Acumulado: R\$ 13.634,68 milhões / + 37,6%
Tabela 20
RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

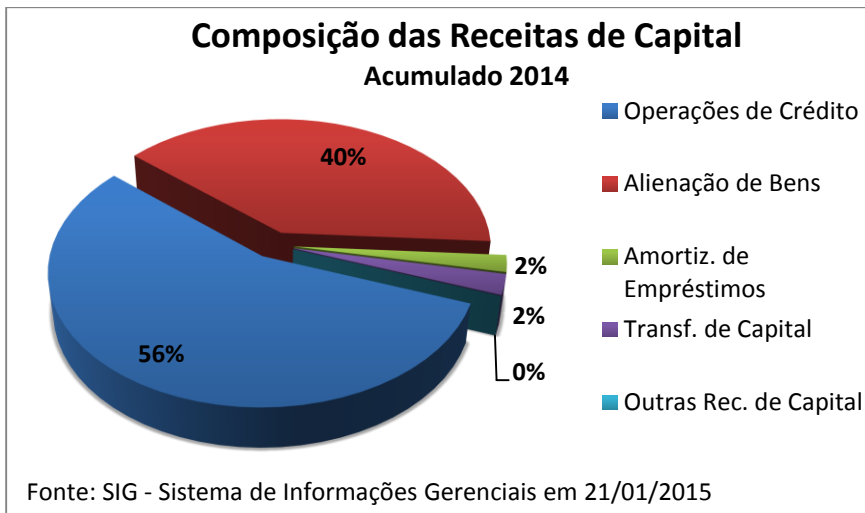
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS DE CAPITAL	2.381,59	3.030,92	27,3%	9.907,92	13.634,68	37,6%
Operações de Crédito	1.748,56	955,42	-45,4%	5.030,29	7.605,49	51,2%
Alienação de Bens	481,75	2.003,37	315,9%	4.153,35	5.411,95	30,3%
Amortiz. de Empréstimos	51,45	44,26	-14,0%	244,87	279,22	14,0%
Transf. de Capital	99,84	27,86	-72,1%	479,41	337,97	-29,5%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,05	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/01/2015.

As Receitas de Capital apresentaram um aumento, no sexto bimestre, de 27,3% (+ R\$ 649,32 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, principalmente por conta do acréscimo registrado em Alienações de Bens no montante de R\$ 1.521,62 milhões, superior à redução verificada em Operações de Crédito (- R\$ 793,13 milhões).

Adicionalmente, o acumulado, registrou crescimento de 37,6% (+ R\$ 3.726,76 milhões) principalmente pelo acréscimo de receita das Operações de Crédito (+ R\$ 2.575,20 milhões), e aumento das Alienações de Bens (+ R\$ 1.258,60 milhões).

Gráfico 14



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: A redução de 45,4% (- R\$ 793,13 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre, em relação ao mesmo período do ano passado, é decorrente, em especial, da redução do fluxo de Demais Operações de Crédito Externas para Programas de Governo. Destaca-se, a operação de grande vulto realizada no sexto bimestre de 2013, referente ao Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos – PROMIT, não repetida no mesmo bimestre de 2014.

Por outro lado, o desempenho do acumulado do ano já atingiu R\$ 7.605,49 milhões, representando um aumento de 51,2% (+ R\$ 2.575,20 milhões) em relação ao acumulado de 2013. Esse desempenho é resultante das operações de crédito internas que objetivaram financiar programas de governo ao longo deste ano, sendo os mais expressivos Pro-Cidades, Pro-Cidades II²⁴ e Metro Linha 4. Esses recursos do Pró-Cidades II financiaram alguns projetos voltados para a COPA, dentre os quais podemos citar o Centro Integrado de Comando e Controle e a Reforma da Estação do Maracanã.

²⁴ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.

ALIENAÇÃO DE BENS: A receita de alienação de bens no 6º bimestre de 2014 apresentou acréscimo de 315,9% (+ R\$ 1.521,62 milhões). Tal fato é explicado pelos elevados níveis de ingresso financeiro originário do RIOPREVIDÊNCIA, observado no último bimestre deste ano, proveniente da alienação de ativos - Receita de Outros Títulos Mobiliários.

No acumulado, da mesma forma, a Alienação de Bens apresentou aumento de 30,3% (+ R\$ 1.258,60 milhões). O resultado acumulado é afetado pela mesma operação responsável pelo aumento bimestral - ingresso financeiro proveniente da alienação de ativos.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital registradas no último bimestre de 2014, demonstram um decréscimo de 72,1% (- R\$ 71,97 milhões). Essa redução é verificada mais significativamente nas Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC.

O resultado acumulado, também apresenta decréscimo, encerrando o sexto bimestre com arrecadação de R\$ 337,97 milhões, R\$ 141,45 milhões (- 29,5%) a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado é, mais uma vez, fruto da redução na conta Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC.

Com a realização das receitas de operações de crédito, torna-se possível custear importantes programas de governo.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro
V.I Despesa Total
Tabela 21

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A DEZ							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	76.287	442	75.844	62.962	62.962
	DESPESA INTRA	2.694	2.819	0,0	2.819	2.805	2.805
	DESPESA TOTAL	67.386	79.105	442	78.663	65.768	65.768
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	71.096	360	70.736	65.419	65.419
	DESPESA INTRA	2.977	3.626	84	3.542	3.464	3.464
	DESPESA TOTAL	70.559	74.722	444	74.277	68.883	68.883
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.833	6,6	5.827	5.426	5.426
	DESPESA INTRA	555	480	0,0	480	469	469
	DESPESA TOTAL	5.354	6.313	6,6	6.306	5.895	5.895
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.111	0,0	6.111	5.802	5.802
	DESPESA INTRA	587	1.024	0,0	1.024	1.020	1.020
	DESPESA TOTAL	6.530	7.135		7.135	6.821	6.821
2013	FUNDEB (Conta redutora)						5.410
2014							5.547

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

A Tabela 21 apresenta a execução das despesas do Estado em aspecto amplo.

Conforme estabelecido no orçamento estadual, o Poder Executivo iniciou o exercício com R\$ 70,56 bilhões autorizados (+4,7% ante 2013) para financiar as despesas previstas. Por meio de alterações orçamentárias (abertura de créditos adicionais), a dotação final alcançou o valor de R\$ 74,72 bilhões, R\$ 444 milhões permanecendo contingenciados, conforme já citado no item II deste Boletim.

Para os Outros Poderes, a LOA concedeu, inicialmente, R\$ 6,53 bilhões (montante 22,0% maior que o concedido em 2013). Ao longo do ano, houve um incremento de R\$ 605 milhões. Da disponibilidade final (R\$ 7,14 bilhões), R\$ 6,82 bilhões foram empenhados e liquidados, ou seja, 95,6% do montante assegurado aos Poderes.

A Tabela 21 contabiliza ainda o valor de R\$ 5,55 bilhões referente à contribuição do Estado ao FUNDEB. A partir de 2013, contabilmente, a destinação dos recursos do estado ao Fundo é feita por meio de contas redutoras, ou seja, dedução automática de parcela das receitas que compõem o Fundo.

Toda a análise a seguir da despesa executada no ERJ desconsidera a conta redutora do FUNDEB.

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 22 detalha as alterações orçamentárias verificadas no orçamento do Estado.

Em 2014, R\$ 4,77 bilhões foram incorporados ao orçamento por meio de créditos adicionais (incluindo as intraorçamentárias): R\$ 2,37 bilhões em fontes do Tesouro e R\$ 2,40 bilhões em fontes Não Tesouro (Demais Fontes de Recursos).

Na fonte Tesouro, não considerando as Operações de Crédito, o maior incremento ocorreu nos recursos ordinários não provenientes de impostos (FR 01): foram R\$ 909 milhões. Por outro lado, os acréscimos na FR 11 (Operações de Crédito) alcançaram o valor de R\$ 441 milhões.

O incremento de R\$ 2,40 bilhões verificado nas Demais Fontes ficou concentrado, basicamente, no Fundo Único de Previdência Social do ERJ (R\$ 1,76 bilhão).

Numa análise por função governamental, conforme demonstrado na Tabela 23, o maior incremento ocorreu na Previdência Social (+R\$ 1,76 bilhão), recurso esse utilizado para compor o pagamento de aposentados e pensionistas do estado, seguida pela função Encargos Especiais (R\$ 1,49 bilhão).

A função Segurança Pública também sofre acréscimos ao longo do exercício: R\$ 427 milhões dos quais R\$ 151 milhões foram por meio de recursos do Tesouro e R\$ 276 milhões por Demais Fontes. Esse incremento ajustou orçamentariamente diversas ações, principalmente os pagamentos salariais de diversas unidades (PMRJ e a Secretaria de Estado da Defesa Civil) que totalizou R\$ 241 milhões.

A função Educação foi reforçada com R\$ 342 milhões. Os principais projetos ajustados foram: Apoio aos Serviços Educacionais (R\$ 69,63 milhões), Pessoal e Encargos Sociais do Ensino Médio Técnico,

Tabela 22

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2014			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	52.588	2.366	54.954
OP. CRÉDITO	7.866	441	8.307
DEMAIS FONTES	24.501	2.402	26.902
CONVÊNIOS	4.253	-748	3.506
OUTRAS	20.247	3.149	23.396
TOTAL	77.089	4.768	81.857

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2014.

Tabela 23

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2014		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Previdência Social	Arrecadação Própria	1.757
Encargos Especiais	Tesouro	1.486
Segurança Pública	Tesouro	151
	Demais Fontes	276
Educação	Tesouro	319
	Demais Fontes	23
Urbanismo	Tesouro	477
	Demais Fontes	-156
SUBTOTAL		4.332
OUTRAS DEMANDAS		58
TOTAL		4.768

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2014.

FAETEC (R\$ 67 milhões) e Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica do Ensino médio (R\$ 66 milhões).

Na função Urbanismo foi verificada uma variação de R\$ 321 milhões. O reforço orçamentário ocorreu principalmente nas obras do Arco Metropolitano, Asfalto Porta e Bairro Novo e na Implantação de Projetos de Infraestrutura.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

Neste 6º bimestre, as despesas custeadas com recursos do Tesouro atingiram 69,3% (R\$ 49,35 bilhões) do total da despesa realizada (R\$ 71,22 bilhões), excluídas aqui as intraorçamentárias.

Grande parte das despesas realizadas foi assegurada por meio de recursos Provenientes de Impostos (FR 00) e Recursos de Operações de Crédito (FR 11): juntas, as despesas custeadas com esses recursos corresponderam a 52,64% do total realizado no ano. Frente a 2013, observou-se um aumento dessas despesas: +4,1% (+R\$ 1,20 bilhão) na FR 00 e +22,5% (+R\$ 1,22 bilhão) na FR 11.

A Tabela 24 apresenta a análise detalhada do financiamento das despesas do estado pelas Fontes de Recursos (FR).

Detalhando as despesas realizadas com Recursos do Tesouro, constata-se aumento em outras fontes: na FR 04 (Royalties e Participação Especial do Petróleo) expansão de R\$ 513,18 milhões e na FR 01 (Recursos Não Provenientes de Impostos) acréscimo de R\$ 228,31 milhões. O Gráfico 15 demonstra a participação dessas fontes na composição das despesas financiadas com Recursos do Tesouro.

As despesas financiadas por recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram R\$ 21,87 bilhões, demonstrando um crescimento de 9,7% (+R\$ 1,94 bilhão) ante 2013.

Tabela 24

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - DEZ		Variação %
	2013	2014	
	RECURSOS DO TESOURO	48.455	
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	29.670	30.873	4,1%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	1.876	2.104	12,2%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	3.335	3.849	15,4%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	429	403	-6,1%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	815	946	16,1%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	796	894	12,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	5.401	6.619	22,5%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	2.730	2.728	0,0%
DEMAIS FONTES*	3.402	932	-72,6%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	19.934	21.873	9,7%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	14.697	16.291	10,8%
CONVÊNIOS**	1.245	1.231	-1,1%
FUNDEB (FR 15)	2.233	2.496	11,8%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	822	833	1,3%
DEMAIS FONTES***	937	1.023	9,2%
TOTAL	68.388	71.221	4,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

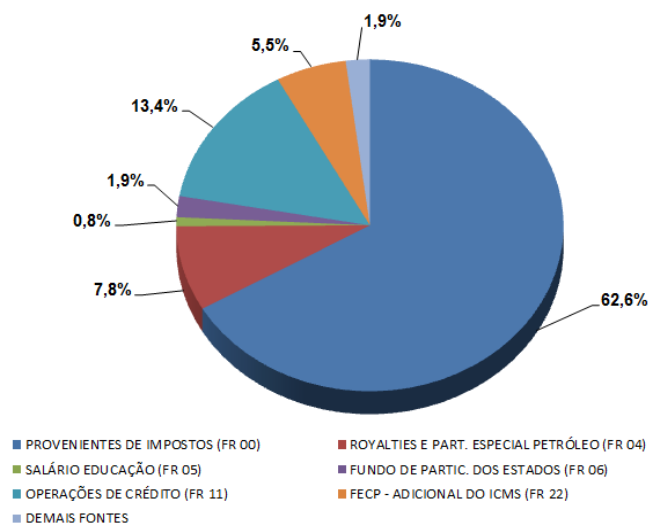
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

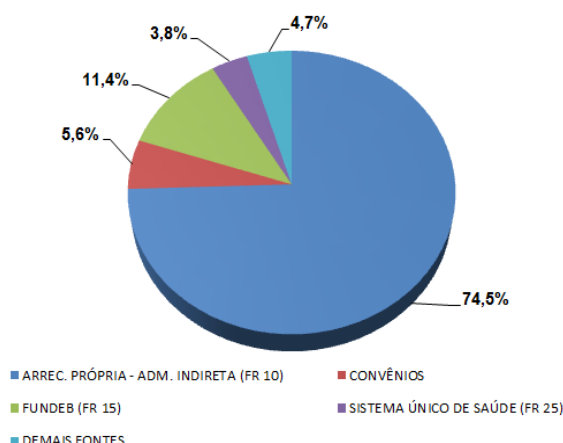
*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

Gráfico 15



Do montante realizado, R\$ 16,29 bilhões foram contabilizados na FR 10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta), fonte essa responsável por 74,5% da execução do grupo em 2014. A FR 15 (FUNDEB) também apresentou expressivo destaque no ano: R\$ 2,49 bilhões da despesa executada com aumento de 11,8% ante 2013. Sua aplicação ocorre na rede estadual de ensino do estado. O Gráfico 16 demonstra a participação dessas fontes de recursos.

Gráfico 16



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico procura analisar os gastos do estado sob a ótica da categoria econômica (corrente e capital) e dos grupos de despesas. A Tabela 25 apresenta os dados apurados no bimestre e no acumulado frente aos averiguados em 2013.

Tabela 25

R\$ Milhões

- Despesas Correntes Total:

Acumulado 2014: R\$ 60,01 bilhões

Bimestre 2014: R\$ 12,20 bilhões

- Despesas de Capital Total:

Acumulado 2014: R\$ 11,20 bilhões

Bimestre 2014: R\$ 2,30 bilhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	NOV A DEZ			JAN A DEZ		
		2013	2014	Variação %	2013	2014	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.874	3.187	-34,6%	18.620	18.216	-2,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	4.158	2.450	-41,1%	14.779	14.152	-4,2%
	1.2 - OUTROS PODERES	716	738	3,1%	3.841	4.064	5,8%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	583	684	17,5%	2.931	3.233	10,3%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.828	8.326	-5,7%	36.859	38.566	4,6%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	5.220	4.577	-12,3%	14.239	14.389	1,1%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	4.840	4.083	-15,6%	12.935	12.781	-1,2%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	381	494	29,7%	1.304	1.608	23,3%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.017	2.201	9,1%	11.755	13.158	11,9%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.591	1.548	-2,7%	10.865	11.020	1,4%
3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.293	1.200	-7,2%	
3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.591	1.548	-2,7%	9.572	9.819	2,6%	
TOTAL CORRENTE		14.284	12.198	-14,6%	58.411	60.015	2,7%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	2.822	1.695	-39,9%	6.928	7.666	10,7%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	2.697	1.002	-62,9%	6.475	6.722	3,8%
	4.2 - OUTROS PODERES	112	59	-47,8%	274	129	-53,0%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	12	635	5059,5%	180	816	353,9%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	119	12	-90,0%	217	90	-58,5%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	456	592	30,0%	2.832	3.450	21,8%
TOTAL CAPITAL		3.397	2.300	-32,3%	9.978	11.206	12,3%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		17.681	14.497	-18,0%	68.388	71.221	4,1%
Despesas Intraorçamentárias		654	1.073	64,1%	3.275	4.483	36,9%
TOTAL GERAL		18.335	15.571	-15,1%	71.663	75.704	5,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 21/01/2015

As Despesas Correntes do RJ, composta pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – sendo esta constituída pelos gastos com inativos e pensionistas, pelas despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio da administração pública – corresponderam a 84,3% (R\$ 60,01 bilhões) do total liquidado no acumulado do exercício. As Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) requereram R\$ 11,21 bilhões (15,7% do total liquidado). Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas da análise.

Detalhando a análise, a despesa liquidada com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 11,9% no acumulado (+R\$ 1,40 bilhão), variação essa impactada pelos reajustes salariais concedidos aos servidores no decorrer de 2013 bem como pela antecipação do pagamento das contribuições patronais ao Rioprevidência.

As despesas com as Transferências Obrigatórias apresentaram aumento de 1,4% (+R\$ 154,78 milhões) quando comparado ao acumulado de 2013. Os repasses constitucionalmente assegurados aos municípios (transferências) apresentaram crescimento de 2,6% (+R\$ 247,43 milhões) no ano. Os Encargos com a União, despesas de indenização com o Governo Federal, apresentaram redução de 7,2%: queda de R\$ 92,65 milhões no acumulado.

Nas Despesas de Custeio, gastos provenientes das despesas com manutenção dos órgãos e com os principais programas estratégicos de governo, foram executados R\$ 4,57 bilhões no sexto bimestre, registrando queda de 12,3% (-R\$ 643,02 milhões) frente ao mesmo período de 2013. No acumulado, foram contabilizados R\$ 14,39 bilhões: crescimento de 1,1% (+R\$ 792,94 milhões).

No que tange ao nível de Investimentos realizados no exercício, a análise quantitativa aponta uma redução de 39,9% no bimestre (-R\$ 1,13 bilhão), diferentemente do apurado no acumulado, crescimento de 10,7% (+R\$ 738,11 milhões).

A aplicação de tais recursos visa desenvolver programas estruturantes voltados para a melhoria do transporte público (Implantação de novas linhas de metro) e da infraestrutura em



diversos municípios através de obras de urbanização e pavimentação
(Asfalto na Porta e Bairro Novo).

Por fim, o pagamento da Amortização da Dívida exibiu variação positiva tanto no bimestre (+30,0%; +R\$ 136,54 milhões) como no acumulado (+21,8%; R\$ 617,51 milhões), como resultado direto da arrecadação. A despesa executada no grupo baseia-se na aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real (RLR), de acordo com a Lei Federal nº 9.496/97.

➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 26 detalha as áreas que concentram os maiores gastos com pessoal ativo.

No acumulado foram liquidados R\$ 18,22 bilhões em 2014. Frente a 2013, foi constatada queda de 2,2%, ou seja, -R\$ 404,53 milhões. Se consideradas as despesas intraorçamentárias no exercício (R\$ 2,53 bilhões), o montante geral alcança o patamar de R\$ 20,74 bilhões, com variação negativa de 0,5% frente 2013.

O aumento de 13,3% das despesas intraorçamentárias no acumulado do período decorre das transferências a título de antecipação do montante das obrigações patronais que seriam pagos ao longo do exercício a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

A análise das despesas de pessoal por órgão de governo sinaliza a importância de determinados setores como Segurança Pública, Defesa Civil, Educação e Ciência e Tecnologia. Tais órgãos foram responsáveis por significativa variação até dezembro: juntas, as despesas executadas por eles totalizaram R\$ 9,56 bilhões (52,46% do total gasto pelo estado quando não contabilizadas as intraorçamentárias). No ano, apresentaram crescimento de 13,9% frente 2013, ou seja, +R\$ 1,17 bilhão.

Em 2014, observou-se um incremento das despesas realizadas pelo estado na segurança: crescimento de 14,3% (+R\$ 531,43 milhões) na Segurança Pública e de 13,5% (+R\$ 138,81 milhões) na Defesa Civil. As expansões averiguadas provêm, em parte, da concessão do auxílio moradia (estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012) e do reajuste de 11,8% do soldo a partir de fevereiro. Juntos, esses

Tabela 26

ÓRGÃO	NOV A DEZ		VARIÇÃO %	JAN A DEZ		VARIÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
Segurança Pública	522	700	33,9%	3.729	4.260	14,3%
Educação	437	459	5,0%	2.594	2.887	11,3%
Ciência e Tecnologia	179	201	12,1%	1.035	1.242	20,0%
Defesa Civil	166	198	19,7%	1.028	1.167	13,5%
Saúde	194	179	-7,9%	1.163	1.007	-13,5%
DEMAIS ÁREAS	3.376	1.451	-57,0%	9.071	7.653	-15,6%
SUBTOTAL	4.874	3.187	-34,6%	18.620	18.216	-2,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	426	176	-58,8%	2.230	2.528	13,3%
TOTAL GERAL	5.300	3.363	-36,5%	20.851	20.744	-0,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

Tabela 27

Detalhamento da Despesa	JAN-DEZ		Variação %
	2013	2014	
Auxílio Moradia	577.577.620	725.323.033	25,6%
Soldo	529.188.747	615.060.181	16,2%
Total	1.106.766.366	1.340.383.213	21,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

benefícios resultaram numa ampliação de 21,1% (+R\$ 233,62 milhões), conforme detalhado na Tabela 27.

Na área da Educação foram executados até dezembro R\$ 2,89 bilhões, aumento de 11,3% (+R\$ 293,14 milhões) em relação a 2013. Consequência direta dos reajustes e melhorias concedidos aos servidores da rede estadual de ensino, medidas que buscaram valorizar do profissional do ramo: aumento de 9,0% no vencimento; reajuste de 25% no auxílio transporte; ampliação do auxílio qualificação; aumento de 10% na gratificação de difícil provimento.

Na área de Ciência e Tecnologia foram gastos R\$ 200,54 milhões no bimestre, valor que representou um crescimento de 12,1%, ou seja, +R\$ 21,69 milhões frente montante executado em 2013. No acumulado, foi contabilizado R\$ 1,24 bilhão de despesa executada (+20,0%, ou seja, +R\$ 206,93 milhões). A variação é justificada, em parte, pela FAETEC (contratação de mão de obra temporária e aprovação do novo plano de cargos e salários aprovado pela Lei Nº 6.720 de 2014) e pela UERJ (novo plano de Regime de Trabalho com Dedicção Exclusiva do corpo docente do quadro permanente, Lei Nº 6.328/2012, implantada em três parcelas).

A variação negativa (tanto no bimestre como no ano) calculada na área da Saúde é justificada pelo novo modelo de gestão do segmento, os Contratos de Gestão. Por meio desse modelo de contrato, o Estado repassa às Organizações Sociais (OS), entidades de direito privado sem fins lucrativos, a responsabilidade pela execução do serviço.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 1,45 bilhão no bimestre e R\$ 7,65 bilhões no acumulado. A análise aponta retrações tanto no bimestre como no ano: 57,0% (-R\$ 1,93 bilhão) e 15,6% (-R\$ 1,42 bilhões), respectivamente. A variação negativa reflete o pagamento do estoque de precatórios judiciais no grupo de pessoal frente ao apurado em 2013: R\$ 2,16 bilhões foram executados no ano anterior pelo ERJ conforme estabelecido pela LC Nº 147/2013.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 28 analisa os custos de manutenção do ERJ, valores apurados no 6º bimestre e no acumulado do exercício em relação a 2013.

O acumulado de 2014 apresentou uma despesa de R\$ 14,39 bilhões (R\$ 4,58 bilhões apenas no 6º bimestre). Esse valor agrupa as principais ações e o custeio da administração pública.

Se adicionadas as despesas com inativos e pensionistas, transferências aos municípios e as despesas intraorçamentárias, o montante pago no ano chega a R\$ 40,52 bilhões (+7,3%, ou seja, R\$ 2,77 bilhões frente a 2013).

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 2,76 bilhões, elevação de 19,2% (+R\$ 443,47 milhões) em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 545,64 milhões, aumento de 12,3% (+R\$ 59,92 milhões) em relação a 2013. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, além da implantação do subsídio na tarifa do metrô e trens (subsídio no valor de R\$ 0,30 para cada viagem), o que gerou, neste período, uma elevação no número de benefícios.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro concedido à população fluminense economicamente menos favorecida, exigiram no ano dos cofres públicos R\$ 311,50 milhões, acréscimo de R\$ 6,48 milhões (+2,1%) frente 2013. Essa variação a maior decorre do aumento de beneficiados nos programas.

O programa Alimentação dos Apenados e Custodiados, ação de relevada importância dentro das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária (no período a ação representou 82,0% do total gasto pelo órgão), apresentou aumento de R\$ 18,95 milhões

Tabela 28

AÇÕES	NOV - DEZ		Variação %	JAN - DEZ		Variação %
	2013	2014		2013	2014	
Demais Poderes	380.660	493.868	29,7%	1.303.941	1.608.274	23,3%
Principais Ações de Saúde *	941.502	996.819	5,9%	2.313.370	2.756.842	19,2%
Bilhete Único	79.708	96.270	20,8%	485.722	545.641	12,3%
Renda Melhor + Aluguel Social	52.714	52.094	-1,2%	305.013	311.497	2,1%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	110.486	106.573	-3,5%	281.026	299.974	6,7%
Nutrição Escolar	72.750	57.069	-21,6%	259.206	271.508	4,7%
Rio Esporte Para Todos	7.018	5.280	-24,8%	41.691	60.305	44,6%
Demais Desp. Custeio	3.480.939	2.691.525	-22,7%	8.961.291	8.229.363	-8,2%
Subtotal CUSTEIO	5.220.248	4.577.229	-12,3%	14.239.133	14.389.051	1,1%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.016.611	2.200.568	9,1%	11.755.112	13.157.596	11,9%
TRANSF. OBRIGATORIAS	1.590.682	1.548.050	-2,7%	10.864.833	11.019.615	1,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	225.762	894.630	296,3%	893.988	1.954.941	118,7%
TOTAL	9.053.303	9.220.477	1,8%	37.753.065	40.521.203	7,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 26/01/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Op. Serv. Saúde Unid. Próp. por Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado + Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas.

Até o 6º Bimestre de 2014, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 40,52 bilhões: acréscimo de R\$ 2,77 bilhões (+7,3%) frente ao apurado no mesmo período de 2013.

em 2014 (+6,7%) comparativamente a 2013 em consequência do reajuste dos contratos firmados.

Outra relevante ação desempenhada pelo ERJ, a Nutrição Escolar apresentou crescimento no ano (+4,7%, ou seja, +R\$ 12,30 milhões), sendo este o maior gasto da função Educação nesse grupo de despesa.

Por fim, o programa Rio Esporte Para Todos apresentou a maior elevação percentual dentre os maiores programas do grupo: crescimento de 44,6% no ano, R\$ 18,6 milhões em valores absolutos. A ação representa 76,4% das despesas liquidadas da Secretaria de Esporte e Lazer. Os recursos utilizados pelo programa foram aplicados em diversos polos voltados para atividades físicas, inclusive em áreas pacificadas.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 29 mostra as principais execuções de Investimentos e Inversões Financeiras do Estado no ano.

A ação com maior dispêndio foi a Implantação de Novas Linhas Metroviárias. R\$ 2,07 bilhões de recursos foram direcionados à ação. Aumento de 3,0% frente 2013. O projeto tem por objetivo estabelecer a conexão entre as estações metroviárias de General Osório, no bairro de Ipanema, com a nova estação que será construída no Jardim Oceânico, região do bairro da Barra da Tijuca.

As obras do Asfalto na Porta e Bairro Novo com R\$ 885,94 milhões de despesas executadas em 2014 também demonstrou elevada realização: esse montante representa 11,4% do total gasto em Investimentos e Inversões. O projeto consiste em ações de drenagem, recapeamento, pavimentação, urbanização, e obras afins pulverizadas em diversos municípios fluminenses.

A ação Arco Metropolitano, projeto já inaugurado pelo governo do ERJ, alcançou no ano o valor de R\$ 663,86 milhões. Comparativamente a 2013, a ação demandou um quantitativo menor de recursos: foram gastos R\$ 40,16 milhões a menos. A obra faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento e recebeu verbas

Tabela 29

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A DEZ		Variação (%)
	2013	2014	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	2.013.893	2.074.520	3,0%
Exec Obras Vias Urb - Asfalto Porta e B Novo	-	885.942	-
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	704.011	663.856	-5,7%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	576.857	493.937	-14,4%
Abastecimento de Água - PAC	125.470	251.074	100,1%
Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II	78.365	211.224	169,5%
Implant e Melh da Infraestr Viária - Pró-Vias	-	174.042	-
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura	236.830	148.755	-37,2%
Prevenção e Contr Ambiental de Inundações	-	146.672	-
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	65.789	144.517	119,7%
SUBTOTAL	3.801.215	5.194.538	36,7%
DEMAIS AÇÕES	3.344	2.562	-23,4%
TOTAL	7.145.546	7.756.457	8,5%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

tanto de operações de Crédito, quanto do governo federal e do próprio Tesouro estadual. A autoestrada que liga Itaguaí à Itaboraí já está em funcionamento, restando finalizar apenas o trecho que passa por Magé, Guapimirim e Itaboraí. O projeto está previsto a ser concluído em 2016.

A ação Implantação de Projetos de Infraestrutura executou R\$ 493,94 milhões neste exercício. Frente a 2013, foi apurada queda de 14,4% na ação: R\$ 82,90 milhões a menos. Essa ação encontra-se amplamente distribuída entre os municípios fluminenses, abrangendo diversas atividades (recapeamento, terraplanagem, drenagem, construção de acostamentos) dentre outras ações de infraestrutura. As principais cidades beneficiadas pelas obras foram Três Rios, Japeri, Miguel Pereira, Rio de Janeiro e Bom Jesus de Itabapoana.

O projeto Abastecimento de Água, ação desenvolvida em parceria com o Governo Federal com recursos do PAC, liquidou ao longo do ano R\$ 251,07 milhões (praticamente o dobro do ano anterior). O projeto abrangeu diversos pontos do estado, principalmente os bairros de Bangu, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Vargem Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Jacarepaguá (todos no município do Rio de Janeiro), Itaipuaçu em Maricá, Seropédica, Mesquita e Nova Iguaçu.

Na ação Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário, operação realizada com o apoio financeiro do BNDES, foram gastos R\$ 211,22 milhões, montante bem superior ao de 2013 (+R\$ 132,56 milhões). O projeto foi responsável pela aquisição de 90 trens chineses para a melhoria no sistema de transporte público.

O projeto Implantação e Melhoria da Infraestrutura Viária – Pró Vias consumiu R\$ 174,04 milhões em recursos públicos. Em contrapartida, diversas obras foram realizadas: pavimentação, drenagem, terraplanagem, alargamento de pontes, contenção, sinalização, implantação de acostamentos, e obras de saneamento. As estradas beneficiadas por aporte de recursos foram: RJ-117, RJ-151, RJ-165, RJ-106, RJ-159, RJ-127, RJ-125, RJ-147, RJ-220.

O projeto Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura, gerido pela Secretaria de Estado de Educação, executou no ano R\$ 148,75 milhões (37,2% a menos que 2013). Foram adquiridos 43.000m² unidade modular educacional e 8.600m² de telhado de estrutura metálica além dos serviços de mão de obra: R\$ 13,0 milhões foram

Durante o ano foram liquidados R\$ 7,76 bilhões (+8,55%) em Investimentos e Inversões Financeiras. A implantação de Novas Linhas Metroviárias foi a ação mais dispendiosa com R\$ 2,07 bilhões.



Obras do Metrô



Obras do Asfalto na Porta/Bairro Novo

aplicados nesse processo, caracterizando-o como o maior aporte individualizado. Outras obras de construção de unidades de ensino ocorreram em diversos municípios, sendo os maiores valores aplicados em colégios localizados em Macaé, Queimados, Rio de Janeiro, e Teresópolis.

Por sua vez, na ação Prevenção e Controle Ambiental de Inundações foram liquidados R\$ 146,67 milhões. Apenas para as execuções de obras por meio de contratos foram gastos R\$ 101,08 milhões. Neste caso as principais execuções foram para mitigar as cheias do rio Muriaé em Itaperuna, Italva, Cardoso Moreira e Santo Antônio de Pádua.

Por fim, a ação Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios aplicou R\$ 144,52 milhões de recursos em 2014, valor 119,7% superior ao de 2013. A ação busca reforçar a cooperação entre governo estadual com os municípios no desenvolvimento de ações locais. Por meio de transferência voluntária, o estado repassou recursos para diversas prefeituras, reforçando o compromisso assumido pelo governo do ERJ no Somando Forças.

IV.2 - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁵, FECAM²⁶ e FEHIS²⁷.

Com o objetivo de garantir aplicação de recursos em educação e saúde, a Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos a serem aplicados em tais áreas.

Os Artigos nº 198 e 212 da Carta determinam, respectivamente, com base nos recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado, que 12% sejam aplicados em ações e serviços públicos de saúde e 25% em manutenção e desenvolvimento da educação.

O Estado do Rio de Janeiro ainda possui outras três vinculações: o Art. 332 da Carta Magna determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei nº 1.060 de 1986, vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; e a Lei nº 4.056, que institui o Fundo Estadual de Combate a Pobreza, estabelece que 10% de seus recursos devem ser aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 30 ao lado apresenta os percentuais aplicados neste exercício de 2014, evidenciando a receita total sobre a qual incidirá o percentual mínimo estabelecido e a despesa total liquidada, seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização dos índices.

O Estado do Rio de Janeiro atingiu todos os percentuais de aplicação obrigatórios. Em relação ao Índice da Educação, a contabilização do FUNDEB é feita por conta redutora no equivalente à contribuição global do Estado ao Fundo. A Secretaria de Educação executa os recursos que retornam ao Estado por meio de Fonte de Recurso específica (FR 15). Neste ano ainda, o Índice da Educação passou por uma mudança em relação à dedução dos Restos a Pagar: a nova

²⁵ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁶ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁷ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Tabela 30 – Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - DEZ		Variação %
	2013	2014	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	32.496.798	33.876.976	4,2%
DESPESA LIQUIDADADA*	8.296.261	8.677.008	4,6%
Uos	2.893.663	3.130.163	8,2%
FUNDEB	5.410.207	5.546.844	2,5%
RP Cancelado	7.608		-100,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	8.124.200	8.469.244	4,2%
% ÍNDICE	25,5%	25,6%	0,08%
SAÚDE			
RECEITA BASE	32.496.752	33.876.944	4,2%
DESPESA LIQUIDADADA**	3.903.795	4.084.196	4,6%
Uos - FR Tesouro	3.645.491	3.764.397	3,3%
FR 23 - Gestão de Saúde	258.304	319.800	23,8%
RP Cancelado			#DIV/0!
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	3.899.610	4.065.233	4,2%
% ÍNDICE	12,0%	12,1%	0,0%
FAPERJ			
RECEITA BASE	19.194.943	20.012.443	4,3%
DESPESA LIQUIDADADA	389.363	408.994	5,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	383.899	400.249	4,3%
% ÍNDICE	2,0%	2,0%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	7.806.455	8.256.214	5,8%
Pós-sal	7.087.190	7.239.580	
Pré-sal	719.264	1.016.634	
DESPESA LIQUIDADADA*	426.855	479.478	12,3%
RP Cancelado	163	39	
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	426.286	463.642	8,8%
% ÍNDICE	5,5%	5,8%	0,3%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.779.273	2.938.633	5,7%
DESPESA LIQUIDADADA	293.897	294.314	0,1%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	277.927	293.863	5,7%
% ÍNDICE	10,6%	10,0%	-0,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

regulamentação prevê que a dedução incida apenas sobre a parcela dos Restos a Pagar Cancelados que ultrapassar o excesso de aplicação do exercício anterior. Essa metodologia já havia sido aplicada para o Índice da Saúde na apuração do exercício de 2013.

➤ Educação

O índice da Educação atingiu 25,6% contabilizando a aplicação no acumulado do exercício, superando em 6% os percentuais mínimos estabelecidos constitucionalmente. A despesa liquidada com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 8,67 bilhões, um aumento de 4,6% (+R\$ 380,74 milhões) quando comparado a 2013. A Tabela 31 detalha a aplicação dos gastos na função por Grupo de Despesa.

O Grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, apresentou participação de 71,7% no total aplicado em 2014.

O FUNDEB representou 63,9% do total aplicado na função, considerado a maior despesa do grupo. Registrou crescimento de 2,5% (+R\$ 136,63 milhões) quando comparado ao exercício de 2013. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007.

A despesa de custeio, quando comparada ao montante apurado em 2013, apresentou uma aparente variação negativa de 31,5% (-R\$ 311,63 milhões), uma vez que os benefícios concedidos pela SEEDUC (auxílios qualificação, transporte e alimentação) foram realizados na FR 15 (FUNDEB). Além disso, grande parte das despesas no atendimento e operacionalização das unidades escolares foi executada na FR 05 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no cálculo do índice.

Em relação à despesa de pessoal, verificou-se uma variação positiva de 37,0% (+R\$ 654,48 milhões) quando comparado a 2013, justificados pelo crescimento dos gastos na Secretaria de Educação em 78,7% (+R\$ 397,03 milhões), decorrente do reajuste de 9% concedido aos profissionais da educação ao longo exercício de 2014 e pela realização de despesas com Obrigações Patronais, fundamental ao equilíbrio financeiro do RIOPREVIDÊNCIA.

As despesas de investimento apresentaram variação negativa de 78,8% (-R\$ 106,35 milhões), compensadas pela utilização da FR 11

Tabela 31 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - DEZ			
	2013	2014		
Pessoal	1.770.477	2.424.966	37,0%	27,9%
Outras Desp. Correntes	6.398.455	6.223.460	-2,7%	71,7%
Custeio*	988.248	676.615	-31,5%	7,8%
FUNDEB*	5.410.207	5.546.844	2,5%	63,9%
Investimento/Inversões	134.938	28.582	-78,8%	0,3%
RP Cancelado	7.608		-100,0%	0,0%
TOTAL	8.296.261	8.677.008	4,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

(Operações de Crédito) pela SEEDUC e pela FAETEC para atender a ampliação, reforma e construção de unidades escolares e unidades modulares para o desenvolvimento dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

A Tabela 32 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações averiguadas até dezembro de 2014.

Tabela 32 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO					
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - DEZ		Variação %	Participação em 2014	
	2013	2014			
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	1.184.709.873	1.226.491.681	3,5%	14,1%	
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	139.089.196	147.734.562	6,2%	1,7%	
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	721.867.891	789.453.487	9,4%	9,1%	
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	674.742.816	771.211.958	14,3%	8,9%	
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	122.329.131	131.348.360	7,4%	1,5%	
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	28.586.520	40.420.131	41,4%	0,5%	
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	22.337.464	23.503.195	5,2%	0,3%	
Total das Unidades Orçamentárias**	2.893.662.892	3.130.163.373	8,2%	36,1%	
FUNDEB**	5.410.206.997	5.546.844.302	2,5%	63,9%	
RP Cancelado**	7.608.404	0	-100,0%	0,0%	
TOTAL DO ÍNDICE	8.296.261.484	8.677.007.675	4,6%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

Ao longo dos anos a SEEDUC vem desempenhando papel relevante para atender às políticas educacionais do Estado do Rio de Janeiro, sendo responsável pela administração de 1.290 escolas que atendem a 780.253 alunos. Dada a sua importância, a Secretaria apresentou maior participação na composição do índice com execução de R\$ 1,23 bilhão, ou seja, 14,1 % do total. Em comparação ao mesmo período do ano anterior, aplicou a mais R\$ 41,78 milhões. Deste montante os maiores gastos foram nos grupos de despesas de pessoal e custeio – foram executados R\$ 194,12 milhões com serviço de vigilância, higiene, manutenção de software, além de outros serviços de apoio para gerenciar as atividades nas unidades escolares.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou-se acréscimo de R\$ 67,58 milhões (+9,4%), sendo considerada a segunda maior participação na função, com 9,1% do total. Destaque para a despesa de Auxílios e Serviços prestados por Estudantes no grupo de custeio, sendo aplicados R\$ 73,42 milhões.

Em relação à FAETEC foi registrado um acréscimo R\$ 96,47 milhões (+14,3%) até o 6º bimestre, com significativa participação das despesas com pessoal (R\$ 690,62 milhões). Destaque para o aporte ao RIOPREVIDÊNCIA e para a contratação de pessoal terceirizado, apresentando montante significativo de R\$ 238,87 milhões.

➤ **Educação - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de transferências da União, que são contabilizados para fins de cumprimento do índice, a Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montantes significativos da despesa.

A Tabela 33 abaixo discrimina a destinação das Fontes não Tesouro, que em relação ao exercício de 2013, registrou variação positiva de 8,4% (+R\$ 257,77 milhões).

Tabela 33 - Aplicação na Função Educação / Outras Fontes

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO JAN - DEZ		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FUNDEB (FR 15)	2.233.153.403	2.496.130.213	11,8%	74,7%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	429.147.425	402.862.591	-6,1%	12,1%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	204.873.306	103.240.984	-49,6%	3,1%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	50.219.901	59.041.307	17,6%	1,8%
SUS (FR 25)	46.895.033	46.245.177	-1,4%	1,4%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	64.826.565	181.682.302	180,3%	5,4%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	55.574.825	40.246.601	-27,6%	1,2%
CONVÊNIOS INTRAORÇAMENTÁRIO ADM.DIRETA (FR18)		13.000.000		0,4%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	110.025	123.647	12,4%	0,0%
TOTAL	3.084.800.484	3.342.572.824	8,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

No que tange aos recursos do FUNDEB (FR 15), sua participação alcançou 74,7%. No acumulado do ano foram executados R\$ 2,50 bilhões, registrando assim, acréscimo de 11,8% (+R\$ 262,97 milhões). Deste montante, 90,3% foram destinados ao pagamento da folha de salários e demais benefícios concedidos aos profissionais do

Neste exercício, a SEEDUC aplicou R\$13,24 milhões com recursos da FR 05 no reequipamento das Unidades Escolares e na manutenção do Projeto de Climatização.

magistério. Os benefícios que integram as ações de valorização dos profissionais da área (auxílios transporte, alimentação e qualificação) totalizaram R\$ 228,86 milhões no final do exercício.

O Salário-Educação (FR 05) apresentou uma redução de 6,1% (-R\$ 26,28 milhões) quando comparado a 2013. Do montante aplicado até o 6º bimestre (R\$ 402,86 milhões), R\$ 224,87 milhões foram alocados no Programa de Alimentação Escolar para atender a 780.253 alunos. Este programa registrou crescimento de 24,3% (+R\$ 43,92 milhões) em relação ao ano passado. Os outros R\$ 113,64 milhões foram consumidos por despesas inerentes ao custeio relacionadas ao funcionamento das escolas, serviços operacionais de apoio (limpeza e conservação, vigilância serviços administrativos) e às descentralizações para atender a manutenção.

Com recursos de Operação de Crédito (FR11) foram aplicados R\$181,68 milhões no ano de 2014, dos quais R\$ 133,74 milhões foram alocados no Programa de Melhoria da Infraestrutura do ERJ, desenvolvido pela Secretaria de Educação no âmbito do Pró-Cidades II, a fim de realizar obras e reformas das unidades educacionais.



Escola Estadual Lions Club - mais uma unidade escolar inaugurada na Região Serrana no município de Teresópolis.



A Tabela 34 abaixo discrimina o quantitativo de unidades escolares inauguradas e entregues em 2014 pela Secretaria de Educação à população do ERJ.

Tabela 34 – Escolas Inauguradas em 2014

SEEDUC - ESCOLAS INAUGURADAS EM 2014	LOCAL
CIEP 449 GOV LEONEL DE MOURA BRIZOLA	CHARITAS -NITEROI
CIEP 117 CARLOS DRUMOND DE ANDRADE (Dupla Escola USA)	COMENDADOR SOARES -NOVA IGUAÇU
CE HISPANO BRASILEIRO JOÃO CABRAL DE MELO NETO (Dupla Esoda Espanha)	MEIER
CE OLGA BENÁRIO PRESTES	BONSUCESSO -RIO DE JANEIRO
CE CORONEL BENJAMIN GUIMARÃES	VALENÇA
CE DR GALDINO DO VALLE FILHO	NOVA FRIBURGO
CE MISSIONÁRIO MARIO WAY	CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
CE PROF JOÃO SALIM MIGUEL	BANGU - RIO DE JANEIRO
CE HEBE CAMARGO (Dupla Escola)	PEDRA DE GUARATIBA - RIO DE JANEIRO
LICEU DE HUMANIDADES DE CAMPOS	CAMPOS DOS GOYTACAZES
CE SÃO JOÃO	QUEIMADOS
CE JORNALISTA RODOLFO FERNANDES	PAVUNA - RIO DE JANEIRO
C.E. MARIA MONTESSORI	BANGU - RIO DE JANEIRO
C.E.LIONS CLUB	TERESÓPOLIS

Além disso, a FAETEC também contou com R\$ 47,93 milhões da FR 11 para atender a construção dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT's) nos municípios do ERJ. Estes centros oferecem cursos técnicos voltados para as demanda regionais, que possibilitam o ingresso de jovens e adultos no mercado de trabalho. Neste bimestre ocorreu a inauguração de mais duas unidades nos municípios de Angra dos Reis e Resende, totalizando 10 CVT's implantados neste exercício.

As despesas liquidadas por meio das Transferências da União (FR 24) apresentaram variação negativa de 49,6% (-R\$ 101,63 milhões) em relação a 2013, devido à redução dos repasses do Governo Federal. Este fator não acarretou prejuízo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE -, que desembolsou neste exercício R\$ 46,54 milhões. Outra grande contribuição desta transferência foi no atendimento ao PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola -, que aplicou R\$ 24,32 milhões na manutenção das unidades escolares e R\$ 28,99 milhões em despesas com aquisição de mobiliário.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 10) liquidaram montante de R\$ 59,04 milhões, dos quais R\$ 55,53 milhões (94,1%) ficaram concentrados na UERJ para atender à ação Integração UERJ/Sociedade.

O repasse do SUS (FR 25) financiou R\$ 46,24 milhões das despesas realizadas neste exercício do Hospital Universitário Pedro Ernesto - administrado pela UERJ - para atender a Operacionalização do Hospital.

Na Tabela 35 estão demonstradas as principais ações executadas pela Secretaria de Educação neste exercício.



Com investimento de R\$6,8 milhões, o CVT de Angra dos Reis oferecerá cursos com ênfase nas áreas Metal Mecânica e Naval, capacitando até 2,5 mil profissionais por ano.

Tabela 35 – Ações realizadas pela SEEDUC em 2014

SEEDUC ALGUMAS AÇÕES REALIZADAS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO 2014	Em R\$	
	FONTE TESOUREIRO	OUTRAS FONTES
RENDA MELHOR JOVEM	-	5.690.800
ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES PÚBLICOS ESPECIAIS (INDIO QUILOMBOLAS)	374.910	-
REFORÇO, NOVO EJA , FORMAÇÃO CONTINUADA	-	1.556.599
TRANSPORTE ESCOLAR	4.915.221	8.017.398,11
ATENDIMENTO NECESSIDADES ESPECIAIS	33.211.180	-
SISTEMA DE AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO DE ALUNOS	6.500.443	1.793.328
AUTONOMIA- CORREÇÃO DO FLUXO (ACELERAÇÃO DE ESTUDOS)	12.402.806	7.914.320
TOTAL GERAL	4.549.019	-
	61.953.578	24.972.446

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

Cerca de 280 alunos da rede estadual de ensino já foram beneficiados pelo programa Estágio que Rende criado pelo Estado em 2014.

➤ **Saúde**

Em 2014, observa-se um aumento de 4,6% nas despesas direcionadas à saúde pública do ERJ, ou seja, +R\$ 180,40 milhões, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR GRUPO DE DESPESA				
GRUPO DE DESPESA	JAN-DEZ		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
Pessoal	1.220.533.787	1.064.250.962	-12,8%	26,1%
Outras Desp. Correntes	2.507.283.099	2.929.974.613	16,9%	71,7%
Investimento/Inversões	170.317.584	84.475.225	-50,4%	2,1%
Amortização da Dívida	5.660.102	5.495.587	-2,9%	0,1%
RP Cancelado	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL	3.903.794.573	4.084.196.388	4,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

A maior participação, neste exercício de 2014, se dá no grupo de Outras Despesas Correntes, 71,7% do total aplicado no índice (+R\$ 422,69 milhões). Esse crescimento é reflexo da implantação do novo modelo de gestão na prestação de serviços de saúde no ERJ, agora administrados, em sua grande maioria, por meio de contratos de gestão com Organizações Sociais (OS).

Dentre as principais ações desenvolvidas ao longo do exercício, destaca-se a Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada. Investiu-se R\$ 1,15 bilhão totalmente direcionado para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela ao lado.

Outra importante ação executada em 2014, a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais foi responsável pela aplicação de R\$ 357,64 milhões, incluída, dentre outras despesas, R\$ 111,14 milhões ao pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 53,54 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação dessas Unidades e R\$ 50,81 milhões na Aquisição de Material Químico e Medicamentos em Geral.

Com o objetivo de reduzir o fluxo de atendimento nas emergências dos hospitais públicos, o Governo do Estado implantou unidades de atendimento 24 horas, identificadas na ação Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias Administradas por OS, cujo gasto neste

Tabela 37 – Hospitais aeridos por OS

Em R\$ milhões

GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN-DEZ
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	86
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	71
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ARARUAMA	35
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	172
HOSPITAL PREFEITO JOÃO BATISTA CAFFARO	ITABORAÍ	152
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	69
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	32
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPIEDIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	74
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	TJUCA	156
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	110
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	FONSECA	37
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	93
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	68
COMPLEXO ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO	1.155
TOTAL GERAL		1.155

Fonte: SIG-Sistemas de Informações Gerenciais

Obs.: Dados extraídos em 21/01/2015

exercício, atingiu a soma de R\$ 338,99 milhões. A Tabela 38 demonstra o desempenho da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Durante as festas de Fim de Ano, as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) ultrapassaram a marca de vinte e seis milhões de atendimentos. Nos últimos oito anos já foram feitos mais de 17 milhões de exames, mais de 1,1 milhão de atendimentos odontológicos e distribuídos cerca de 177 milhões de medicamentos nas 58 unidades do ERJ.

A taxa de resolução dos casos nas UPAs ultrapassa 99,5%. Em 2015, as Unidades de Pronto Atendimento completam oito anos de existência.

A Tabela 39 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

Referência em cirurgias ortopédicas de média e alta complexidade, o Hospital Estadual de Traumatologia e Ortopedia Dona Lindu (HTODL), realizou 3.975 cirurgias ortopédicas em 2014.

Tabela 38

Em R\$

UPA'S 24H DO ERJ (Gestão por meio de OS)	JAN-DEZ
BANGU	24.656.427
BOTAFOGO	5.799.387
CAMPO GRANDE	18.749.564
CAMPOS	10.626.207
CAXIAS	10.405.193
COPACABANA	12.893.269
ENGENHO NOVO	14.416.629
ILHA	2.517.772
IRAJÁ	20.638.462
ITABORAÍ	9.802.707
JACAREPAGUÁ	9.035.922
MAGÉ	10.641.087
MARÉ	9.371.611
MARECHAL	9.885.687
MESQUITA	15.419.649
NITERÓI	20.306.651
NOVA IGUAÇU	23.778.764
PENHA	21.868.514
QUEIMADOS	14.748.029
REALENGO	8.469.520
RICARDO	5.479.222
SANTA CRUZ	6.795.472
SÃO GONÇALO	31.348.367
SÃO PEDRO	6.531.122
TIJUCA	14.810.400
TOTAL	338.995.632

Fonte: SIG-Sistemas de Informações Gerenciais
Obs.: Dados extraídos em 21/01/2015

Tabela 39 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	JAN-DEZ			
	2013	2014		
FES - Fundo Estadual de Saúde	3.595.462.952	3.701.004.843	2,9%	90,6%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	258.303.392	319.581.125	23,7%	7,8%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	49.727.966	59.578.066	19,8%	1,5%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	300.263	4.032.354	1242,9%	0,1%
Total das Unidades Orçamentárias	3.903.794.573	4.084.196.388	4,6%	100,0%
RP Cancelado	-	-	0,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	3.903.794.573	4.084.196.388	4,6%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

Na distribuição do Índice por UO, identifica-se o Fundo Estadual de Saúde – FES, como responsável por 90,6 % (R\$ 3,70 bilhões) da execução realizada no período. Inclui-se nesse montante, o Programa Estadual de Transplante (PET), com uma execução de R\$ 2,50 bilhões e comemorando pela quarta vez consecutiva muitos recordes. Em 2014, as equipes conseguiram concretizar 272 doações de órgãos, um crescimento de 20,8% em relação ao ano anterior,

Programa Estadual de Transplante - PET comemora recorde na captação de órgãos pelo quarto ano consecutivo.

quando foram registradas 225 captações. Tanto esforço em captar órgãos resultou em um aumento no número de transplantes realizados no estado. Foram feitos 1.547 transplantes de órgãos e tecidos em 2014, um número 8,4% superior aos 1.428 cirurgias de 2013. O crescimento é ainda maior quando consideramos apenas os transplantes de órgãos (fígado, rins e coração): 661 no ano passado contra 587 transplantes do ano anterior.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um crescimento em relação ao último exercício de R\$ 61,28 milhões, em reflexo à contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados para o preenchimento de vagas existentes. A execução da despesa na Fundação ocorre por meio da FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde).

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 9,85 milhões (+19,8%) em relação ao ano anterior. Contudo, apesar do incremento, sua participação na execução do índice é bastante modesta, de apenas 1,5% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 23,45 milhões), às Despesas Obrigatórias (R\$ 13,92 milhões) e a Manutenção de Atividades Operacionais e Administrativas do próprio órgão (R\$ 13,38 milhões).

➤ Saúde - Outras Fontes de Recursos

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 40 abaixo demonstra o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 40 - Outras Fontes de Recursos

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Variação %	Participação em 2014
	JAN-DEZ			
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	217.004.114	252.690.768	16,4%	23,7%
SUS (25)	772.428.842	779.218.939	0,9%	73,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	5.477.095	24.102.946	340,1%	2,3%
CONVÊNIOS (FR 13)	12.433.706	9.311.893	-25,1%	0,9%
TOTAL	1.007.343.757	1.065.324.546	5,8%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução de 2013, as despesas liquidadas com Recursos de Operações de Crédito (FR 11) registrou um acréscimo de 18,62 milhões (+340,1%), em 2014. Esses recursos foram utilizados, exclusivamente, pelo Fundo Estadual de Saúde – FES, nas seguintes ações:

- Construção, reforma e adaptação dos laboratórios do Instituto do Cérebro Paulo Niemeyer (R\$ 4,70 milhões);
- Construção da Clínica da Mãe, no município de São Gonçalo (R\$ 2,73 milhões);
- Reforma e ampliação do Hospital Regional de Valença (R\$ 2,71 milhões);
- Construção de unidades básicas de saúde nos municípios de: Mangaratiba, Itaguaí, Barra Mansa, Bom Jesus de Itabapoana, Búzios, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Rio das Ostras, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, Sapucaia, Niterói, Paty do Alferes, Quatis, Queimados, Resende, Rio Bonito, Rio claro e Seropédica (R\$ 12,83 milhões).

Com relação aos recursos do Sistema Único de Saúde, SUS (FR 25), observa-se uma execução bem próxima da executada em 2013, havendo uma variação de apenas 0,9% (+R\$ 6,79 milhões).

Por fim, constata-se na FR 13 (Convênios) uma queda de 25,1% na execução frente ao mesmo período de 2013 (-R\$ 3,12 milhões). Essa fonte se refere principalmente ao convênio com o Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, e seus recursos estão sendo aplicados pelo ERJ na Ampliação da Capacidade de Produção Industrial (R\$ 6,63 milhões) e na Ampliação de Laboratórios Experimentais (R\$ 1,11 milhão).

Primeiro centro de referência em neurocirurgia do país, o Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer foi escolhido como Destaque do Ano no Prêmio Hospital Best. A premiação é atribuída anualmente a personalidades, instituições e empresas que atuam no setor hospitalar brasileiro.

Destaques na Área da Saúde do ERJ - 2014

**Hospital Estadual da
Criança - em Vila
Valqueire**

O Hospital da Criança ultrapassou a marca de 1,4 mil cirurgias neste último bimestre do ano. Desde a inauguração, em março desse ano, a unidade também já realizou 14 transplantes e 4.131 consultas. Por ano, a instituição ainda tem capacidade para 2,4 mil quimioterapias. A instituição realiza cirurgias de alta e média complexidade, como transplantes de rim e fígado, além de operações ortopédicas.

**53ª UPA do Estado - em
São Pedro da Aldeia**

Inaugurada em dezembro de 2013 a 53ª UPA do ERJ, em São Pedro da Aldeia. Com capacidade para realizar 300 atendimentos por dia, a unidade recebeu do governo um investimento de R\$ 2 milhões na realização da obra e conta com mais de R\$ 600 mil em equipamentos.

**Maternidade Mariana
Bulhões - em Nova
Iguaçu**

A Maternidade Mariana Bulhões estava fechada desde abril de 2012 e foi reinaugurada em dezembro de 2013 totalmente reformada. O Estado investiu R\$ 748 mil em equipamentos modernos e ainda realizará repasses mensais de R\$ 1,5 milhão durante os próximos 14 meses. A unidade, que possui o perfil de atendimento de casos de alto risco, poderá realizar 350 partos por mês.

**Sala Híbrida no Instituto
Estadual do Cérebro
Paulo Niemeyer - centro
do RJ**

Inaugurada em dezembro de 2013, a sala híbrida congrega ambiente cirúrgico com aparelho de ressonância magnética, possibilitando que os médicos minimizem suas dúvidas com exames de imagem durante as operações. A sala híbrida aumenta a precisão das cirurgias, ampliando as chances de cura dos pacientes. O espaço recebeu R\$ 16,7 milhões de investimentos do governo.

➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ) vem promovendo, financiando e apoiando programas e pesquisas no Estado do Rio de Janeiro. Ao longo do exercício de 2014 executou R\$ 408,99 milhões, representando, 2,0% da receita base do índice.

No encerramento do exercício o total liquidado com recursos do Tesouro, quando comparado ao mesmo período de 2013, registrou variação positiva de 5,0% (+R\$19,63 milhões). Grande parte deste acréscimo ficou concentrada na ação Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico e Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ. A redução registrada na ação Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ foi de -4,5%. A Tabela 41 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ na fonte Tesouro.

As despesas direcionadas ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da UERJ representam a maior variação ocorrida (+R\$ 10,76 milhões) justificada pelas despesas de R\$ 7 milhões com aquisição de imóvel (novo complexo do Instituto Politécnico-IPRJ em Nova Friburgo) para a ampliação das atividades acadêmicas e

Tabela 41 – Execução Orçamentária

Fonte Tesouro FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2013	2014	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	106.456.123	101.641.010	-4,5%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	84.885.862	88.692.184	4,5%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	44.437.050	55.488.373	24,9%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	38.194.004	39.086.241	2,3%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	25.518.302	36.279.106	42,2%
Inovação Tecnológica	31.858.801	29.786.704	-6,5%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	16.622.238	16.628.726	0,0%
Nova sede da FAPERJ	-	14.931.119	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	10.125.913	10.321.710	1,9%
Pessoal e Encargos Sociais	5.522.384	6.209.252	12,4%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	14.945.502	5.000.000	-66,5%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.661.947	2.127.259	28,0%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	2.749.794	2.039.658	-25,8%
Desenv de Estudos e Pesquisa Através da UEZO	-	579.191	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	175.940	126.540	-28,1%
Despesas Obrigatórias	253.611	36.840	-85,5%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	25.314	20.415	-19,4%
Rede-Rio de Computadores	5.930.000	-	-100,0%
TOTAL	389.362.785	408.994.326	5,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

abertura de novos cursos. Além dos gastos com o PROATEC (Programa de Apoio Técnico às Atividades de Ensino e Pesquisa) e PRO-CIÊNCIA (Programa de Incentivo à Produção Científica) que contabilizaram R\$ 25,68 milhões.

Além dos recursos garantidos pela Constituição Estadual, a FAPERJ conta também com recursos de Outras Fontes (R\$ 17,96 milhões), que demonstrou crescimento de 41,5% (+R\$ 5,26 milhões). A despesa financiada com recursos próprios (R\$ 8,24 milhões) foi destinada ao FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico), dos quais 62,1% foram aplicados nos Centros Vocacionais Tecnológicos – CVT. Nas despesas custeadas com recursos de convênios (FR 13) pela FAPERJ, foram executados R\$ 9,72 milhões com Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEX), CNPq/FAPERJ, convênio FAPERJ/INMETRO, além da Gestão Compartilhada em Saúde (pesquisa para o SUS) e o PRONEM (Núcleo Emergente de Pesquisas de ERJ).

As Tabelas 43 e 44 abaixo discriminam os gastos com auxílio financeiros concedidos a Estudantes e Pesquisadores da FAPERJ. No acumulado do exercício foram desembolsados R\$ 357,01 milhões de fonte tesouro. Observa-se que o maior volume está concentrado na despesa com Editais - que são executados em diversas ações dentro da Fundação abrangendo um número expressivo de atendimento à pesquisa no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 42 – Execução Orçamentária
Outras Fontes FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %
	JAN A DEZ		
	2013	2014	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	9.349.364	8.240.734	-11,9%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	1.904.256	7.692.983	304,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.446.400	1.334.980	-7,7%
Inovação Tecnológica	-	696.455	
	12.700.020	17.965.152	41,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2015.

Tabela 43 – Auxílio Financeiro a Estudantes - FAPERJ/2014

FAPERJ/AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	
BOLSISTAS (ESTUDANTES) DA UENF	8.098.110
INCENTIVO A PERMANÊNCIA DE COTISTAS E DEMAIS ESTUDANTES.	3.575.420
PARTICI PANTES DO PROATEC	2.347.257
BOLSA DO CONVÊNIO FAPERJ/INMETRO,TECNOVA/INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	488.219
BOLSAS INCICIAÇÃO JR PAPD 2009, PAPED 2010, PAPD 2 011, PAPD 2012 PAPD 2013 E AS PEDE	88.357.163,57
AUXÍLIO FINANCEIRO PRO ACADÊMICO MAT DIDÁTICO	49.225
TOTAL REALIZADO	102.915.394

Tabela 44 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores - FAPERJ/2014

FAPERJ / AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	
BOLSISTAS (PESQUISADORES)DA UENF	1.941.710
AUXÍLIO AOS PARTICIPANTES DO PRO-CIÊNCIA.	23.338.146
BOLSAS TUTORIA /PESQUISADORES BOLSAS INCIAÇÃO A DOCÊNCIA PRODUTIVIDADE ACADÊMICA	17.279.501
DESPESAS COM EDITAL FAPERJ	154.025.799
COM PROJETO COM A FUNDACAO GATES	235.000
PROGRAMA DE PESQUISA DE LONGA DURAÇÃO	345.230
AUXILIO A PESQUSIA (APQ1)	14.896.264
AUXILIO A PESQUISA (APQ2)	5.800.341
AUXILIO A PESQUISA (APQ3)	2.262.235
AUXILIO A PESQUISA (APQ4)	295.046
AUXILIO A PESQUISA (APQ5)	1.018.017
AUXILIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (ADT1)	29.179.967
AUXILIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (ADT2)	344.800
AUXILIO A PESQUISA (INST)	2.500.288
AUXILIO A PESQUISA (APV)	642.213
TOTAL REALIZADO	254.104.558

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimentos direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e de gás do ERJ, e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

No ano de 2014, o FECAM liquidou R\$ 479,48 milhões, elevação de 12,3% (R\$ 52,62 milhões) quando comparado a 2013, superando o mínimo estabelecido em norma legal.

As ações realizadas em 2014 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 45 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 146,67 milhões, correspondendo a 30,6% do total liquidado no Fundo.

Tabela 45 - Índice FECAM

Em R\$

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	NOV - DEZ	JAN - DEZ
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos corpos hídricos. Desassoreamento e recuperação de diversos cursos d'água no ERJ.	INEA	82.189.124	146.671.983
Rio Mais Limpo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário e complementação do sistema de abastecimento de água potável do núcleo urbano de Paraty. Obras emergenciais de canalização do valão da Av. Carioca no município de São João de Mariti. Construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras e interceptores. Projeto de esgotamento sanitário de Barra Mansa. Viabilização da recuperação das condições das praias de São Conrado e Bica.	SEA	37.388.479	87.872.766
Transporte sobre Trilhos	Implantação das Obras da Linha 4.	RIOTRILHOS / CASA CIVIL	41.414.349	63.167.894
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	Construção do sistema de coleta e transporte de esgotos	CEDAE	37.338.992	53.047.077
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de Controle de Inundações e Recuperação ambiental. Produção de Empreendimento Habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida.	INEA	6.917.410	30.608.723
Demais Ações	-	-	43.443.244	98.109.914
TOTAL GERAL			248.691.597	479.478.358

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/01/2014.

➤ **FEHIS**

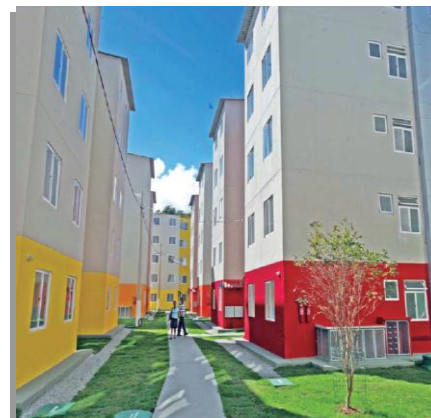
O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) aplicados na área de habitação pela Secretaria de Obras – SEOBRAS, pela Secretaria de Habitação - SEH, pelo Instituto de Terras e Cartografia - ITERJ, pela Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social, que tem por objetivo dar suporte a famílias alocadas em área de risco e/ou atingidas por catástrofes naturais.

A Tabela 46 detalha as ações realizadas no exercício de 2014, sob a ótica dos órgãos executantes, nos principais projetos e no montante liquidado em cada um deles.

As despesas custeadas pelo FEHIS registrou montante de R\$ 294,31 milhões no acumulado de 2014. Uma parte desses recursos foi aplicada pela SEOBRAS, em ações de Urbanização das Comunidades e do Complexo do Alemão (compreendida pelo Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal), e pela CEHAB, cujas ações desenvolvidas estão em sua maior parte sob o âmbito da Urbanização de Assentamentos Irregulares e na Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais. Juntas, estas ações equivalem a 61,6% (R\$ 187,22 milhões) do total gasto.

Destaque para a ação da SEOBRAS: construção de 1.557 moradias no Condomínio Terra Nova, dos quais está prevista a entrega de mais 780 apartamentos em 2015. Esta ação visa atender às famílias vítimas das chuvas ocorridas em 2011. Este empreendimento é realizado através da parceria entre o Governo Estadual e Federal no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida.

No acumulado deste exercício já foram aplicados R\$ 70,58 milhões com Aluguel Social, ou seja, 23,9% do total dos recursos aplicados até dezembro pelo FEHIS. Quando comparado ao mesmo período de 2013, observa-se elevação de 10,1% (+R\$ 6,46 milhões). Esta ação visa conceder benefício financeiro assistencial, de modo temporário, para atender a remoção de famílias que estão alocadas em áreas de risco da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manguinhos, ou que ficaram desabrigadas em razão de calamidade pública.



Condomínio Terra Nova no município de Nova Friburgo

Tabela 46 - Índice FEHIS

Em R\$

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADADA JAN- AGO
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo do Alemão, reformas e serviços de urbanização integrada projeto social e regularização fundiária no Complexo do Alemão.	13.805.065
	Urbanização das Comunidades - PAC	Indenizações para desocupação de imóveis no Complexo do Jacarezinho	9.809.202
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo de Manguinhos, complementação da urbanização para entrega de 564 unidades habitacionais e construção de unidades habitacionais na antiga CCPL	6.991.480
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel necessária as obras do PAC comunidades	1.409.929
		Outros	535.714
TOTAL SEOBRAS			32.551.389
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Serviços de Apoio e locação de veículos para atender ao projeto Vila da Melhor Idade	542.157
	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Aluguel provisório referente ao período abr-ago; entrega das unidades habitacionais (UHS) em Três Rios.	490.010
TOTAL SEH			1.032.167
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de diversos equipamentos agrícolas; 09 caminhões; 16 retroscavadeiras, 1 caminhoanete, 06 distribuidores de fertilizantes e sementes; contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de galpão no assentamento rural nos municípios de Barra do Pirai, São Gonçalo, Italva, Mangaratiba e Japeri.	3.135.871
		Outros	1.713.951
TOTAL ITERJ			4.849.822
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Obras de construção de 388 unidades habitacionais em Laje de Muriaé, Duque de Caxias, Casemiro de Abreu, Sapucaia e Petrópolis ; Obras do Empreendimento Urucania	19.811.383
	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação de 06 blocos do conjunto Residencial Ferroviários II, 11 blocos no condomínio Cidade do Som em Engenho da Rainha, 118 blocos no condomínio Morada da Ilha, 18 blocos do conjunto residencial terra nova IAPI-Pilares, 24 blocos do conjunto Ex combatente em Benfica, 30 blocos do conjunto habitacional Cosmorama, 55 blocos do conjunto habitacional IAPC em Del Castilho, 70 blocos no conjunto Tertuliano Potyguara em Nova Iguaçu e a recuperação de uma Vila no Hopital Colonia Curu Paiti em Jacarepaguá.	15.374.716
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obra de infraestrutura, esgoto sanitário no município de mesquita e no bairro Carmo; Serviço de reurbanização no Rio das Pedras.	4.639.833
		Outros	423.907
TOTAL CEHAB			40.249.840
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	47.996.136
TOTAL SEASDH			47.996.136
TOTAL GERAL			126.679.354

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2014.

BOX 02 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

O Box 02 tem como objetivo analisar a evolução da despesa de pessoal no período 2010/2014, quando o Governo do Estado promove diversas ações de valorização às carreiras dos servidores efetivos através de reajustes salariais e da renovação do quadro funcional do ERJ mediante a realização de concursos públicos.

As tabelas aqui apresentadas destacam as despesas discriminadas pelo pessoal ativo, inativos e pensionistas, as suas fontes financiadoras e suas principais áreas - não sendo contabilizadas as despesas intraorçamentárias.

QUADRO GERAL DA DESPESA DE PESSOAL

Tabela 1

DESPESAS DE PESSOAL	Em R\$ Milhões					
	2010	2011	2012	2013	2014	var % 2010-2014
ATIVOS	11.356	12.513	14.411	18.620	18.216	60,4%
Poder Executivo	8.255	9.236	10.904	14.779	14.152	71,4%
Outros Poderes	3.100	3.277	3.507	3.841	4.064	31,1%
Tribunal de Justiça	1.860	1.862	2.007	2.218	2.271	22,1%
Ministério Público	541	595	631	686	760	40,5%
Assembléia Legislativa	411	447	479	514	573	39,4%
Tribunal de Contas do Estado	329	374	390	423	460	39,7%
INATIVOS E PENSIONISTAS	7.882	9.068	10.260	11.755	13.158	66,9%
TOTAL GERAL	19.238	21.582	24.671	30.375	31.373	63,1%

*Fonte: SIG em 02 de Março de 2015
** Excluídas Despesas Intraorçamentárias

A Tabela 1 acima demonstra a evolução da despesa de pessoal realizada nos últimos cinco anos. Quando analisada a variação do período, observa-se crescimento de 63,1% (+12,13 bilhões), desembolsado para a modernização da estrutura institucional e administrativa do ERJ.

O poder executivo tem maior representatividade na execução das despesas de pessoal ativo ao longo do período, refletido nos reajustes, concursos, criação do SEPROCON e PROCON, implantação do ITERJ e expansão da Subsecretaria de Comunicação Social. Em 2014 executou-se R\$ 14,15 bilhões, apresentando crescimento de R\$ 5,89 bilhões (+71,4%) em relação a 2010. Já os inativos e pensionistas cresceram 66,9% (+5,28 bilhões) decorrente do incremento no quantitativo de aposentarias, reajustes e revisão de pensão.

DESPESA DE PESSOAL POR FONTE DE

Tabela 2

		Despesa de Pessoal por Fonte de Recursos				
		2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal Ativo	Tesouro	9.422.909.692	10.368.560.432	11.995.326.165	13.659.682.762	14.370.283.393
	Outras Fontes	1.974.222.066	2.144.787.499	2.415.690.553	4.960.634.480	3.845.503.909
Pessoal Inativo/Pensionistas	Tesouro	6.826.354	8.878.525	11.328.726	11.447.536	15.276.635
	Outras Fontes	7.875.601.220	9.059.608.526	10.248.908.177	11.743.664.069	13.142.319.731
TOTAL GERAL		19.279.559.332	21.581.834.982	24.671.253.621	30.375.428.848	31.373.383.668

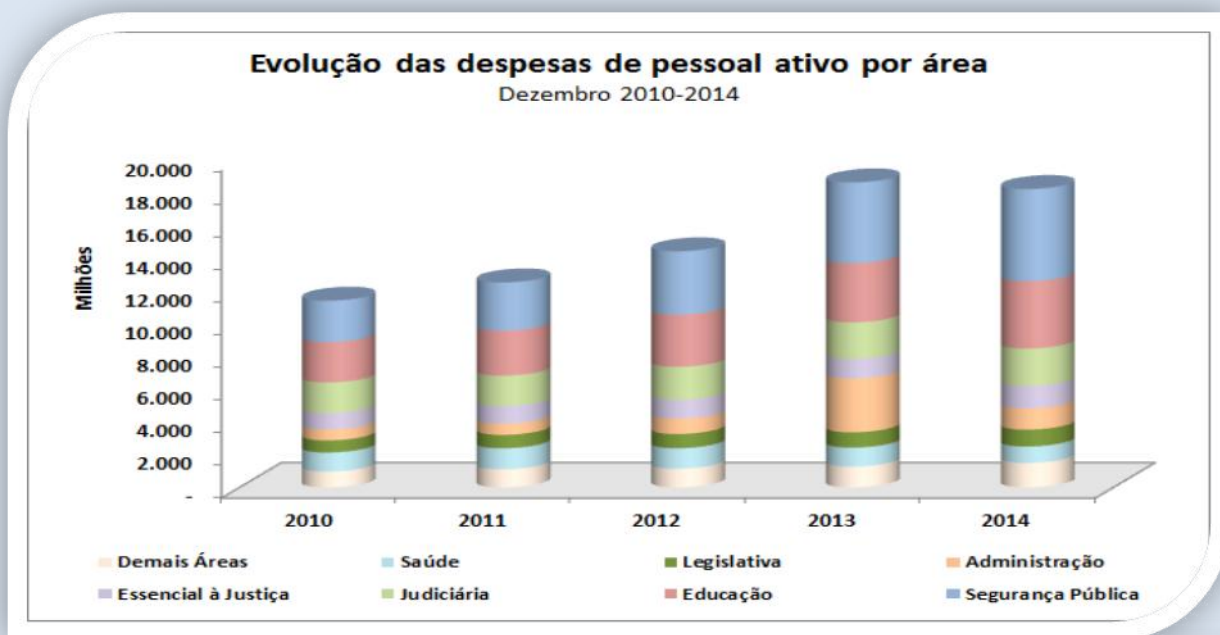
*Fonte: SIG em 02 de Março de 2015

** Excluídas Despesas Intraorçamentárias

A Tabela 2 apresentada acima descreve a trajetória (2010-2014) de financiamento das despesas do pessoal ativo e inativo/pensionistas. No que tange ao pessoal ativo é possível observar a grande participação do Tesouro, em média 80,20% do total aplicado a cada ano. Já as despesas financiadas com outras fontes, contaram basicamente, com os recursos oriundos do retorno do FUNDEB (FR 15) aplicados pela Secretaria de Educação e com a arrecadação própria. Além dos pagamentos do estoque precatórios judicial de pessoal - realizados em 2013 e 2014 através da FR 91 (fonte de recursos de parcela de depósitos judiciais) conforme estabelecido pela Lei complementar nº 147/2013.

Nas despesas de pessoal inativo e pensionistas os recursos de outras fontes cresceram 66,9% (+5,26 bilhões) em relação a 2010. No exercício de 2014 foram desembolsados R\$ 13,14 bilhões, correspondendo a 41,9% do total pago em pessoal. Tais despesas são custeadas, basicamente, pelos Royalties da exploração de petróleo aplicados pelo Rioprevidência, pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES) e pelos recursos de arrecadação própria.

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL ATIVO POR ÁREA



O gráfico acima apresenta histórico do crescimento dos gastos do pessoal ativo segundo as principais áreas, refletindo a política de valorização de servidores do ERJ e o incremento do quadro funcional. Diante disto, a tabela ao lado evidencia o número de pessoal convocado no acumulado de 2007-2014. Destaque, para os maiores crescimentos registrados em áreas estratégicas, como da Segurança e da Educação que representaram em média 47,5% das despesas com pessoal a cada ano.

Quantitativo de funcionários Convocados por área	
ÁREAS	2007-2014
Educação	31.742
Segurança	23.151
Administração	1.547
Justiça	975
Saúde	463
Indústria	290
Direito da cidadania	181
Agricultura	51
Meio Ambiente	105
Organização Agrária	96
Cultura	74
Transporte	15
Total de Convocados	58.690

ÁREA DA SEGURANÇA

Tabela 3

Órgão	Segurança Pública - Despesa de Pessoal					Em R\$ Mil
	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2010-2014
PMERJ	1.385.319	1.616.960	2.061.720	2.712.250	3.094.376	123,4%
Defesa Civil	401.259	475.387	789.949	977.153	1.116.271	178,2%
PCERJ	579.957	654.454	751.414	908.346	1.085.163	87,1%
DETRAN	107.091	103.953	114.294	139.700	168.310	57,2%
SESEG	28.028	55.254	78.986	105.749	78.064	178,5%
FUNESBOM		16.613	36.608	50.841	50.534	
Sub Militar	10.650	14.766	16.752	17.828	19.076	79,1%
Fundação Santa Cabrini	3.857	4.651	5.180	5.507	5.990	55,3%
ISP	1.913	2.202	2.642	2.672	2.840	48,5%
	2.518.074	2.944.239	3.857.547	4.920.046	5.620.624	123,2%

*Fonte: SIG em 02 de Março de 2015

** Excluídas Despesas Intraorçamentárias

A Tabela 3 discrimina as despesas liquidadas de pessoal da área de segurança, os concursos realizados e os reajustes concedidos. Observa-se registro de crescimento entre 2010-2014 de 123,2% (+R\$ 3,10 bilhões) justificados principalmente pelo crescimento dos gastos na PMERJ (+ 123,4%), Defesa Civil (+R\$ 178,2%) e PCERJ (87,1%). Em 2014 foram executados nesta área R\$ 5,62 bilhões, que equivalem a 30,9% do total aplicado no grupo de pessoal.

A considerável expansão na PMERJ, PCERJ e na Defesa Civil são derivadas do reajuste de 10% concedido em 2010 aos policiais e delegados civil e militar. Além de outro incremento no vencimento base de 0,915% realizados em 2012. Ainda puderam contar com o aumento de 33% do soldo estabelecido pela Lei 6.840 em 2014 e com o auxílio moradia. Estas medidas visam beneficiar a categoria.

ENTIDADE	CONCURSOS PERÍODO 2010-2014	REAJUSTES CONCEDIDOS PERÍODO 2010-2014
Defesa Civil	Concurso para 120 bombeiros área de saúde; 100 motoristas e 400 soldados combatentes; Convocação de 680 soldados de concursos anteriores	- 2010 reajuste de 10% a partir de jul (Lei 5.750/2010) e reajuste de 1,6709% a partir de jul em 12 parcelas (Lei 5.758/2010) - 2012 reajuste de 0,915% a partir de jan em 48 parcelas Lei 6.162/12 e reajuste de 21% em 2 vezes (Lei 6.302/2012) - 2014 reajuste soldos em 33% divididos em 05 parcelas anuais (Lei 6.840/2014) e reajuste vencimento em 3 vezes anuais Lei 6.845/2014
DETRAN	Concurso para 896 cargos nível médio e superior e Convocação de 797	- 2010 reajuste de 10% em jul (Lei 5.763/2014) - 2011 reajuste de 5,6174% em set (Lei 6.044/2011) - 2012 reajuste de 4,5% em maio (Lei 6.209/2012) e reestrutura plano de cargos com reajuste de 9% em jul (Lei 6.844/2014)
Fundação Santa CABRINI	Concurso para 69 cargos nível médio e superior	
PCERJ	Concurso para 150 Delegados; 2.194 policiais de várias categorias e Convocação de 100 peritos criminais de concurso anterior	- 2010 reajuste de 10% Policiais Cíveis em jul (Lei 5.750/2010) e reajuste de 2,8% em 25 parcelas mensais para Delegados de Polícia (Lei 5.764/2010) - 2012 reajuste de 0,915% em 48 parcelas a partir de jan (Lei 6.162/12) e reajuste de 64,27% em 05 parcelas anuais (Lei 6.833/2014)
PMERJ	Concurso para 10.173 soldados e Convocação de 5.400 de concurso anterior	- 2010 reajuste de 10% Policiais Militar em jul (Lei 5.750/2010) e reajuste de 2,8% em 25 parcelas mensais para Delegados de Polícia (Lei 5.764/2010) - 2012 reajuste de 0,915% em 48 parcelas a partir de jan (Lei 6.162/12) - 2014 reajuste dos soldos em 33% divididos em 05 parcelas anuais (Lei 6.840/2014)

ÁREA DA EDUCAÇÃO

Tabela 4

Órgão	Educação - Despesa de Pessoal					Em R\$ Mil
	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2010-2014
SEEDUC	1.723.864	1.904.933	2.218.158	2.515.140	2.793.591	62,1%
FAETEC	310.809	351.086	440.668	506.669	618.121	98,9%
UERJ	290.158	325.479	362.429	405.287	486.450	67,7%
DEGASE	56.555	58.987	62.462	78.814	93.500	65,3%
UENF	58.800	70.539	73.186	75.404	83.164	41,4%
UEZO	10.228	12.359	13.509	15.817	16.937	65,6%
CECIERJ	9.277	10.240	11.824	13.677	16.080	73,3%
CEPERJ	11.432	12.728	13.233	13.019	13.570	18,7%
	2.471.124	2.746.351	3.195.469	3.623.827	4.121.413	66,8%

*Fonte: SIG em 02 de Março de 2015

** Excluídas Despesas Intraorçamentárias

As despesas com pessoal da educação apresentou crescimento de 66,8% (+ R\$ 1,65 bilhões) quando comparado 2010/2014. Foram executados no exercício de 2014 - R\$ 4,21 bilhões, que equivalem a 22,6% do total aplicado no grupo. Grande parte da expansão apresentada decorre das despesas realizadas pela SEEDUC e FAETEC, como se observa na Tabela 4 ao lado.

A SEEDUC vem desempenhando papel importante no atendimento das políticas educacionais do ERJ ao longo destes últimos dos anos, para tanto é responsável por administrar 1.290 escolas que atendem a 780.253 alunos. Diante disso, as despesas com pessoal cresceram entre 2010-2014 (+62,11%, ou seja, R\$1,07 bilhão) refletindo o aumento do ingresso de professores efetivos, inspetores escolares e reajustes de 5%, 8% e 9% concedidos, respectivamente em setembro/2012, junho/2013 e julho/2014.

Na FAETEC registrou acréscimo de 98,9% (+R\$ 307,11 milhões) derivado do ingresso de 1.340 professores concursados e 309 servidores de apoio além dos reajustes concedidos apresentados na tabela ao lado. Outro fator que influenciou no crescimento da despesa foi à implantação de centros vocacionais tecnológicos (CVTs) que requereram contratação de mão de obra temporária.

ENTIDADE	CONCURSOS PERÍODO 2010-2014	REAJUSTES CONCEDIDOS PERÍODO 2010-2014
CEPERJ		- 2010 reajuste 1,6709% (12 vezes mensais) Lei 5.758/2010 - 2014 reestrutura plano de cargos em 02 x (jul/14 e jul/15) Lei 6.853/2014
SEEDUC	Concurso para 18.062 professores e Convocação de 8.600; Concurso para 07 professores inspetores escolar; Concurso para 909 Inspetores de Alunos; Concurso para 880 Executivos Públicos e Convocação de mais 318	- 2012 concessão de reajuste de 5% em set/2012 (Lei 6.209/2012) - 2013 concessão de reajuste de 8% em jun/2013 (Lei 6.479/2013) - 2014 concessão de reajuste de 9% em jul/2014 (Lei 6.834/2014)
NOVO DEGASE	Concurso para 876 vagas para quadro funcional	- 2010 reajuste de 4,7619% para agentes de disciplina e 10% para cargos administrativo em jul (Lei 5.754/2010) e 1,6709% em 12 parcelas mensais de a partir de jul - 2011 reajuste de 5,6174% em set (Lei 6.044/2011) - 2012 reajuste de 4,5% em set (Lei 6.209/2012) - 2013 reajuste em 8% em jun (Lei 6.477/2013) - 2014 reajuste de 9% em jul (Lei 6.834/2014)
UERJ		- 2010 reajustes de 1,6709% em 12 parcelas a partir de jul (Lei 5.759/2010) - 2012 cria o regime integral de dedicação exclusiva em 03 parcelas anuais no total de 65% do vencimento base a partir de jan/2013 Lei 6.328/2012 - 2014 reestrutura plano de cargos dos técnicos administrativos em 2x (mai/14 e nov/14) Lei 6.701/2014
FAETEC	Concurso para 1.340 professores e 309 servidores de apoio	- 2010 reajuste de 5% em jul (Lei 5.777/2010) - 2011 reajuste de 5% em set (Lei 6.028/2011) - 2012 reajuste de 4,5% em maio (Lei 6.209/2012) - 2013 reajuste de 8% em jun (Lei 6.475/2013) - 2014 institui plano de cargos em maio (Lei 6.720/2014).
UENF	Concurso para 31 professores e 37 servidores de apoio	- 2010 reajuste de 1,6709% no quadro de apoio em 12 parcelas a partir de jul (Lei 5.759/2010) - 2011 reajuste de 3,37% para professor associado e titular em 06 parcelas a partir de jan (Lei 5.922/2011) - 2012 majora vencimentos variando de 19% a 35% em 02 vezes - jul/14 e mar/15 (Lei 6.828/2014).
CECERJ	Concurso 250 técnicos	- 2010 reajuste de 1,6709% em 12 parcelas a partir de jul (Lei 5.762/2010) - 2013 estrutura plano de cargos em jan (Lei 6.476/2013).
UEZO	Concurso 48 professores	

DEMAIS ÁREAS

As demais áreas equivalem em média 10,5% dos gastos com pessoal na análise destes cinco anos. Destacam-se os gastos na área dos Direitos da Cidadania e da Agricultura.

Os gastos com Direitos da Cidadania cresceram 150% (+R\$ 305,10 milhões) decorrente de concurso para 181 Inspetores de Administração Penitenciária (ISAP's). Além de reajuste de 10% em Julho de 2010 (Lei 5.751/2010), da majoração concedida de 0,915% em 48 parcelas a partir de Janeiro (Lei 6.162/12) e da majora de vencimentos dos ISAP's em 5 parcelas anuais de 3,2% - Jan/2015 a Jan/2019 - Lei 6.841.

A Agricultura registrou crescimento de 78,9% (+R\$ 66,16 milhões) justificados pelo ingresso de 51 novos concursados na PESAGRO e na FIPERJ. A FIPERJ ainda obteve majora de 1,6709% nos vencimentos em 12 parcelas mensais a partir de julho/2010 (Lei 5.758/2010). Além disso, contou-se com novo plano de cargos que instituiu gratificação para Defesa Agropecuária em 70% na SEAPEC e com reajuste de 48% em Janeiro na EMATER e PESAGRO estabelecido pela Lei 6.849/2014.

VI - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Na última Resolução SEFAZ publicada em 15 de setembro de 2014, foi estabelecido um incremento de R\$ 1,69 bilhão de cota financeira oriunda de fonte de recursos do Tesouro. Cabe destacar que esse aumento acompanhou o crescimento de 4,1% da arrecadação dos impostos estaduais, além da elevação de 5,5% das Transferências Federais, em comparação com o ano anterior,

As cotas financeiras liberadas, pelo Tesouro Estadual, alocadas em FR do Tesouro representaram 48,2% (R\$ 8,23 bilhões) do total, restando para Outras FR, 51,8% (R\$ 8,86 bilhões), conforme Tabela 47. Verifica-se que no exercício de 2014 a cota financeira liberada foi 16,3% maior que em 2013.

Quanto à utilização, o montante de FR Tesouro foi de R\$ 7,04 bilhões, desses, R\$ 6,77 bilhões foram pagos, ou seja, 96,1%. Para as Outras FR foram utilizados R\$ 8,09 bilhões e pagos R\$ 8,07 bilhões, sendo equivalente a 99,8%.

Com relação à execução orçamentária, pode-se observar que tanto as áreas prioritárias (Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social²) como as demais áreas liquidaram 100% das despesas empenhadas com recursos provenientes do Tesouro. Cabe salientar a elevada utilização da cota liberada pela área de Assistência Social, atingindo 97,2%. No tocante ao pagamento das cotas financeiras utilizadas destacam-se as áreas prioritárias de Saúde (99,9%) e Assistência Social (99,1%), conforme observado na Tabela 48.

Gráfico 17

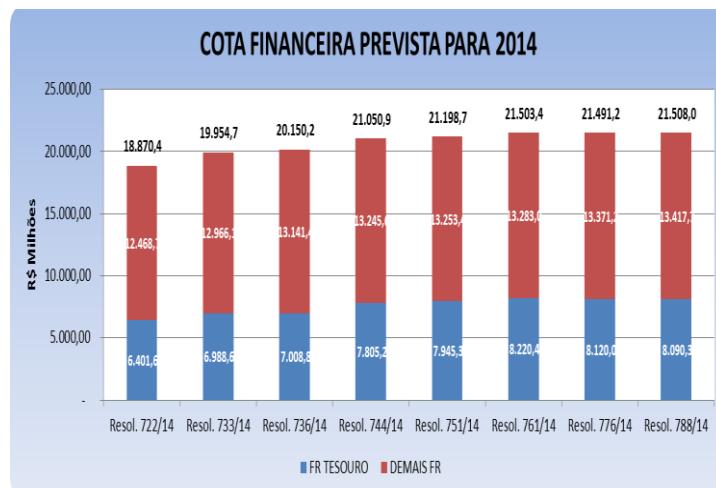


Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ DEZEMBRO DE 2014

R\$ Milhões

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	8.177	8.177	8.234	7.043	6.767
FR - Outras	8.319	8.283	8.859	8.091	8.074
Total geral	16.496	16.461	17.093	15.135	14.841

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	100,0%	99,3%	86,1%	85,5%	96,1%
FR - Outros	99,6%	93,5%	97,7%	91,3%	99,8%
Total geral	99,8%	96,3%	91,9%	88,5%	98,1%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Dez/2014

Tabela 48

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2014 POR ÁREAS (FR TESOURO)

R\$ MILHÕES

ÁREAS	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	405	405	420	348	336
SAÚDE	3.304	3.304	3.290	2.632	2.629
SEGURANÇA	714	714	662	631	610
ASSISTÊNCIA SOCIAL	570	570	570	554	549
DEMAIS ÁREAS	3.185	3.184	3.292	2.878	2.643
TOTAL GERAL	8.177	8.177	8.234	7.043	6.767

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Dez/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,0%	96,6%	85,9%	82,9%	96,5%
SAÚDE	100,0%	100,4%	79,7%	80,0%	99,9%
SEGURANÇA	100,0%	107,9%	88,4%	95,3%	96,8%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	100,0%	99,9%	97,2%	97,2%	99,1%
DEMAIS ÁREAS	100,0%	96,7%	90,4%	87,4%	91,8%
TOTAL GERAL	100,0%	99,3%	86,1%	85,5%	96,1%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Dez/2014

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio geral de pagamento do Tesouro no último bimestre de 2014 foi de 12 dias, abarcando as Programações de Desembolso das áreas Prioritárias com o prazo médio de 10 dias e das Áreas Não Prioritárias de 14 dias. Comparando-se com o 6º bimestre de 2013, houve um alongamento no prazo médio de pagamentos em função do cenário econômico adverso. O prazo médio de pagamento das áreas Prioritárias no último bimestre de 2013 foi de seis dias e das áreas Não Prioritárias de 10 dias.

Aproximadamente 70,4% das PD's foram honradas em até 15 dias pela Secretaria de Fazenda, 29,4% entre 16 e 30 dias e apenas 0,2% das Programações de Desembolso foram pagas com prazo acima de 30 dias no 6º bimestre de 2014. Vale ressaltar que 99,8% das PD's foram quitadas em até 30 dias, totalizando um volume de R\$ 1,06 bilhão.

Há que se destacar a redução de 85,2%, frente ao mesmo bimestre de 2013, do percentual de volume de pagamentos com prazo acima de 30 dias, garantindo assim a eficácia e agilidade da execução da programação orçamentária e financeira.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou nos dias 02 e 03 de dezembro de 2014, a 187ª reunião, última do ano, na qual decidiu, por unanimidade, pela segunda alta consecutiva, passando a vigorar a taxa Selic em 11,75% a.a., sem viés. Segundo o COPOM, tal atitude justifica-se na avaliação do cenário prospectivo, onde a inflação apresenta sinais favoráveis, o que reafirma sua visão de que a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas, ainda que de forma não linear.

Tabela 49

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S
6º BIMESTRE DE 2014

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	10
NÃO PRIORITÁRIAS	14
MÉDIA GERAL	12

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 18

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
6º BIMESTRE 2014

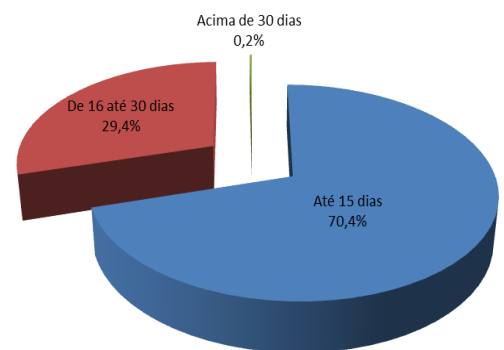
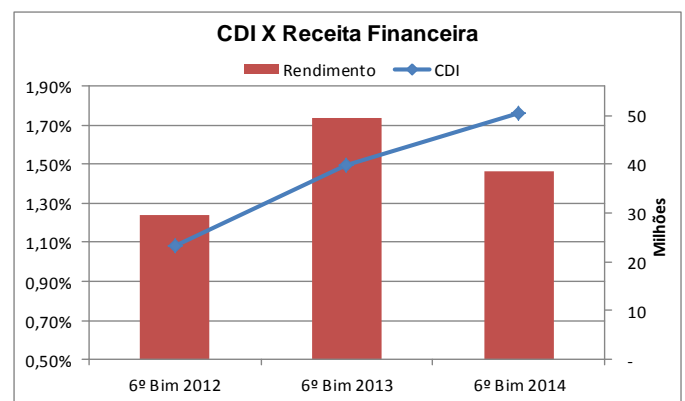
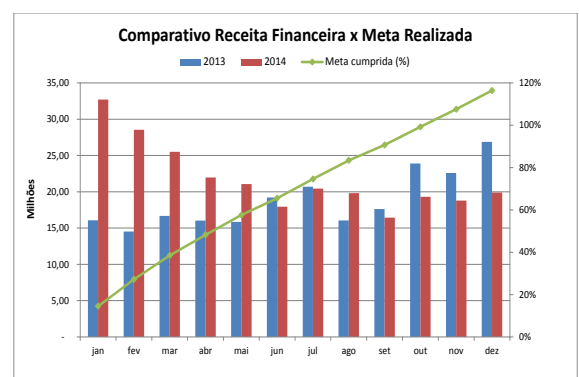


Gráfico 19



Fonte de Dados: SIG e CVM

Gráfico 20



No 6º bimestre de 2014, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99,9% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Quando comparada ao 5º bimestre, a receita financeira apresentou crescimento de 8,2%, e quando comparada ao mesmo período de 2013, observa-se uma queda de 21,8% na receita financeira, fato que se justifica devido ao saldo médio menor que no ano anterior.

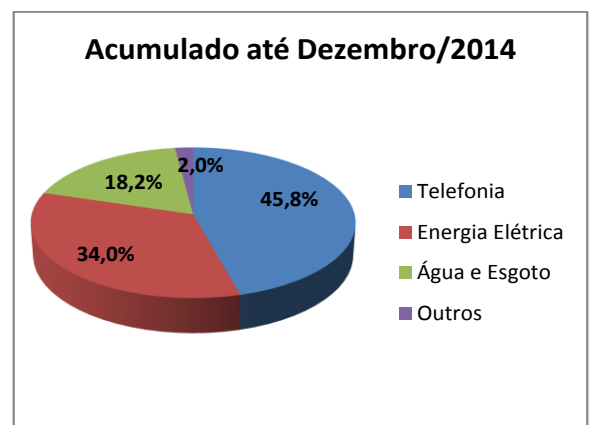
Analisando o ano de 2014, a taxa Selic passou por uma alta de 17,5% no período de janeiro a dezembro, colaborando diretamente com o aumento da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo desse ano, que apresentou um aumento de 16,0%, quando comparado com o ano anterior. O bom desempenho nas aplicações do Tesouro Estadual no exercício de 2014, possibilitou atingir a meta da receita financeira prevista na LOA de R\$ 225 milhões, realizando R\$ 262 milhões, ou seja, 16,3% acima do valor estipulado.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a dezembro de 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 215,37 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 45,8%, foi utilizada para honrar despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, o restante subdivide-se em: 34,0% para despesas com energia elétrica, 18,2% para despesas de água e esgoto, e 2,0% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Gráfico 21 – Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



Fonte: SIG

Destarte, no exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 232,07 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 229,12 milhões, ou seja, 98,7%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 16 concessionárias.

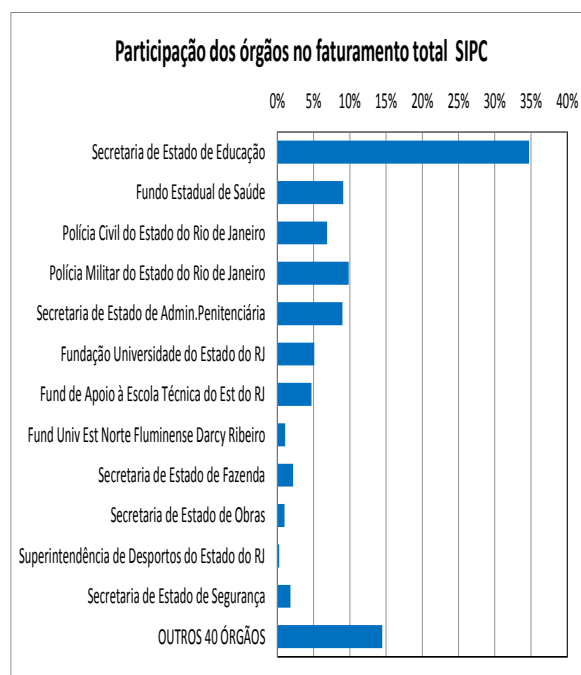
Duas novas concessionárias solicitaram adesão ao sistema, estando em fase final a análise documental.

Considerando o faturamento de 2014, através do SIPC, foram registrados R\$ 359,6 milhões referentes ao faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 176,7 milhões, ou seja, 49,1% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias geralmente ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Cabe destacar o desempenho positivo dos órgãos que foram céleres nos procedimentos: Secretaria de Estado da Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Secretaria de Estado da Casa Civil (CASA CIVIL) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), os quais honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

Gráfico 22



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 6º bimestre de 2014, verifica-se um aumento global de 11,8 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em novembro e dezembro de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,67 milhões, sendo R\$ 5,92 milhões de demanda contratada e R\$ 0,75 milhão de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que, de janeiro a dezembro de 2014, a média do faturamento foi de R\$ 1,4 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando-se o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 115,52 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2014 somou R\$ 102,11 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 6º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 17,06 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 58,6% deste total.

Tabela 50- Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil						
FAVORECIDOS	1 Bim/14	2 Bim/14	3 Bim/14	4 Bim/14	5 Bim/14	6 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	61	63	55	72	67	60
ÁGUAS DE NITERÓI	1.082	1.218	1.162	1.150	1.277	1.129
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	105	119	113	102	113	120
ÁGUAS DO IMPERADOR	93	109	109	92	117	113
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.139	1.096	1.087	1.058	1.074	1.079
CEDAE	11.464	10.854	11.050	10.263	11.179	9.998
FÓZ ÁGUAS	4.300	4.047	4.194	3.824	4.366	4.049
C. ÁGUAS DE JUTURNAIBA	159	156	140	136	141	139
PROLAGOS	96	153	158	142	142	155
SAAE/B. MANSA	33	64	39	34	38	38
SAAE/V. REDONDA	122	156	170	158	146	184
Total Faturado	18.654	18.035	18.278	17.031	18.660	17.065

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar-se de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, depois de firmados os instrumentos legais para operacionalização dos pagamentos, conforme sistemática da LC 147/13, em 27 de dezembro de 2013, foram quitados os precatórios emitidos pelo Tribunal de Justiça, aptos ao pagamento, até o orçamento de 2013.

No 6º bimestre de 2014, foram pagos pelos Tribunais R\$ 302,37 milhões em precatórios, dos quais R\$ 236,47 milhões do Tribunal de Justiça, R\$ 508,51 mil do Tribunal Regional Federal e R\$ 65,38 milhões do Tribunal Regional do Trabalho. Também foram utilizados, dos recursos do Tesouro Estadual, R\$ 672,65 mil para pagamento dos acordos de parcelamento de precatórios.

Todos os precatórios inscritos para o orçamento de 2014, aptos ao pagamento, no montante de R\$ 636,46 milhões, foram liquidados tempestivamente.

No ano de 2014, o total de pagamento de precatórios foi de R\$ 757,13 milhões, sendo R\$ 751,70 milhões de pagamentos realizados pelos Tribunais, referentes a precatórios inscritos no orçamento de

Gráfico 23



2014 e precatórios de exercícios anteriores que estavam suspensos e foram liberados para pagamento pelo Tribunal e, ainda, R\$ 5,43 milhões de pagamento realizados pela SEFAZ/RJ, referentes aos acordos de parcelamento de precatórios celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62/2009.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre de 2014, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 876 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 8,32 milhões.

No ano de 2014, foram pagas 3.822 requisições de pequeno valor, custeadas pelo Tesouro Estadual, no montante de R\$ 39,34 milhões.

Cabe destacar o expressivo aumento da quantidade de requisições de pequeno valor, nos últimos dois anos, que elevou a média de pagamentos anual de R\$ 12,51 milhões para R\$ 23,77 milhões.

Ressalta-se, ainda, que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁸.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

No 6º bimestre de 2014, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos R\$ 311,36 milhões.

O valor total de pagamentos realizados em 2014 pelo Estado referentes às requisições judiciais foi de R\$ 796,47 milhões.

Tabela 51

PAGAMENTOS DE RPV - 6º BIM. 2014.		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOVEMBRO	228	2.635.757,02
DEZEMBRO	648	5.685.729,77
TOTAL	876	8.321.486,79

Fonte: SUCADP em 31/12/2014

Gráfico 24



²⁸ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

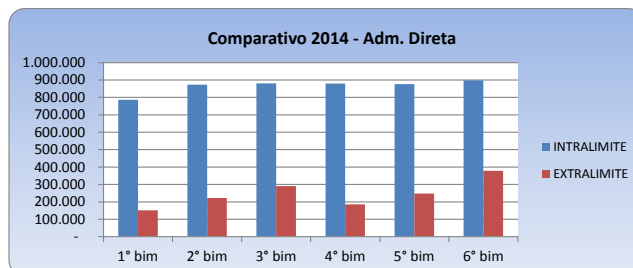
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 6º bimestre de 2014, R\$ 1,27 bilhão com o serviço da dívida²⁹. A importância desembolsada foi 13,5% superior ao valor pago nos meses de setembro e outubro.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite da dívida interna, que foi 147,8% superior ao pago no 5º bimestre, em virtude do pagamento dos juros do contrato destinado à expansão do Metrô - Linha 4 Fase II, em um montante de R\$ 45,56 milhões e dos pagamentos trimestrais e semestrais dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PROINVEST, PROCIDADES I e PROCIDADES II) no valor total de R\$188,05 milhões.

Do total pago no 6º bimestre de 2014, R\$ 897,82 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁰, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 205,19 milhões.

Gráfico 25



²⁹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁰ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

Tabela 52
R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	5º bim 2014			6º bim 2014			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	633.153	490.931	1.124.085	591.387	684.353	1.275.741	13,49%
INTRALIMITE	477.874	398.448	876.322	496.600	401.222	897.822	2,45%
EXTRALIMITE	155.279	92.484	247.763	94.787	283.132	377.919	52,53%
INTERNA	96.023	50.015	146.037	94.282	267.591	361.873	147,80%
EXTERNA	59.257	42.469	101.726	505	15.541	16.046	-84,23%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.086	974	2.060	1.424	93	1.517	-26,38%
TOTAL	634.240	491.905	1.126.145	592.811	684.447	1.277.258	13,42%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	284.374	398.448	682.822	291.411	401.222	692.633	1,44%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	477.874	398.448	876.322	496.600	401.222	897.822	2,45%
Amortização do resíduo	(193.500)	-	(193.500)	(205.189)	-	(205.189)	6,04%

Valores pagos a preços correntes.

** No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência*

Em 2014, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 6,67 bilhões. Destes, R\$ 5,19 bilhões (77,9% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando aumento de R\$ 658,33 milhões em relação a 2013, em consequência do aumento da média móvel da receita líquida real, utilizada no cálculo do pagamento da dívida intra-limite.³¹

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verifica-se um aumento de 19,9% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi decorrente do pagamento dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PRÓ-CIDADES I e II e PROINVESTE) e BNDES (PRÓ ML4 – Fase II).

Além disso, no ano de 2014, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³² alcançou R\$ 11,09 milhões, 16,4% inferior em relação ao exercício de 2013.

³¹ No cálculo do pagamento do serviço da dívida intralimite, utiliza-se a média móvel da receita dos 12 meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando a receita. Assim, em dez/14, foram consideradas as receitas de nov/13 até out/14.

³² A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Tabela 53

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2013			2014			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	2.837.856	2.929.095	5.766.950	3.439.840	3.230.291	6.670.132	15,66%
INTRALIMITE	2.149.801	2.386.470	4.536.271	2.777.725	2.416.881	5.194.606	14,51%
EXTRALIMITE	688.055	542.625	1.230.679	662.115	813.410	1.475.525	19,90%
INTERNA	447.806	422.800	870.606	526.472	679.045	1.205.518	38,47%
EXTERNA	240.249	119.825	360.073	135.643	134.365	270.008	-25,01%
ADM. INDIRETA HONRADA	10.090	2.616	12.706	8.822	2.268	11.089	-12,72%
TOTAL	2.847.946	2.931.711	5.779.656	3.448.662	3.232.559	6.681.221	15,60%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	1.630.328	2.385.658	4.015.986	1.716.057	2.416.876	4.132.933	2,91%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	2.150.046	2.385.658	4.535.704	2.777.725	2.416.876	5.194.601	14,53%
Amortização do resíduo	(519.718)	-	(519.718)	(1.061.668)	-	(1.061.668)	104,28%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 89,37 bilhões, 3,5% maior que o bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 12,1%, quando comparado ao mês de dezembro de 2013. Parte desse aumento é justificado pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso e pela valorização do dólar, que afetou os contratos de dívida interna firmados junto ao Banco do Brasil, corrigidos pela moeda norte americana.

Gráfico 26

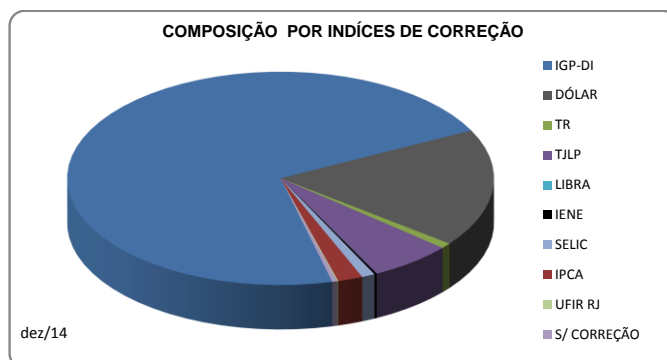


Tabela 54
R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/13	out/14	dez/14	Δ % no ano	Δ % no bim
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	78.956.608	86.388.992	89.367.382	13,19%	3,45%
INTERNA	71.518.005	78.239.916	80.164.558	12,09%	2,46%
STN	62.577.106	63.145.747	63.990.864	2,26%	1,34%
BNDES	2.203.823	4.199.468	4.764.981	116,21%	13,47%
B. BRASIL	4.461.702	7.463.807	8.017.144	79,69%	7,41%
CAIXA	1.042.576	1.318.541	1.321.295	26,73%	0,21%
CREDIT SUISSE	-	600.000	600.000	100,00%	0,00%
BTG PACTUAL	-	450.000	450.000	100,00%	0,00%
INSS	38.859	22.387	19.589	-49,59%	-12,50%
SRF	1.006.396	934.751	920.353	-8,55%	-1,54%
MUNICÍPIOS DO E.R.J.	187.543	105.216	80.331	-57,17%	-23,65%
EXTERNA	7.307.735	8.026.795	9.077.900	24,22%	13,09%
BID	631.931	713.504	777.848	23,09%	9,02%
BIRD	4.834.653	5.147.224	5.787.231	19,70%	12,43%
CAF	704.959	1.031.452	1.290.740	83,09%	25,14%
AFD	924.156	964.237	1.047.871	13,39%	8,67%
JBIC	208.411	166.615	170.136	-18,37%	2,11%
Mobiliária	3.625	3.764	4.075	12,42%	8,28%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	130.868	122.281	124.924	-4,54%	2,16%
DÍVIDA FINANCEIRA	78.956.608	86.388.992	89.367.382	13,19%	3,45%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	47.064.198	41.682.206	40.371.932	-14,22%	-3,14%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,68	2,07	2,21	31,95%	6,81%

Valores a preços correntes.
() Valor de dez/14 provisório.*

O estoque da dívida externa, que corresponde a 10,2% do total da dívida financeira, encerrou o 6º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 9,08 bilhões, ou seja, 24,2% superior ao final do ano de 2013, consequência da entrada de recursos das operações de crédito e pela desvalorização do real frente ao dólar³³.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2014, em R\$ 124,92 milhões, representando um aumento de 2,2% em relação ao saldo verificado em setembro e outubro de 2014.

³³ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2014 foi de 2,6562, 13,4% superior à cotação de 31 de dezembro de 2013 que foi de 2,3426.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 6,8% em relação ao 5º bimestre de 2014. A relação subiu de 2,07 para 2,21.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 83,9% do estoque. Desse montante, 74,2% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo³⁴ representam 7,7%, e desse percentual, apenas 0,5% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁵. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

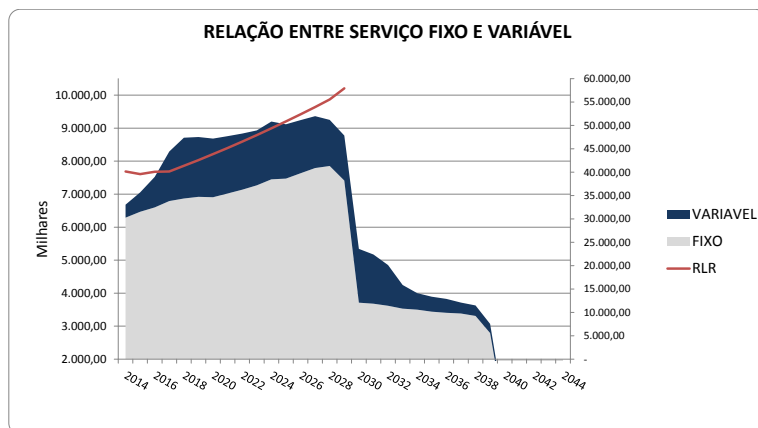
Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, até 2029, o patamar de 21,1%.

O Gráfico 28 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Tabela 55

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.064.176	1,42%	1,19%
2,1 - 4	189.746	0,25%	0,21%
4,1 - 6	66.372.064	88,56%	74,27%
acima de 6,1	7.320.646	9,77%	8,19%
Subtotal	74.946.632	100,00%	83,86%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	6.139.408	42,57%	6,87%
2,1 - 4	1.290.740	8,95%	1,44%
4,1 - 6	6.990.602	48,48%	7,82%
Subtotal	14.420.750	100,00%	16,14%
Total	89.367.382		100,00%

Gráfico 27



³⁴ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

O prazo médio de amortização³⁶ e ao prazo médio de repactuação³⁷, estes atingiram 12,09 anos e 11,27 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de

Gráfico 28

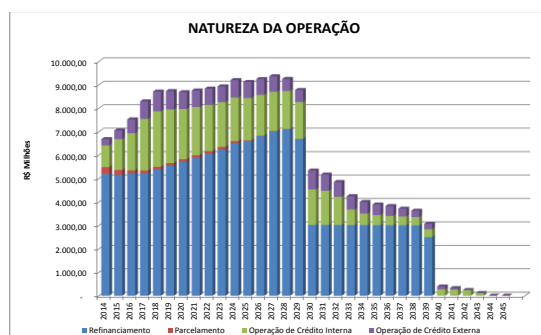


Tabela 56

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	67,57%	62.557.582,85	IGP-DI	66,96%	60.836.837,16	IGP-DI	70,32%	71.137.400,16
DÓLAR	20,49%	18.969.684,30	DÓLAR	20,88%	18.969.684,30	DÓLAR	18,75%	18.969.684,30
TR	1,14%	1.053.562,70	TR	1,16%	1.053.562,70	TR	1,04%	1.053.562,70
TJLP	6,73%	6.230.538,79	TJLP	6,86%	6.230.538,79	TJLP	6,16%	6.230.538,79
LIBRA	0,00%	4.075,15	LIBRA	0,00%	4.075,15	LIBRA	0,00%	4.075,15
IENE	0,14%	132.327,63	IENE	0,15%	132.327,63	IENE	0,13%	132.327,63
SELIC	1,19%	1.100.688,15	SELIC	1,21%	1.100.688,15	SELIC	1,09%	1.100.688,15
IPCA	2,47%	2.289.136,47	IPCA	2,52%	2.289.136,47	IPCA	2,26%	2.289.136,47
S/ CORREÇÃO	0,26%	239.927,03	S/ CORREÇÃO	0,26%	239.927,03	S/ CORREÇÃO	0,24%	239.927,03
TOTAL	100,00%	92.577.523	TOTAL	100,00%	90.856.777	TOTAL	100,00%	101.157.340

juros.

IGP-DI

Tendo em vista que o IGP-DI é o índice que mais afeta a dívida estadual, consideraram-se alguns cenários para esta variável. A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,35%a.a. e 14,14%a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados sobre o estoque da dívida, a diferença no total da dívida, em valores absolutos (tabela 6) entre o cenário otimista e pessimista equivale a R\$ 10,3 bilhões e, em valores relativos, de 11,3%.

³⁶ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

³⁷ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,3% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 67,0% no cenário otimista para 70,3% no cenário pessimista.

Analisando-se o cenário macroeconômico e o Índice Geral de Preços – IGP-DI) variou 0,38%, em dezembro. A variação registrada em novembro foi de 1,14%. Em dezembro de 2013, a variação foi de 0,69%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 3,78%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 5,52%. No acumulado em 12 meses a taxa acumulada ficou em 3,78%. O IGP-DI de dezembro foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,30%, em dezembro. No mês anterior, o índice apresentou a mesma variação de 1,44%.

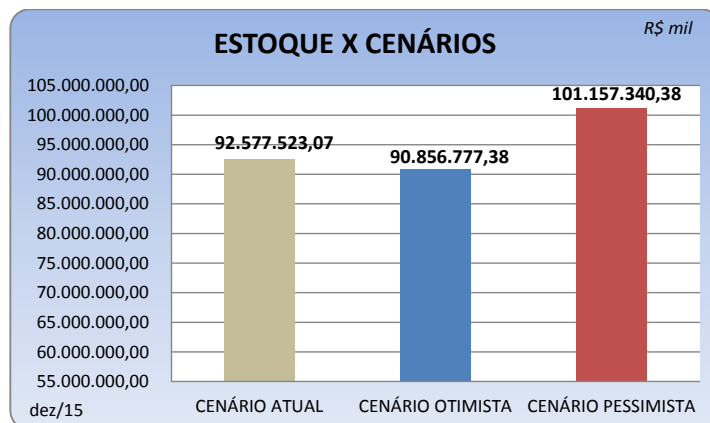
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,75%, em dezembro, ante 0,65%, no mês anterior. Cinco das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em dezembro, taxa de variação de 0,08%, após alta de 0,44% no mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 10,60 bilhões para 15,99 bilhões e de 13,4% para 17,9%, no total da composição da dívida. Esse aumento se deu em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

Gráfico 29



A Tabela 57 e a Tabela 58 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Tabela 57

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+96.381,53	+1,369
Yene Japonês	+10%	+4.521,18	+0,064
Libor	+1,0%	+176.469,11	+2,507

Na Tabela 57, a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 176,5 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 2,5% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Tabela 58

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.896.214,37	+2,048
Yene Japonês	+10%	+13.232,76	+0,014

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 58, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no yene japonês, gera um aumento de no máximo 2,05 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu 4 novas operações de crédito em sua estratégia de financiamento.

Tabela 59

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ASSINADOS EM 2014	ASSINATURA	CREDOR
Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II	30/04/2014	BIRD
Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 PRO-ML4 ADICIONAL	03/07/2014	BNDES
Apoio ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental - PRODES	29/08/2014	CREDIT SUISSE
Apoio ao Programa de Suporte à Política de Transporte - PROSUT	29/08/2014	BTG PACTUAL

Foram liberados ao longo do ano R\$ 7,61 bilhões de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 685,16 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 600,00 milhões destinados para o Apoio ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental – PRODES (recursos provenientes do Credit Suisse);
- R\$ 450,00 milhões destinados para o Apoio ao Programa de Suporte à Política de Transporte – PROSUT (recursos provenientes do BTG Pactual); e
- R\$ 6,00 milhões destinados para o Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD).

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 2,04 bilhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 1,53 bilhão destinado ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II – PRÓ-CIDADES II (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 1,10 bilhão destinado para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 246,12 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 199,97 milhões destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA PROCIOI (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 177,45 milhões destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 161,05 milhões destinados ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 91,83 milhões destinados ao Programa de Obras Emergenciais - POE (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 70,48 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 67,24 milhões destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do B ID);
- R\$ 59,35 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 32,60 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 16,45 milhões destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 16,26 milhões destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 16,09 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 14,58 milhões destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);

- R\$ 9,00 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 4,79 milhões destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,28 milhões destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 1,61 milhão destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES); e
- R\$ 1,07 milhão, destinado ao Programa Pró - Transportes – Via Light (recursos provenientes da CAIXA).

Tabela 60
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/12/2014

R\$ mil

	2014		2015/18
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	7.605.490	-	8.911.072
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	6.732.455	-	5.056.059
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	70.483	-	299.924
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	-	11.076
4. PMAE II - BNDES	1.606	-	1.580
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	16.448	-	27.994
6. VIALIGHT - CAIXA	1.068	-	258.070
7. PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL	1.104.000	-	552.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	-	4.500
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	32.604	-	382.768
10. PROCOI - CAIXA	199.979	-	599.936
11. PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	1.535.069	-	596.604
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	2.036.037	-	-
13. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	685.162	-	2.314.838
14. PRODES - CREDIT SUISSE	600.000	-	-
15. PROSUT - BTG PACTUAL	450.000	-	-
Demais	873.036	-	3.855.012
16. PET II - BIRD	16.091	-	30.062
17. RIO RURAL I - BIRD	14.579	-	20.036
18. PROFAZ - BID	3.275	-	20.431
19. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	4.793	-	30.803
20. PRODETUR - BID	59.348	-	211.900
21. PSAM - BID	67.242	-	1.096.957
22. PET II Adicional - BIRD	246.119	-	1.253.874
23. POE - CAF	91.826	-	-
24. PROVIAS - CAF	161.046	-	448.170
25. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
26. ARCO METROPOLITANO	177.452	-	219.997
27. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	-	147.162
28. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	9.000	-	255.249
29. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	6.000	-	120.370
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.047.892
Total	7.605.490	-	9.958.963

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados em 2014, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de dez/2014

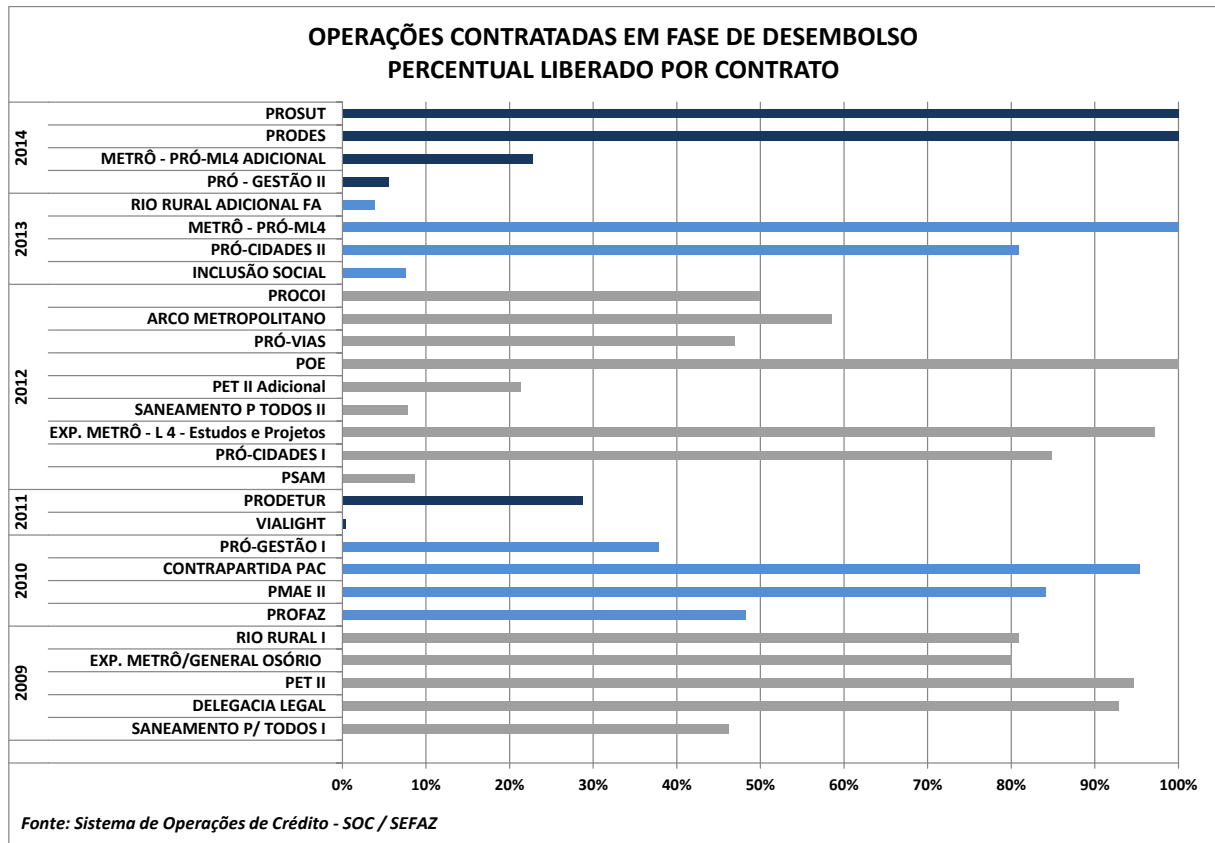
Tabela 61

Data: 31.12.2014

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	258.076.126,67	46%	558.000.000,00	258.076.126,67
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIJP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	200.382.270,64	95%	562.317.540,00	381.810.091,15
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	31.956.860,60	81%	104.919.900,00	62.904.188,46
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	9.547.218,28	48%	52.483.988,61	18.875.207,70
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIJP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	9.982.000,00	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIJP	307.002.052,9005	292.821.303,19	95%	606.046.612,59	578.052.678,21
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	7.076.468,96	38%	49.599.222,60	16.013.050,37
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	32.224.352,65	29%	297.494.400,00	69.640.466,64
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.200.549.276,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.372.473.081,85	1.477.585.800,44	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	32.603.811,75	8%	415.372.248,98	32.603.811,75
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	127.944.337,54	21%	1.593.720.000,00	307.655.572,78
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	100.000.000,00	100%	265.620.000,00	221.681.677,60
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	150.948.826,66	47%	849.120.735,00	341.556.054,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	117.175.970,35	59%	531.240.000,00	260.456.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	159.372.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.180.558.692,87	1.149.487.775,27	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-ML4	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	1.535.603.926,8925	1.535.603.926,8925	100%	3.031.405.000,00	3.031.405.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	3.904.624,49	4%	265.620.000,00	9.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	127.497.600,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTIJP	3.000.000.000,00	685.162.000,03	23%	3.000.000.000,00	685.162.000,03
29/08/2014	PRODES	CREDIT SUISSE	SEOBRAS	REAL	600.000.000,00	600.000.000,0000	100%	600.000.000,00	600.000.000,00
29/08/2014	PROSUT	BTG PACTUAL	SETRANS	REAL	450.000.000,00	450.000.000,0000	100%	450.000.000,00	450.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC /SEFAZ

Gráfico 30



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2014 com 557 Convênios de Despesa e 375 Convênios de Receita vigentes³⁹.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴⁰. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴¹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 282 convênios, beneficiando 71 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 297,92 milhões, que foram ou serão utilizados em diversas obras, principalmente em infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 275 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Durante todo ano de 2014, contabilizados os meses de novembro e dezembro, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 3,48 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 6º bimestre de 2014, o total de 27 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,89 bilhão⁴². Dessa importância, R\$ 1,05 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 834,14 são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 6º bimestre de 2014, foi repassado em torno de R\$ 852,64 milhões,

³⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁹ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁰ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴¹ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴² Valor original desconsiderando os aditivos.

sendo destinados 97,39% à área de Habitação e 2,61% à área de Saneamento.

O Governo do Estado adotou, desde 1º de novembro de 2014, um novo sistema de convênio de despesas, denominado CONVERJ. Esta nova ferramenta vai garantir mais transparência no acompanhamento das concessões de recursos. O sistema é pioneiro entre os estados do país e pode ser acessado pelo endereço eletrônico www.convenios.rj.gov.br. Somente o Governo Federal utiliza um modelo semelhante.

A iniciativa complementa as ações realizadas para a melhoria da gestão estadual. Com a nova ferramenta, é possível ter automatização da prestação de contas, integração com o Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, confiabilidade das informações, além de maior eficiência, agilidade e transparência ao processo de liberação de recursos para municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

O Estado do Rio de Janeiro encerra do ano de 2014 com um contrato de Parceria Público-Privada em execução. Trata-se da concessão administrativa para a gestão, operação e manutenção do Estádio Mario Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), bem como a realização de obras incidentais.

A Concessão, que passa por modificações decorrentes de medidas promovidas pelo Poder Concedente, está sob a fiscalização de Comissão que verifica o cumprimento das obrigações assumidas pela Concessionária Complexo Maracanã Entretenimento S/A, garantindo assim a prestação do serviço adequado aos usuário.

Dada a limitação de recursos econômicos e financeiros, o Estado tem diante de si um grande desafio para realização dos projetos de PPP. A consolidação de modelos de garantia pública com qualidade e liquidez, capazes de abarcar as contraprestações a serem pagas ao parceiro privado, bem como abarcar eventuais despesas públicas decorrentes da contratação de uma PPP.

Durante o ano de 2014, projetos de diversas áreas foram avaliados, sendo que o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do

Estado do Rio de Janeiro mantém 10 (dez) projetos em estudo, conforme tabela a seguir.

Tabela 62

PROJETO	OBJETO	INVESTIMENTO INICIAL (milhões)	CONTRAPRESTAÇÃO ANUAL (milhões)	PRAZO DE CONCESSÃO	FASE ATUAL
PPP Linha 3 Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.847,8	R\$ 145,75	20 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646,00 do setor privado e R\$ 628,00 do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando deliberação do CGP para a realização de Consulta Pública
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Retirado da pauta de reunião do CGP
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência

VI.9 Captação de Recursos

A Coordenação de Captação de Recursos (COCAR) se incumbiu de preparar missões de avaliação e supervisão de projetos quando a Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ for a proponente da operação, e, ainda, de auxiliar e acompanhar os órgãos na preparação de missões dos Organismos Internacionais e Entidades Credoras Nacionais que tenham o intuito de financiar projetos do Estado do Rio de Janeiro. Sendo o financiamento na modalidade de “apoio orçamentário”, acompanha-se e monitora-se a execução do projeto.

Neste sentido, no sexto bimestre de 2014, a COCAR participou, em novembro, da reunião de Supervisão do Programa Development Policy Loan (DPL IV), com o monitoramento dos indicadores acordados junto ao Banco Mundial, os quais envolvem a área de política fiscal e de transportes. Após reunião com o Secretário de Estado de Fazenda e os representantes do Banco, a COCAR elaborou um plano de ação para o ano de 2015 com o intuito de cumprir a meta relacionada à estimativa do orçamento.